

8

droga
CRIME

Estudos interdisciplinares

Sob a direcção científica de
Cândido da Agra

Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes

Celina Manita

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DROGA - CRIME

Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes

CELINA MANITA

Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga

1997

DROGA - CRIME
Estudos interdisciplinares

**Personalidade e acção em
consumidores de droga e delinquentes**

Autor Celina Manita
Projecto gráfico Futura Lda
Composição Alexandre Amaro
Impressão A. Coelho Dias
Colecção Estudos
Depósito Legal 121816 / 98
Tiragem 1000 ex.
Preço 1 200\$00

Catálogo na publicação - Biblioteca Nacional

Droga-crime: estudos interdisciplinares / dir. Cândido da Agra - (Estudos)

8º v.: Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes / Celina Martins. - 120 p.

ISBN 972-9345-37

I - Agra, Cândido da

CDU 343.9-051.(7)
613.8
615.9

Descritores: Toxicod dependentes / Infractores / Testes Psicológicos / Personalidade /
/ Estudos / Portugal

Agradecimentos

Gostaríamos de deixar expresso o nosso profundo agradecimento a um conjunto de pessoas e instituições, sem o contributo das quais este trabalho não teria sido possível:

À instituição - "A União - obra de auxílio e recuperação aos ex-reclusos e suas famílias", na pessoa do seu Director, e a toda a equipa técnica do projecto "União - Realizar na Integração", nas pessoas do Dr. Vítor Santos, Dr. Rui Bahía e Dra. Irene Carvalho, por toda a colaboração prestada e permanente disponibilidade.

À Delegação Regional do Porto do Instituto de Reinserção Social, nas pessoas dos Drs. Alberto Pimentel e. Carla Machado, à época, respectivamente, Delegado Regional e Técnica Superior do I.R.S.

Às Dra. Carla Machado e Dra. Cláudia Rodrigues, pela sua participação enquanto "juízes independentes" na codificação dos testes de Rorschach, e pelo apoio prestado em diferentes momentos da evolução da investigação.

Aos Professores José Marques, Jorge Negreiros, Dr. Ernesto Paulo Fonseca e Dr. Jorge Quintas, pela orientação e apoio no tratamento estatístico dos dados.

Obviamente, e acima de tudo, um agradecimento especial a todos os sujeitos que acederam participar neste projecto de investigação.

Apresentação

A relação entre a Droga e a Criminalidade tem sido frequentemente referida nos discursos político e técnico em contextos muito variados e dando origem a tomadas de posição divergentes e até mesmo contraditórias. Tal situação poderá ser explicada pela lacuna teórica e de investigações neste domínio tornando a compreensão de tão complexo fenómeno mais sustentada em posições doutrinárias do que fundamentada em dados teórico-empíricos.

Por este motivo, e também pela constatação de que a realidade criminal directa ou indirectamente associada à droga tem apresentado um nítido aumento no quadro geral da criminalidade em Portugal, o Ministério da Justiça através do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD) promoveu, em 1992, em colaboração com o Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CCCD/FPCE-UP) - dando seguimento a uma das propostas apresentada pela presidência portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia no âmbito do Comité Europeu de luta contra a droga (CELAD) - a realização de um programa de investigação científica que permitisse elucidar as relações entre Droga e Crime na experiência portuguesa: o projecto "Droga-Crime: Estudos interdisciplinares".

Tratou-se de um programa de estudos a vários níveis, tendo o resultado do trabalho efectuado sido apresentado de dois modos:

- Em sessão pública aberta à participação de profissionais e investigadores, o Seminário Droga-Crime realizado em Outubro de 1996, tendo como objectivo possibilitar o debate alargado dos factos estabelecidos por cada um dos estudos e da síntese interdisciplinar que procurou integrá-los em modelo teórico-experimental;

- Em relatório escrito constituído por onze volumes, o qual se inicia com uma introdução geral sobre a droga e questões criminais e uma breve apresentação de cada um dos estudos que compõem o programa.

O programa de estudos foi desenvolvido segundo a metodologia interdisciplinar. Daí a multiplicidade de estudos logicamente articulados segundo níveis de

análise: o nível teórico-epistemológico, o nível histórico, o nível dos comportamentos (socio-epidemiológico), o nível dos indivíduos, o nível dos seus espaços, o nível do seu tempo.

O nível teórico-epistemológico compreende estudos de fundamentação crítica e de análise da investigação internacional. O nível histórico compreende estudos sobre a história da criminalização primária (as leis) e secundária (a aplicação das leis). O nível dos comportamentos compreende estudos epidemiológicos que procuram medir o fenómeno a nível de comportamentos de consumo em estabelecimentos prisionais e de menores sob tutela. O nível dos indivíduos inclui estudos microscópicos centrados em variáveis assim distribuídas: processos psicofisiológicos, emoções, personalidade e acção, determinação e significações, prova existencial (adaptação ao vírus HIV). O nível dos espaços estuda a relação dos actores das drogas e do crime com o espaço (etnografia urbana da droga e do crime). O nível temporal situa a relação droga-crime nas histórias de vida dos indivíduos (trajectórias desviantes).

Entendeu pois o Ministério da Justiça, com o patrocínio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, proceder à publicação dos trabalhos na expectativa de que tal facto constitua contributo acrescido para a difusão e o avanço do saber neste domínio. Trata-se de uma colecção em vários volumes, obviamente com acertos de forma incluindo, nalguns casos, a fusão em volume único de vários dos estudos desenvolvidos autonomamente.

Este estudo visa o conhecimento das características do funcionamento psicológico na interrelação com a acção, de indivíduos consumidores de drogas e delinquentes, afastando-se das teorias da "personalidade criminal" ou "personalidade toxicomaníaca", e evoluindo no sentido das abordagens processuais e das teorias da auto-organização e autopoiese .

Constata-se que a relação droga-crime se traduz numa modalidade de funcionamento psicológico, que não é o somatório das características associadas a cada comportamento isoladamente.

Lisboa, Dezembro de 1997

O programa de estudos que está na origem do presente trabalho, promovido pelo Ministério da Justiça através do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, foi concebido e dirigido pelo Professor Doutor Cândido Mendes Martins da Agra.

Cândido da Agra é Catedrático da Universidade do Porto. Fundou e dirige o Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, e dirige a área de Criminologia na Faculdade de Direito de cuja comissão instaladora é membro desde 1995. Tem exercido funções de professor convidado em várias universidades estrangeiras nos domínios científicos da droga e da criminalidade, designadamente no departamento de Criminologia da Universidade de Montréal (Québec) - Canadá. Presidiu ao trabalho de avaliação de programas de prevenção para a área das toxicodependências do Grupo Pompidou do Conselho da Europa.

Celina Manita é assistente estagiária da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, membro do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da mesma Faculdade, membro do Conselho Científico do Observatório Permanente sobre Segurança, do Porto.

Concluiu recentemente a dissertação de candidatura ao grau de Doutor e tem desenvolvido investigação nos domínios da criminalidade, toxicodependência, relações droga-crime e insegurança urbana.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. AS RELAÇÕES DROGA-CRIME: PANORAMA GERAL DA INVESTIGAÇÃO NESTE DOMÍNIO E SUA TRADUÇÃO AO NÍVEL DOS ESTUDOS DA PERSONALIDADE	13
1.1. Conceptualizações e estudos relativos às interrelações droga-crime	13
1.2. Pesquisa bibliográfica complementar, relativa aos estudos da personalidade que se debruçam sobre as relações droga-crime	21
1.3. Estudos centrados na personalidade dos sujeitos toxicodependentes-delinquentes: dos traços aos processos	27
1.4. Racional orientador do estudo - a teoria geral do sujeito autopoietico e sua aplicação ao estudo das relações droga-crime	32
2. METODOLOGIA	34
2.1. O Teste de Rorschach - das razões da sua utilização e da opção pelo "comprehensive system" de J. Exner	34
2.2. Os instrumentos de auto-relato	46
2.2.1. O Inventário de Resolução de Problemas	49
2.2.2. O Inventário Clínico de Auto-Conceito	50
2.3. Caracterização da amostra	53
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	56
3.1. As "invariantes" processuais psicológicas e comportamentais	57
3.1.1. Teste de Rorschach	57
A. Estilos de coping, controlo e tolerância ao stress	58
B. Iniciativa e complexidade cognitiva/processamento da informação	65
C. Mediação, convencionalidade e adequação perceptiva	68
D. Pensamento / Ideação	69
E. Aspectos afectivos	71
F. Auto-percepção e percepção e atitudes interpessoais	72

3.1.2. Instrumentos de auto-relato	75
A. Inventário de Resolução de Problemas	75
B. Inventário Clínico de Auto-Conceito	76
3.2. Processos psicológicos e comportamentais na interrelação droga-crime: análises comparativas	77
3.2.1. Teste de Rorschach	78
3.2.2. Instrumentos de auto-relato	94
4. CONCLUSÕES	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

1. AS RELAÇÕES DROGA-CRIME: PANORAMA GERAL DA INVESTIGAÇÃO NESTE DOMÍNIO E SUA TRADUÇÃO AO NÍVEL DOS ESTUDOS DA PERSONALIDADE.

1.1. Conceptualizações e estudos relativos às interrelações droga-crime

Não será necessário proceder a uma análise muito aprofundada dos estudos que se têm realizado em torno das relações droga-crime, para nos apercebermos de que o elevado interesse manifestado por este objecto se tem feito acompanhar de uma não menos elevada variedade (e mesmo oposição), no que se reporta aos principais pressupostos de partida, hipóteses levantadas, metodologias utilizadas e, conseqüentemente, conclusões a que estes estudos chegam. Tal diversidade não será contudo de estranhar, quando estamos perante relações dinâmicas e complexas, entre dois fenómenos que são, também eles, complexos e multideterminados.

É possível, no entanto, ordenar esta dispersão de estudos em torno de três eixos orientadores que, de certa forma (e apesar de alguma co-existência), se têm vindo a suceder temporalmente, ao longo dos últimos 50 anos. Aliás, outros autores (Collins, 1990; Faupel, 1991) têm vindo a referir uma sucessão nos racionais subjacentes à investigação neste domínio muito similar à que encontramos na nossa análise.

Assim, e começando pelo primeiro grande eixo orientador, verifica-se que um importante núcleo das investigações relativas às relações droga-crime parte do pressuposto geral ou hipóteses específicas de que o consumo de drogas estará na base do desenvolvimento, ou será mesmo causa do comportamento criminal posterior. Em contrapartida, um segundo núcleo de estudos, que se acentua nos anos 60/70, parte antes do pressuposto ou hipóteses de que o envolvimento no comportamento delincente é base para o desenvolvimento ou mesmo causa de consumo posterior de drogas. E, finalmente, estudos mais recentes têm vindo a defender que estes pressupostos, assentes na determinação de relações causais, lineares e directas (unidireccionais, na sua maioria), são falaciosos, e que se deve estudar a associação entre os dois comportamentos, não na sua "inter-causalidade", mas antes nas suas múltiplas interrelações e nas relações que estabelecem com outros fenómenos, circunstâncias, contextos, factores e processos diversos.

Estes últimos estudos têm vindo a desenvolver-se, quer no âmbito das teorias da "multicausalidade"

(que, no fundo, não deixam de ser também um estudo de relações causais), quer no âmbito dos modelos teóricos que apelam à eliminação do "estudo das causas", por o considerarem, se não impossível, pelo menos inútil. São correntes teóricas que se preocupam, fundamentalmente, com a compreensão dos processos complexos associados à emergência destes fenómenos e também com o estudo de aspectos mais subjectivos, como as atribuições pessoais ou os sentidos que estes actos comportam para os seus actores; uns e outros intimamente relacionados com os diferentes tipos de relações que emergem entre os dois comportamentos.

Tal como os pressupostos de partida são diversos, também as conclusões a que os diferentes estudos chegam divergem entre si significativamente, dificultando a construção de uma visão mais englobante e unitária, que nos permita uma mais completa e integrada compreensão deste fenómeno.

Assim, e até início dos anos 80, vamos encontrar, de forma dominante, os estudos que procuram confirmar empiricamente o pressuposto de que o consumo de drogas, particularmente de "drogas duras" - dadas, por um lado, as suas características de forte adictividade associada a um elevado custo, e, por outro lado, os seus efeitos, quer ao nível da alteração imediata dos estados de consciência, quer ao nível das transformações que progressivamente induziriam nos aspectos, seja do funcionamento psicológico e das relações interpessoais, seja das atitudes face à sociedade e suas normas - conduziria a, ou seria mesmo causa de delinquência e crime.

Veja-se, por exemplo, a explicação que Epstein (1977) avança para a forma como a heroína tornaria os toxicodependentes não só adictos, numa primeira fase, mas também delinquentes, na sequência de um uso habitual; os estudos que concluem pela associação causal entre uso de drogas e a prática de crimes para sua sustentação (e.g., Speckart & Anglin, 1985, 1986; Farrow & French, 1986); ou então, e mais genericamente, a forma como os primeiros estudos (e muitos dos actuais) invocam uma "base médica" ou "psicopatológica" que assimila a toxicodependência a uma doença, e cuja metáfora mais dominante acabará por ser a procura da "personalidade toxicomaniaca", responsável pelos consumos não controlados e consequentes actos antissociais (cf. 1.3.).

Num segundo momento, fortemente influenciado pelo desenvolvimento que os estudos

de sociologia, antropologia e ecologia urbanas sofreram nos anos 50-60, e com a crescente importância que foi atribuída à questão das "subculturas" e sua funcionalidade no seio da sociedade em geral,⁽¹⁾ esta relação unidireccional droga → crime foi sendo progressivamente contestada.

Para começar, toda uma série de estudos conduzidos a partir dos anos 50, indicavam a existência, para a maioria dos sujeitos, de um registo criminal prévio ao envolvimento na toxicodependência, levando alguns autores a elaborar uma segunda hipótese, que não se revelou menos linear que a anterior - o crime precede e é responsável pelo consumo de drogas (e não o inverso).

Inevitavelmente, também esta relação directa, agora no sentido crime → droga foi sendo progressivamente abandonada pela introdução de um novo elemento de análise nestas investigações - o factor tempo e a análise das flutuações que a associação entre os dois comportamentos sofre ao longo do percurso ou da carreira criminal e/ou de consumo de drogas dos seus actores⁽²⁾ (Faupel, 1987, 1991; Faupel & Klockars, 1987).

Neste contexto, alguns estudos têm vindo a determinar que, independentemente dos toxicodependentes terem ou não registos criminais prévios, a sua actividade criminal aumenta em períodos de maior adicção e decresce em períodos de menor adicção ou de pausa nos consumos (Stephens & Ellis, 1975; Ball et al, 1982, 1983; Nurco et al, 1989).

Dentro dessa linha de análise, Nurco e seus colaboradores (1989) desenvolveram um estudo sobre os padrões de comportamento criminal em 250 toxicodependentes em fase de pré-adicção, adicção e não-adicção, através de auto-relatos destes sujeitos. Concluíram estes autores que foram cometidos mais crimes durante os períodos de adicção, apesar de existirem padrões individuais altamente consistentes relativamente ao tipo de crime que foi cometido, seja nos períodos de adicção, seja nos de não-adicção.

⁽¹⁾ Na sequência dos trabalhos pioneiros da Escola de Chicago e da teoria da "associação diferencial" de Sutherland, emergentes nos anos 20-30.

⁽²⁾ Em grande medida, consequência da adopção, por diferentes investigadores, da noção de "carreira desviante", na sequência dos trabalhos pioneiros de Goffman e Becker.

A associação entre o comportamento desviante precoce e o posterior envolvimento criminal, ao longo de uma carreira de adicção, foi estabelecida pelos autores, que estipularam ainda que os padrões de crime definidos antes da toxicodependência tendem a persistir ao longo da carreira toxicodependente, e que o crime tenderia a explicar melhor o envolvimento nas drogas do que o inverso, se bem que o que prevalece nestes estudos é o desenvolvimento simultâneo dos dois comportamentos, com associações mais ou menos intensas nos diferentes momentos da carreira. Já anteriormente, Stephens & Ellis (1975) haviam realizado um estudo que procurou avaliar em que medida os crimes cometidos por toxicodependentes e o seu comportamento criminal individual se alterava ou não com o tempo. Numa análise desenvolvida ao longo de 4 anos, estes autores procuraram explorar três questões: 1) terá a natureza dos crimes cometidos pelos toxicodependentes mudado ao longo do tempo?; 2) terá a natureza dos crimes cometidos por uma dada amostra de toxicodependentes mudado desde o momento em que se tornaram adictos? e; 3) qual será a relação temporal entre crime e toxicodependência?

Os seus dados revelaram que, relativamente à primeira questão, os "crimes contra a pessoa" se haviam tornado mais frequentes entre toxicodependentes nesses 4 anos, muito embora o objectivo primeiro desses crimes fosse a aquisição de bens e não o "ataque pessoal" em si. Por outro lado, e em relação ao segundo aspecto em análise, ao longo dos 4 anos analisados, as categorias "crimes contra a propriedade" e "crimes relacionados com a droga" mantiveram-se numericamente mais importantes no grupo dos toxicodependentes, apesar das detenções por "crimes contra as pessoas" terem aumentado. Finalmente, e de forma algo oposta aos resultados de Nurco e col. (1989), para qualquer dos tipos de crimes cometidos, o número de indivíduos detidos após o início dos consumos era significativamente superior ao de detidos antes do início dos consumos; muito embora estes autores (Stephens & Ellis, 1975) refiram que 37% dos toxicodependentes haviam sido detidos pela primeira vez antes do início dos seus consumos, o que lhes revelava - agora, já de forma similar ao estudo de Nurco e col (1989) - que um vasto número dos seus consumidores emergia de um grupo de indivíduos previamente rotulados de delinquentes.

Por outro lado, estudos levados a cabo junto de comunidades de delinquentes e/ou de toxicodependentes, na linha das investigações da Escola de Chicago, levaram outros autores (Weppner, 1973; Crawford, 1978; Crawford et al 1983; Goldman, 1981; Adler, 1990) a concluir que a explicação para a associação entre droga e crime deveria ser procurada, em primeiro lugar, nas

relações estreitas que estes comportamentos mantêm com algumas subculturas, incluindo os aspectos da associação criminal, a identificação dos consumidores às subculturas criminais, e as actividades ilícitas ou desviantes daqueles que se tornaram toxicodependentes.

Ou seja, os consumidores, dados, em primeiro lugar, os efeitos do proibicionismo sobre o mercado das drogas, ver-se-iam confrontados com a crescente necessidade de se introduzirem em determinadas áreas específicas das cidades e em determinados grupos subculturais - aquilo que alguns autores designam por "highly criminal coping areas" (Faupel, 1991) - para conseguirem o acesso a essas substâncias. Estes contactos e necessidades induziriam uma associação preferencial aos grupos de delinquentes, dando-se um progressivo alargamento das "redes criminais".

Haveria assim, não uma causalidade droga<--->crime, mas antes um desenvolvimento progressivo e simultâneo dos dois comportamentos, em associação íntima com o desenvolvimento de subculturas e identidades desviantes comuns, bem como com todos os processos sociais, culturais, económicos, ..., associados à emergência e consolidação das subculturas.

Crawford (1978), p.e., realizou um estudo com base em entrevistas sobre as histórias pessoais, realizadas junto de 15 heroinómanos, 15 "utilizadores" ou "experimentadores" ocasionais de heroína, mas que nunca se tornaram dependentes, e 15 não-consumidores que, apesar de estarem em contacto frequente com ela, nunca experimentaram esta droga.

Os dados obtidos sugerem que a tendência para usar heroína poderá e deverá ser melhor entendida no contexto de um envolvimento mais lato, num estilo de vida desviante - ao contrário dos não-utilizadores, os toxicodependentes e os consumidores ocasionais ou experienciais tendiam a identificar-se globalmente com os modelos e papéis "desviantes" e não com os ditos "papeis convencionais". A associação entre um "estilo de vida" delinvente e o consumo de drogas não poderá, contudo, ser interpretada como expressão de uma relação causal entre os dois comportamentos, muito embora seja essa uma das grandes falhas encontradas em diversos estudos. Ou seja, uma tendência generalizada para a assimilação da "associação estatística" ou empírica a uma "relação causal", quando os dois são aspectos bem distintos e quando se verifica que, se a primeira está bem demonstrada e é consensual, já a segunda é bem menos consensual e não está demonstrada de forma inequívoca. Pode mesmo afirmar-se que o elevado número de estudos que suportam a existência de (uma ou outra forma de) relação entre consumo de drogas e crime, assenta numa não menos elevada pobreza ou lacuna de conhecimentos que permitam sustentar

a nossa tentativa de compreensão dessa mesma relação ou associação (Bennett, 1991; Faupel, 1991; Inciardi, 1981).

Aliás, estudos recentes (McBride & McCoy, 1981; DiLalla & Gottesman, 1989) têm conduzido, precisamente, ao progressivo abandono destas visões excessivamente simplificadas das relações entre os dois fenómenos. McBride & McCoy (1981), p.e., concluem, através de estudos desenvolvidos neste domínio que, (i) de facto, uma elevada proporção de delinquentes é consumidora de drogas, e que uma elevada percentagem dos toxicodependentes praticam actos delinquentes; (ii) os consumidores de drogas terão maior probabilidade que os não consumidores de se envolverem em crimes de carácter aquisitivo; (iii) a frequência do comportamento criminal tende a aumentar em períodos de adicção; (iv) o consumo de drogas tende a perpetuar a prática de actos delinquentes, por um período de tempo maior do que o que ocorreria no caso do delincente não ser consumidor de drogas e; (v) uma parte da relação entre consumo de drogas e crime resulta, precisamente, do facto de o primeiro se inserir num quadro juridico-penal que torna a posse de droga, em si mesma, um acto ilícito, punível criminalmente com gravidade. Mas, embora todos eles reportem padrões de associação entre consumo de drogas e a prática de crimes, nenhum dos dados ou resultados destes estudos, de acordo com os próprios autores, nos permitem concluir que a droga seja uma *causa* directa de crime, ou vice-versa.

Também Bean & Wilkinson (1988) procuraram avaliar da pertinência das três hipóteses gerais que orientam a maioria dos estudos: (i) em que medida o consumo de drogas gera crime; (ii) em que medida o envolvimento na criminalidade conduz ao consumo de drogas e; (iii) em que medida crime e droga emergem, não como consequência directa um do outro, mas em função de todo um conjunto de circunstâncias comuns. Os seus estudos apenas permitiram defender a terceira hipótese de trabalho.

Por outro lado, a questão da ilicitude do consumo em si, decorrente do contexto proibicionista em que se desenvolve, não deveria, em momento algum (e é-o frequentemente), ser dissociada do estudo das relações entre droga e crime, na medida em que atravessa os diferentes níveis desta relação e influencia, de forma determinante, os processos a ela associados e os diferentes sentidos e lógicas de que estes comportamentos poderão recobrir-se, para os seus actores.

Estudos como o de Reasons (1976), Salmon (1979) ou Baratta (1990) são por isso mesmo muito importantes, ao demonstrarem como os estereótipos associados ao consumo de drogas, enquanto

comportamento delituoso, acabam por influenciar o julgamento face a este problema, não só da opinião pública, mas também dos próprios investigadores. Uma análise de conteúdo de diversos documentos sobre o "problema da droga", realizada por Reasons (1976), revelou aquilo que designou por "dope fiend mythology" - um vasto corpo de "desinformação" e conceitos estereotipados, que foram associados ao consumo de drogas na era moderna. Tendo emergido logo nos anos 20, esta "mitologia dos consumidores de carreira" dominou, segundo o autor, a produção discursiva neste domínio, tendo sido particularmente difundida pelas entidades governamentais norte-americanas de controlo e de luta contra a droga, ao enfatizarem, de sobremaneira, os aspectos de criminalidade associados aos consumos ilícitos de drogas.

Atendendo às conclusões dos outros dois estudos referidos, esta construção de mitos e estereótipos em torno do consumo de drogas revela-se, até à actualidade, uma estratégia crucial das instâncias de controlo e gestão dos comportamentos desviantes, e um dos factores mais importantes de influência, quer da opinião pública, quer da própria comunidade científica.

Outros autores vão ainda mais longe, defendendo que a toxicod dependência deveria ser encarada como uma "estratégia-chave do capitalismo" (Karmen, 1973), na medida em que (i) a toxicod dependência gera um mercado altamente estável; (ii) a droga é vendida facilmente e sem necessidade de elevados investimentos publicitários; (iii) ela ajuda a manter uma importante força de trabalho degradada; (iv) a criminalidade de carácter aquisitivo, associada à toxicod dependência, é conveniente para a indústria produtora, na medida em que os objectos roubados terão de ser repostos, aumentando a sua procura no mercado e; (v) o crime organizado tem uma função importante na economia global, em paralelo com a indústria legalizada.

De uma causalidade linear biológica ou médica, que associa factores genéticos e biológicos à causa destes comportamentos, ou a toxicidade da substância à prática do crime, até uma causalidade linear socio-económico-política, que vê o crime associado à toxicod dependência como produto das estratégias capitalistas da sociedade ocidental, múltiplas são, como se vê, as contradições e, sobretudo, as interrogações sem resposta, que dominam os estudos sobre as relações droga-crime.

Perante este panorama geral, e perante aquela que nos parece ser a maior lacuna na investigação realizada - o próprio sujeito, o indivíduo que é delinvente e consumidor de drogas, o actor destes actos tão diversificadamente analisados -, a grande questão que emerge será, afinal, se a

questão de base não estará mal formulada desde o início. A relação entre usos de drogas e prática de crimes é demasiado complexa para ser definida em termos de causa-efeito, e para se deixar captar por olhares reducionistas e estáticos, que a procuram fixar no estreito limite das condicionantes directas.

Parafrazeando Inciardi (cf., introdução à obra de Faupel, 1991), é importante, neste momento, o desenvolvimento de estudos que constituam um desafio à literatura que se debruça sobre a relação entre o uso de drogas e o crime ou sobre a natureza da criminalidade nos toxicodependentes. Desta forma, e ao nível que mais directamente nos interessa aqui - o da personalidade e do funcionamento psicológico - interessou-nos, mais do que procurar causas psicológicas capazes de justificar ou determinar comportamentos delinquentes e de consumo de drogas, aceder à compreensão dos processos psicológicos que possam estar associados à emergência e desenvolvimento destes dois fenómenos. E isso, quer ao nível de eventuais invariantes processuais comuns aos dois comportamentos, quer ao nível de eventuais especificidades que nos pudessem ajudar a compreender, no domínio do psicológico, essa constante constatação empírica da coexistência ou interrelação frequente entre eles.

Resultava daí a necessidade, por um lado, de um enquadramento teórico capaz de sustentar essa pesquisa e, por outro lado, de uma metodologia e de instrumentos que pudessem dar conta desses processos subjacentes aos comportamentos criminais e de consumo de drogas. Do racional teórico que nos orienta daremos conta um pouco mais à frente. Das opções metodológicas e sua justificação, daremos conta no ponto II. Mas, antes disso, gostaríamos ainda de referir, muito brevemente, uma pesquisa bibliográfica realizada em base de dados, com o objectivo de analisar o panorama actual das investigações neste domínio mais específico, e obter alguma informação complementar relativa às metodologias e instrumentos mais frequentemente utilizados, à sua validade e utilidade para os nossos próprios objectivos.

1.2. Pesquisa bibliográfica complementar, relativa aos estudos da personalidade que se debruçam sobre as relações droga-crime.

Através de uma pesquisa bibliográfica realizada na base de dados PsycLit, (artigos publicados no período que medeia entre 1983 e 1991), na qual procurámos fazer o levantamento exaustivo dos artigos que, de alguma forma, se reportassem a estudos das relações droga-crime, encontramos um total de 18 430 artigos relativos ao "fenómeno droga", e 4 693 artigos reportados ao "fenómeno-crime". Quando realizado o cruzamento, apenas 378, de entre o total de artigos, se reportavam ao estudo de interrelações entre os dois fenómenos, e muitos deles de uma forma tão "indirecta" que praticamente não chegavam a ser estudo de relação alguma.

Por outro lado, foram encontrados 16 539 artigos referentes a estudos da personalidade, 6 773 artigos sobre atitudes e atribuições, 1 804 relativos ao estudo dos valores, e 1 408 sobre o desenvolvimento moral (contabilizando um total de 26 524 estudos, mais centrados nos aspectos da personalidade e do funcionamento psicológico, nas suas relações com a acção). Quando cruzados com os estudos dedicados à análise de interrelações droga-crime (378), emergiram um total de 77 artigos, relativos a estudos onde estes 3 domínios, de alguma forma, são articulados. Estes 77 artigos foram, por sua vez, alvo de uma análise de conteúdo, feita a partir dos seus *abstracts*, da qual daremos conta de seguida. Esta análise possibilitou-nos, por um lado, a actualização do panorama geral das investigações desenvolvidas neste domínio e, por outro lado, situar o nosso próprio estudo no contexto das investigações actuais, contribuindo ainda para a clarificação do seu enquadramento teórico e da metodologia a utilizar.

Para a análise de conteúdo destes textos foram consideradas algumas categorias base, complexificadas posteriormente em subcategorias, em função dos elementos principais que emergiram - nomeadamente, as características da amostra utilizada pelos estudos, a metodologia e/ou instrumentos de avaliação utilizados, as principais variáveis analisadas, os objectivos gerais enunciados em cada um, o tipo de preocupação teórica ou epistemológica subjacente aos estudos e, finalmente, as conclusões gerais alcançadas.

Destes diferentes elementos daremos conta de seguida, de uma forma necessariamente sintética, e que nos permita apenas delinear as características gerais do quadro investigativo mais amplo em que nos movemos.

-População/amostra-

No conjunto de 77 estudos atrás referidos verifica-se que, relativamente à dimensão das amostras sobre as quais estes incidem, elas variam entre os 15 sujeitos e os grupos com mais de 1000 sujeitos (estes últimos, estudos de cariz epidemiológico), sendo que 9% dos *abstracts* não especificam o tamanho da amostra utilizada; 6% referem amostras com menos de 50 sujeitos; 39% referem amostras entre os 50 e os 250 sujeitos; 16% amostras entre os 250 e os 500 sujeitos; 8% amostras entre os 500 e os 1000 sujeitos; e, finalmente, 22% referem amostras superiores a 1000 sujeitos. Acresce que 49% dos *abstracts* não especificam o sexo dos sujeitos da amostra; 39% assentam em amostras exclusivamente do sexo masculino; 6% assentam em amostras exclusivamente do sexo feminino; e apenas 14% dos estudos utilizam amostras que integram sujeitos dos dois sexos. De salientar ainda que 42% destes estudos utilizam grupos de controle, 35% não utilizam grupos de controle e 23% dos *abstracts* não especificam este aspecto. Por outro lado, 17% destes estudos reportam-se a indivíduos consumidores exclusivamente de álcool; 34% a consumidores de outras drogas que não o álcool; e 49% a consumidores de álcool e outras drogas, simultaneamente. Ao nível dos consumos de drogas visados nestes estudos, é difícil estabelecer a habitual (e contestável) divisão entre "drogas leves" e "drogas duras", uma vez que a maioria dos *abstracts* (61%) não especifica qual(ais) o(s) tipo(s) de droga(s) a que se refere o estudo. No entanto, a maioria dos estudos que o especificam centra-se em populações utilizadoras das ditas "drogas duras" (heroína, cocaína e crack, fundamentalmente).

Já no que se reporta aos actos delinquentes, constata-se que 49% estudam estes comportamentos em populações criminais adultas, enquanto 40% os estudam em populações de jovens delinquentes, havendo 10% de *abstracts* que não caracterizam a população utilizada, quanto a esta variável. Quanto aos tipos de crimes sobre os quais incidem estes estudos, eles são diversos, verificando-se ainda que a maioria dos estudos engloba diferentes tipos de crime em simultâneo. De uma forma muito geral, e atendendo a que 28 dos *abstracts* (36%) não especificam o(s) tipo(s) de crime estudados, poderá dizer-se que a maioria dos estudos com populações identificadas se centram no que é genericamente designado por "delinquência juvenil" (21%); seguindo-se os "crimes contra a pessoa" (14%); depois, e em igualdade percentual, os "crimes contra a propriedade" e os "crimes relacionados com a droga" (10%, cada); e, finalmente, os "status offense" (8%).

Nos estudos em que esta variável da amostra é clarificada, verifica-se que grande parte se reporta a populações consideradas criminais ou delinquentes, com problemas de consumo associados (delinquentes-consumidores); seguindo-se as populações de indivíduos considerados, simultaneamente, delinquentes ou criminosos e consumidores ou toxicodependentes, sem atribuição de qualquer "ordem de importância" ou prioridade a um dos dois comportamentos (delinquentes e toxicodependentes); e, finalmente, populações consideradas consumidoras ou toxicodependentes, com problemas de criminalidade associada (toxicodependentes-delinquentes). A maioria dos estudos incide ainda sobre populações em situação de reclusão, havendo alguns estudos relativos a indivíduos em tratamento ambulatorio, em comunidade ou mesmo em internamento hospitalar, e muito poucos são os estudos que se reportam a indivíduos em situação de liberdade (definitiva ou provisória) ou outras situações intermédias.

-Instrumentos/medidas-

Quanto aos instrumentos de avaliação mais frequentemente utilizados, constata-se que a maioria dos estudos se centra num só instrumento ou medida (43%), embora vários estudos (36%) conjuguem diversos instrumentos de avaliação, enquanto que 21% dos *abstracts* não especificam o tipo de metodologia utilizada.

Entre os instrumentos mais referidos, encontrámos, por ordem decrescente: os inquéritos e questionários; as entrevistas; os testes de personalidade; os inventários (a maioria dos *abstracts* não especificando os seus conteúdos principais); as escalas (na maioria de inteligência, de atitudes e de resolução de problemas); os registos criminais e/ou relatórios de liberdade condicional; os diagnósticos e/ou registos clinico-psiquiátricos; e as medidas biológicas e/ou psicofisiológicas (referidas apenas em 6 dos estudos deste nível, geralmente em associação a medidas de "sensation seeking" e de impulsividade motora).

-Aspectos da personalidade e do comportamento analisados em relação com o uso de drogas-crime-

Os tipos de características de personalidade e de funcionamento psicologico-comportamental, que são estudados em interrelação com os comportamentos de consumo de drogas/álcool e os de prática de crimes, são extremamente diversificados.

Numa tentativa de ordenação desses elementos, poderá referir-se que a maioria se reporta ao estudo das ditas "personalidade antissocial", "personalidade criminal", "personalidade toxicomânica" ou ainda "desordens de personalidade"; seguindo-se os estudos da incidência, nestes indivíduos, de psicopatologias diversas, como a esquizofrenia, a psicopatia e a depressão e ideação suicida,...; e, finalmente, toda uma constelação de atitudes; factores associados ao auto-conceito, auto-imagem e auto-estima; expectativas; atribuições; desenvolvimento moral e valores; alguns aspectos da inteligência e factores cognitivos associados. Encontram-se ainda estudos muito específicos sobre, p.e., o "locus de controle", "sensation seeking" e orientação sexual.

-Objectivos gerais/preocupações subjacentes-

Em termos dos objectivos gerais que são enunciados para estes estudos, verifica-se que a maioria (60%) se propõe analisar relações ou associações entre consumo de drogas, prática de crimes e uma outra variável psicológica, psicossocial ou de comportamento; enquanto 21% se centram no estudo diferencial de subgrupos específicos; 8% procuram testar hipóteses ou modelos teóricos; 6% procuram testar a eficácia de programas de intervenção/tratamento dirigidos a esta população; e, finalmente, 5% procuram testar instrumentos de avaliação desenvolvidos, especificamente, para o estudo destes sujeitos.

No entanto, os estudos que se propõem analisar as relações droga-crime, fazem-no apenas numa perspectiva da constatação de associações empíricas entre os dois comportamentos, mas sem procurarem ir além dessa constatação, isto é, sem procurar compreender o que estará associado a essa relação, ou que processos estarão subjacentes a ela.

Assim, 49 dos 77 estudos (64%), têm como preocupação fundamental a *análise ou descrição de características consideradas específicas* de indivíduos delinquentes e/ou consumidores de drogas, mas sendo esta análise de carácter diferencial, ou seja, procura-se, na maioria dos estudos, avaliar das diferenças entre delinquentes e consumidores em relação a uma terceira variável, quase sempre a "personalidade antissocial".

Apenas encontrámos cinco estudos que procuravam compreender os factores que possam estar relacionados com esta associação droga-crime e, esses, reportando-se a variáveis psicológicas muito específicas, como, p.e., relação entre droga, crime e sensation seeking ou locus de controle ou maquiavelismo,... Outro núcleo de estudos preocupa-se com o estabelecimento de diagnósticos ou a avaliação da incidência de psicopatologia num ou mais destes subgrupos - delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes.

Os restantes estudos repartem as suas preocupações base pela *intervenção* (23%) - quer ao nível da prevenção primária, quer da secundária, quer ainda da predição dos comportamentos; e pela *tentativa de compreensão* destes dois fenómenos e suas interrelações (13%) - quer ao nível da etiologia das relações, quer no desenvolvimento de modelos teóricos explicativos (sociológicos, socio-económicos ou socio-políticos, geralmente), quer ainda ao nível de estudos dos factores psicossociais e comportamentais que possam estar associados a elas.

-Conclusões gerais-

Relativamente às conclusões alcançadas por estes estudos, poderíamos fazer o seu agrupamento em três categorias fundamentais: (i) constatação simples de que existe/não existe uma associação, coexistência, ou relação entre o uso de drogas e a prática de actos delituosos (ou vice-versa); (ii) não existe uma relação directa entre os dois comportamentos/fenómenos, mas interrelações, que são "mediadas" pela sua associação ou coexistência com outras variáveis psicológicas ou psicossociais (e.g., características de personalidade, psicopatologia, auto-conceito, atitudes, origem social, maus tratos na infância,...); (iii) existem instrumentos/variáveis mais ou menos adequados para o estudo destes fenómenos e existem tratamentos adequados para este tipo de população (estas últimas surgem em número extremamente reduzido).

Especificando um pouco mais as duas primeiras categorias (as mais relevantes para a presente síntese, se bem que a primeira se destaque numericamente em relação à segunda), temos, como exemplos das conclusões mais frequentes: em (i), o uso de drogas é mais elevado em delinquentes do que em não-delinquentes; as taxas de criminalidade aumentam directamente com o maior envolvimento no consumo de drogas; existe uma relação entre consumo de álcool e a prática de crimes violentos; as desordens de comportamento associadas ao consumo de drogas estão relacionadas com a prática de crimes contra a propriedade mas não com a prática de crimes violentos; a criminalidade elevada dos "consumidores de drogas duras" não torna o uso de "drogas duras" um preditor poderoso da criminalidade na população, enquanto todo; a relação causal entre drogas e comportamentos antissociais tem sido exagerada; verifica-se uma "relação modesta" entre uso de drogas e crime na adolescência.

Em (ii) destacam-se conclusões, como: existe uma associação significativa entre uso de drogas, criminalidade e personalidade antissocial; existe uma correlação entre a orientação geral para um "estilo de vida" desviante e o uso de drogas e práticas de crime; os criminosos psicopatas têm uma maior probabilidade de apresentarem "múltiplas desordens de abuso de drogas" que os não-psicopatas; o abuso de substâncias no delincente não está directamente relacionado com características centrais da personalidade psicopata, mas antes com uma componente de "desviância social geral"; não se encontram diferenças significativas em termos de variáveis como o auto-conceito, auto-estima, agressividade, entre delinquentes consumidores de determinadas drogas e delinquentes não-consumidores; constata-se a importância fundamental da "auto-avaliação das consequências antecipadas" do uso de drogas e/ou prática de actos delinquentes, no desenvolvimento destes comportamentos; os indivíduos que apresentam, simultaneamente, comportamentos delinquentes e de uso de drogas foram em maior número vítimas de maus tratos na infância, são oriundos de lares emocionalmente perturbados, filhos de pais alcoólicos,...

Como se pode, desde já, constatar por esta pequena síntese da análise de conteúdo dos *abstracts* dos estudos referenciados, também a este nível mais específico, o estudo das interrelações entre os dois fenómenos continua a ser dominado por uma grande dispersão e mesmo ambiguidade na definição de objectivos e metodologias, e por uma elevada inconsistência e mesmo contradição entre os resultados de diferentes pesquisas orientadas para os mesmos fins.

E, sobretudo, por uma grande lacuna em termos de estudos que efectivamente procurem a análise e

compreensão das relações múltiplas droga-crime, e não só a sua constatação empírica. Este não é senão um reforço da constatação já anteriormente feita de que estamos num terreno de pesquisa complexo e pouco "desbravado" ainda e que, por outro lado, não se deixa captar facilmente, sobretudo se o tentarmos analisar ou compreender à luz de modelos ou metodologias simplistas e reducionistas. Reforço, afinal, da necessidade de uma investigação integradora de diferentes níveis de análise, orientada por um modelo que permita a sua leitura coordenada, integrada e complexificante, implementada através de uma metodologia compósita, que articule aspectos quantitativos e qualitativos e diferentes tipos de "designs" experimentais, de metodologias, instrumentos e medidas. Na sequência dessa constatação, é propósito do presente estudo contribuir para uma parcela da clarificação e compreensão dos processos psicológicos envolvidos na manifestação destes comportamentos e das suas interrelações, empiricamente constatadas.

1.3. Estudos centrados na personalidade dos sujeitos toxicodependentes-delinquentes: dos traços aos processos.

Envolvendo o estudo das relações droga-crime, dois fenómenos que têm suscitado, individualmente, o desenvolvimento de modelos teóricos próprios e, no caso do crime, uma disciplina científica com mais de um século de história - a Criminologia, seria de esperar que esse estudo se processasse, ele próprio, através de uma interrelação entre os dois domínios disciplinares envolvidos.

Paradoxalmente (ou talvez não)⁽³⁾, não é esse o caso, verificando-se até que, apesar do seu maior desenvolvimento, não é a criminologia, mas a área de estudos das toxicodependências, a que tem produzido maior investigação sobre as relações droga-crime. A criminologia só muito recentemente se envolveu neste domínio investigativo, se exceptuarmos as questões relativas aos processos de criminalização primária e secundária das drogas.

Assim, as hipóteses explicativas que vamos encontrar para as relações droga-crime são, na sua

⁽³⁾ Se pensarmos com Th. Kuhn no processo de evolução (por revoluções...) ao nível da produção científica, talvez não seja de todo paradoxal que um "ramo disciplinar" emergente congregue tanto interesse e tantos olhares por parte da comunidade científica...

generalidade, traduções ou aplicações directas ao fenómeno da interrelação de modelos explicativos, quer da toxicodependência, quer da criminalidade, mas com muito pouco esforço de integração mútua.

Dessa forma, e reportando-nos agora apenas aos aspectos que mais directamente nos dizem respeito no nosso nível de análise - designemo-lo, genericamente, por estudos da personalidade - iremos referir, de forma sintética, os principais modelos de conceptualização da toxicodependência e da criminalidade, bem como as tentativas de relacionamento entre os dois, que têm emergido nos últimos anos. Só assim poderemos, de uma forma mais clara, situar o nosso próprio estudo por relação com os restantes, naquilo que de comum tem com eles e naquilo em que deles mais se distingue.

Ao nível da investigação e produção teórica no domínio das ciências do comportamento, acreditou-se durante muito tempo - e esta é uma posição defendida ainda por diversos autores - que a via mais adequada para a sua compreensão seria a pesquisa de disposições ou traços de personalidade, consistentes e estáveis, exercendo efeitos generalizados e determinantes no comportamento dos indivíduos. Não será de estranhar, por isso, que também no domínio da criminologia clínica os investigadores se tenham centrado na pesquisa dos traços ou variáveis da "personalidade criminal", subjacentes ao e determinadores do comportamento transgressor e, no que diz respeito ao estudo das toxicodependências, se tenha enveredado por um percurso similar face à "personalidade toxicomaniaca" do consumidor de drogas.

Aliás, se analisarmos em paralelo os dois modelos, verificamos que as características ou variáveis de personalidade estudadas e encontradas para cada um destes grupos de comportamentos ou de sujeitos, isoladamente (e que supostamente distinguem e caracterizam de forma específica uns e outros), nem sequer são assim tão diferentes. A maior distinção acaba por residir no carácter marcadamente hedónico que é atribuído ao comportamento dos toxicodependentes (e na dificuldade em adiar a resolução dos desejos), enquanto aos delinquentes é atribuída uma maior dificuldade na aquisição e/ou interiorização das normas base de conduta social, associada a impulsividade comportamental.

No entanto, a racionalidade que os sustenta - um conjunto de traços de personalidade específicos e responsáveis por aquele comportamento - é basicamente a mesma. E esses traços e características da personalidade são, basicamente, os mesmos também, para uma e para outra estrutura de personalidade:

- "nó central", composto pelos traços de egocentrismo, labilidade, agressividade e indiferença afectiva (Pinatel, 1963, 1991); síndrome com forte componente desenvolvimental que assenta em três sintomas fundamentais - enraizamento criminal, dissocialidade perdurável e egocentrismo exacerbado (LeBlanc & Fréchette, 1987, 1991); estrutura biopsicológica composta por três traços dominantes - extroversão/introversão, neuroticismo e psicoticismo (Eysenck, 1953, 1977); constelação de traços onde ressaltam as características de alienação dos valores sociais, "imoralidade", impulsividade, reduzida auto-estima, sentimento de perseguição e relações interpessoais conflituosas,... (Jaffe et al, 1985; Goldsmith, 1987; Addad & Lenslan, 1990) - para os delinquentes.

- estrutura "borderline" ou "estado limite", caracterizada por uma elevada fragilidade do Eu, reduzida tolerância à dor e à frustração, elevado hedonismo e incapacidade de adiar a resolução dos desejos, depressividade e ansiedade elevadas, impulsividade, imaturidade, ambivalência e labilidade afectiva, agressividade (voltada contra si), dificuldade de integração social e ausência de ligação aos papéis convencionais, relações interpessoais superficiais e conflituosas (Rado, 1933; Dias, 1982; entre outros); a personalidade do adicto típico caracteriza-se por uma constelação de traços comuns - percepção da realidade externa simplificada e quase infantil, imaturidade, domínio do princípio do prazer sobre o da realidade, subestimação dos obstáculos exteriores à realização dos objectivos, baixos níveis de empatia emocional, hostilidade e fraco auto-controlo/impulsividade (Bruno et al, 1981) - para os toxicodependentes.

Os estudos que encontrámos e que, tomando as variáveis de personalidade como variáveis mediadoras, procuram analisar as relações droga-crime, para além de serem muito poucos, regem-se quase todos por esta procura de traços característicos dos toxicodependentes e/ou delinquentes, na sua maioria procurando estipular, afinal, as diferenças entre os dois grupos de indivíduos, e muito raramente a tentativa de análise de factores, variáveis ou processos, que possam estar associados às suas interrelações.

Um dos estudos, digamos assim, paradigmático do que se tem feito neste domínio é o de Gossop & Eysenck (1983), no qual os autores compararam um grupo de criminosos reclusos com um grupo de toxicodependentes em tratamento, utilizando, para tal, o Inventário de Personalidade de Eysenck. Os seus dados revelam uma diferença entre os dois grupos de sujeitos, verificando-se que os criminosos obtiveram scores mais elevados que os toxicodependentes na extroversão, enquanto que os toxicodependentes obtiveram scores mais elevados no psicoticismo e neuroti-

cismo. Apesar do *elevado envolvimento criminal* que encontraram nos *toxicodependentes*, estes autores concluem que criminosos e toxicodependentes diferem significativamente entre si, para cada um dos factores de personalidade definidos por Eysenck.

Sendo que a maioria dos estudos define a existência de um dado conjunto de traços específicos, definidores de uma personalidade também ela específica e diferencial, que determina comportamentos de uso de drogas e/ou de criminalidade, como explicar os resultados de estudos como o de Reming (1988) que, comparando características de personalidade de um grupo de "super-polícias", com as de um grupo de "polícias médios", as de um grupo de "criminosos de carreira" e um grupo controlo de "cidadãos normais médios", vai concluir que os "super-polícias" e os "criminosos de carreira" não diferem entre si significativamente, muito embora difiram, quer dos "polícias médios", quer dos "cidadãos médios", que, por sua vez, não diferem significativamente entre si.

Os dados deste estudo vão confirmar a hipótese enunciada pelo autor de que "super-polícias" e "criminosos de carreira" tendem (dadas as suas similaridades ao nível da percepção, dos processos cognitivos e emocionais, atitudes, ...) a responder ao meio, ou seja, a agir de uma forma muito similar, confirmando o velho ditado de que "para ladrão, ladrão e meio"...

Se nos orientássemos pela linha que tem dominado as investigações nesta área, teríamos, então, de concluir que a "personalidade policial" (termo do autor) seria em tudo idêntica à "personalidade criminal", o que nos deixaria num grande dilema explicativo face às diferentes determinações comportamentais que uma e outra teriam produzido nos seus sujeitos.

A importância crucial de estudos como este resulta, a nosso ver, da mudança de perspetivação que implicam, isto é, o afastamento do estudo das causas directas e a aproximação a toda uma nova corrente teórica e investigativa que, abandonando a tradicional noção de causalidade, procura desenvolver um modelo de análise do fenómeno mais complexo e abrangente, que permita aceder à compreensão dos *processos* que conduzem à prática de actos transgressivos e à determinação do *sentido* que lhes é atribuído pelos seus actores.

Nesta linha, e ao nível da criminalidade, encontramos em Ch. Debuyst (1977, 1983, 1989) um dos seus principais representantes, contestando este autor o conceito de personalidade criminal, tal como ele é definido pelos teóricos da linha diferencial. Segundo Ch. Debuyst (*ibidem*), este é um conceito que introduz: (a) uma "construção ingénua do real", uma vez que, quer a sua concepção

como conjunto fixo e determinado de traços ou dimensões, quer os instrumentos utilizados para a sua avaliação, são limitados e inapropriados para a sua captação, podendo levar à construção de uma "representação perigosa do real" sempre que fizermos a sua aplicação directa; (b) um reducionismo inaceitável, na medida em que realiza uma concepção estática do indivíduo e não traduz a heterogeneidade dos actos, pessoas e situações em jogo nos fenómenos de transgressão. Já ao nível da toxicoddependência encontramos, p.e., Olievenstein (1979, 1983) que, embora tenha partido de uma concepção psicodinâmica e de um conceito de personalidade típica do toxicoddependente, acaba por concluir, ao longo do seu trabalho e do seu contacto com estes, que qualquer estrutura de personalidade poderá afinal aparecer implicada numa toxicomania e que, para além disso, toda a aparência de estrutura estável é prodigiosamente acelerada e desacelerada pelo toxicómano, sem que possamos caracterizá-lo, exclusivamente, a partir desses elementos.

O conceito central, então, deixou de ser o de causa ou determinação, para passar a ser o de *processo*, entendido enquanto acção regulada que toma lugar numa dada temporalidade, integrado num dado contexto, jogo de interacções entre sujeitos, que se desenrola num tempo ou numa história, e por relação à qual as acções vão adquirir o seu sentido.

Dizia Odriozola (1991), referindo-se ao comportamento criminal, e parafraseamo-lo nós, alargando-a aos comportamentos transgressivos em geral (consumo de drogas e criminalidade em particular) - "está longe de se comprovar que existem diferenças de personalidade entre delinquentes e não delinquentes. A pesquisa actual orienta-se cada vez mais para a compreensão dos processos complexos pelos quais uma pessoa se implica numa conduta delinvente, adquire uma identidade criminal e adopta, em última instância, um modo de vida delinvente" (p.171).

Não estamos já perante um determinado conjunto de traços de personalidade determinadores de um comportamento transgressivo, mas perante o resultado emergencial da interacção entre situações, contextos, posições sociais, processos cognitivos, afectivos, relacionais e experienciais, que levam o sujeito a interpretar as situações de uma dada forma particular, a construir uma dada visão da realidade e, em função delas, a agir em conformidade com o sentido que lhes atribuiu. E assim nos aproximamos, definitivamente, daquela que é a nossa posição teórica e epistemológica de base neste estudo.

1.4. Racional orientador do estudo - a teoria geral do sujeito auto-poiético e sua aplicação ao estudo das relações droga-crime.

Processos em vez de causas, a construção ou "versões do real" e a leitura que os indivíduos fazem do meio, o actor dos comportamentos de consumo de drogas-prática de crimes. Para poder analisar estas diferentes vertentes, necessitávamos de um modelo teórico orientador que nos permitisse - ao contrário do que acontece na maioria dos estudos - analisar acto e personalidade em relação e não isoladamente, ou seja, estabelecer uma integração entre Sistema da Personalidade e Sistema da Acção. Para além disso, a necessidade de não esquecer o sujeito, a lógica atribuída por ele aos seus actos, as suas significações - donde, Sistema de Significação. E, finalmente, a construção que este faz do seu meio, a posição que, face a ele, adopta, e em função da qual vai agir de uma ou de outra forma - Posições de Significação Existencial, neste caso concreto, de Significação Transgressiva.

Estão assim enunciados os principais elementos constitutivos da Teoria Geral do Sujeito Auto-poiético de C. da Agra (1986, 1990, 1991), de acordo com a qual o indivíduo é constituído por três sistemas fundamentais - sistema da personalidade, sistema da acção ou sistema eto-ético e sistema de significação.

O sistema de personalidade é conceptualizado pelo autor (1986) como sistema auto-organizado, composto por diferentes subsistemas ou estratos inter-comunicantes, organizados, à semelhança de todo o sistema complexo, numa estrutura hierárquica, dentro da qual estabelecem entre si relações funcionais e de interdependência mútua. São sete os estratos ou subsistemas constitutivos do sistema da personalidade: neuro-psicológico; psicosensorial; expressivo; afectivo; cognitivo; experiencial e político. Os diferentes subsistemas estabelecem entre si conexões múltiplas e complexas, competindo ao estrato político a organização e integração final, significativa, dos restantes estratos. É este sistema de personalidade que constitui a matriz de produção do sistema psíquico, cuja função central é dar um destino, uma significação psicológica, ao seu substrato biológico e ao seu superestrato sociocultural; ou seja, realizar uma psico-auto-poiese. Quanto ao *sistema eto-ético*, ou *sistema da acção*, ele é considerado na relação com o sistema da personalidade, sendo constituído em homologia com este último - também ele comporta diferentes estratos, compostos, neste caso, por diferentes conjuntos de actos e acções (psicobiológicos,

afectivos, cognitivos,...), hierarquizados segundo níveis de complexidade crescente e inter-articulados e inter-relacionados entre si. As interrelações complexas e de serviço mútuo entre estes elementos-actos dão origem a propriedades emergenciais do sistema - neste caso, *emergência do ético e emergência do psíquico* (Agra, 1990).

Por sua vez, os dois sistemas - da personalidade e da acção - são inter-relacionados e estabelecem entre si relações mutuamente produtoras: o sistema de personalidade, ou matriz do sistema psíquico (*forma*), é matriz de produção do sistema de acção e define as condições da sua possibilidade; enquanto o sistema da acção (*conteúdo*) é processo de materialização da personalidade e define as condições da sua operacionalidade - da circularidade entre personalidade e acção, emerge a *Significação* - esta é, assim, uma relação produtora de *sentido(s)*.

Com a aplicação deste modelo teórico ao comportamento de transgressão, emerge o conceito de *posição de significação transgressiva*, implicando este a aceitação de que a transgressão comporta em si uma lógica própria e um sentido ao qual poderemos aceder. Cada posição de significação constitui um modo de apreensão do real e de postura neste, ou seja, constitui uma dada forma de tradução e de concretização do Eu no mundo, enquanto conjunto interarticulado de possibilidades biológicas, psicológicas e sociais.

Neste nível de análise das relações droga-crime ficaremos pelo sistema de personalidade na sua relação com o sistema de acção, deixando apenas pistas para a compreensão das significações dos actos, na medida em que estas requerem um outro tipo de estudo, centrado nas narrativas dos próprios sujeitos. Os dois tipos de análise revelam-se, contudo, complementares, sendo de destacar a interrelação existente entre este e o estudo de Manita, Carvalho e Agra (1997), incluído também neste programa de investigação,⁽⁴⁾ que nos permite ir um pouco mais longe na compreensão das relações Acção - Personalidade - Significação.

Definido o racional orientador, trata-se agora de estabelecer a metodologia e os instrumentos de avaliação da personalidade, adequados à sua tradução empírica. Deles daremos conta no ponto seguinte.

⁽⁴⁾ Manita, C.S.; Carvalho, J.N. e Agra, C.M. - Planos de vida, droga e crime.

2. Metodologia

Desenvolver uma metodologia que tentasse estabelecer o que surge primeiro, ou qual o comportamento que causa o outro (se o crime, se a droga), à luz do que foi referido atrás, revelava-se desde logo desadequado e inútil. Nunca foi esse o nosso objectivo, da mesma forma que o não foi a procura de características de personalidade específicas, que fossem causa directa destes comportamentos ou, chamemos-lhe assim, a determinação das características de uma "personalidade criminal-toxicomaníaca".

Procurámos, antes, o conhecimento de como se organizam os diferentes componentes e estratos da personalidade dos sujeitos em questão na nossa amostra, na sua relação com os processos associados à emergência de condutas transgressivas, quer as delituosas, quer as de utilização de substâncias psicoativas.

Acresce ainda que o estudo da personalidade, embora centrado no indivíduo, tem vindo a atribuir uma crescente importância aos factores ecológicos que o rodeiam, e à interacção destes factores com os processos de mediação interna realizados pelo sujeito (além da própria interacção complexa entre os processos cognitivos, emocionais e afectivos que se opera em cada indivíduo), bem como à construção de significados e sentidos que este realiza na sua relação e interacção com os outros e com o mundo.

Revela-se assim cada vez mais importante o estudo das "versões" que os sujeitos constroem do mundo, ou seja, o estudo dos processos cognitivos, ideativos e afectivo-emocionais que estão na base das interpretações que são feitas das diferentes situações e contextos, em função das quais ele vai agir. É precisamente a essa primeira base de "construção do real" e de relação com o mundo que a nossa metodologia se propõe aceder.

2.1. O Teste de Rorschach - das razões da sua utilização e da opção pelo "comprehensive system" de J. Exner.

Atendendo ao objectivo atrás enunciado e ao facto de diferentes estudos (Ford, 1987; Searle, 1985), concluírem que: (i) a percepção, selecção, processamento e organização da informação que o sujeito

realiza têm como um das funções centrais lidar com a complexidade e com a variabilidade do meio, identificando e abstraindo consistências e diferenças nos padrões espacio-temporais, que o indivíduo vai depois estruturar de uma forma significativa e; (ii) a cognição e a ideação são dois dos principais processos através dos quais o indivíduo associa significados à percepção, primeiro passo para que proceda à construção de um dado sentido.

Concluimos - em função de uma análise que realizáramos noutra ocasião (Manita Santos, 1993, 1994, 1996) - que, para aceder a essa base de estruturação do real, subjacente à (e influenciadora da) experiência que dele é feita por cada indivíduo, nada melhor que um teste que, pelas suas características de ambiguidade perceptivo-cognitiva, nos possibilitasse o conhecimento das formas específicas e significantes de estruturação dos estímulos do meio pelo sujeito. O Rorschach, mais que qualquer outro teste do tipo, pelas suas características particulares, pareceu-nos o mais indicado para alcançar esses objectivos.

Mostrada a viabilidade e utilidade da sua aplicação à população que nos concerne, através de um estudo piloto prévio (Manita Santos, 1994, 1996), faltava apenas optar por um dos vários sistemas disponíveis para a sua interpretação - neste caso, o Sistema Integrativo de Exner, pelas razões que passamos a enunciar.

- DAS RAZÕES DA OPÇÃO PELO "COMPREHENSIVE SYSTEM" DE J. EXNER -

Desde a sua publicação, em 1921, que o teste criado pelo psiquiatra suíço Herman Rorschach (falecido precocemente e sem ter concluído as suas investigações para a constituição de um modelo interpretativo), tem originado um elevado interesse, associado a uma não menor controvérsia, entre investigadores, clínicos e teóricos de diferentes orientações.

No meio de toda esta diversidade, dispomos, actualmente, de duas grandes linhas de administração e interpretação deste teste - uma, de orientação psicodinâmica, que foi dominante até aos anos 60, e outra de orientação, digamos assim, mais cognitivista-constructivista, que tem vindo a alcançar crescente implementação nos últimos 20 anos, na sequência dos trabalhos levados a cabo, nos EUA, pela equipa da *Rorschach Research Foundation* (R.R.F), coordenada por J. Exner.

a) Estudos de orientação psicanalítica/psicodinâmica

Em termos muito genéricos, poderá dizer-se que os autores desta linha interpretativa encaram o Rorschach, fundamentalmente, como técnica clínica, enfatizando (particularmente, depois dos trabalhos de Rapaport, desenvolvidos a partir de 1946) o seu carácter de *prova projectiva*, reveladora da organização e dinâmica internas do indivíduo, no jogo entre as diferentes instâncias e forças psicológicas que estruturam e operam no sistema da personalidade.

Este teste, pelas suas características perceptivo-projectivas, induzirá no sujeito uma constante oscilação entre processos de funcionamento primários (de regressão ao princípio do prazer, estado muito similar ao onírico, dominado pelos impulsos primários infantis, do Id) e processos de funcionamento secundários (dominados pelo princípio da realidade, numa tentativa de controlo dos primeiros pelas estruturas do Ego e Super-Ego), traduzida na resposta verbal que é dada pelo sujeito. Esta resposta resultará do seu esforço para escapar à sensação de "desrealização", "experiência de caos", "angústia de fragmentação ou de perda da forma", induzidas pelo Rorschach.

Jogo então, entre os mecanismos projectivos e os mecanismos defensivos do indivíduo, que nos dará conta da sua organização e dinâmica internas e da forma dominante de relação com o meio. Estes modelos de orientação dinâmica permitem dois tipos de análise - uma, mais quantitativa, traduzida nos cálculos e variáveis que compõem o "psicograma" do sujeito, ponto de partida para uma análise global do teste; e uma outra, de cariz qualitativo, assente nos conteúdos das respostas, e forma como elas se articulam em termos perceptivo-linguísticos, a qual, depois dos importantes trabalhos de Schafer, iniciados em 1943, se tornou dominante nesta linha de interpretação do Rorschach (Rapaport & Schafer, 1946).

Esta análise qualitativa inclui, fundamentalmente, dois aspectos - uma análise "temática" de cada resposta, assente em conceitos como os de dependência/independência, regressão, conflito, atitudes face ao papel sexual, narcisismo,...; e uma análise das respostas, placa por placa, que se baseia no pressuposto de que cada uma delas suscita, de forma dominante, um determinado conteúdo latente, presente na forma como o sujeito vai articular a resposta a essa placa (e.g., placa III e o relacionamento interpessoal; placa IV e os imagos paternos/confronto com a autoridade; placa V e o confronto com o real; placa VI e a orientação/papel sexual).

Uma pesquisa bibliográfica prévia à tomada de posição teórica e metodológica que aqui

realizámos revelou-nos que os estudos desta orientação, levados a cabo no domínio da criminalidade e das drogas, procuraram, na sua maioria: (i) precisar uma estrutura e dinâmica da personalidade que permitissem a formulação de um quadro diagnóstico psicopatológico dos diferentes grupos de sujeitos delinquentes e toxicodependentes; (ii) a categorização diferencial destes indivíduos em "tipos de delinquentes" ou "tipos de toxicodependentes"; (iii) a sua diferenciação face aos grupos de indivíduos ditos "normais" e; (iv) a elaboração de tabelas preditivas que permitissem uma despistagem precoce dos sujeitos "em risco" de se tornarem uma ou outra coisa, ou mesmo ambas.

Encontrámos, como exemplo das investigações que mais se destacaram nesta linha de interpretação, estudos como os de Zulliger (1938), analisando a "personalidade do ladrão", em torno de variáveis como a confabulação, o Tipo de Ressonância Interna, graus de modulação afectiva e conteúdos humanos, e estabelecendo uma tipologia que contemplava o delincente ocasional, o "desviado", o neurótico, o psicopata e o oligofrénico. De forma muito similar, Loosli-Usteri (1957) desenvolveu um estudo diferencial em torno de características da inteligência e pensamento de delinquentes, "Tipo de Ressonância Interna" e características da sua modulação afectiva; e Bochner & Halpern (1948), analisando os problemas de comportamento associados à delinquência, estabeleceram diferentes grupos dentro do grupo geral dos delinquentes: os com personalidades desajustadas e traços neuróticos, os que manifestavam desejos de contacto social mas não o conseguiam efectivar e, finalmente, os que manifestavam traços de psicopatia.

Em contrapartida, S. Glueck & E. Glueck (1950), que desenvolveram também um estudo diferencial, concluíram que a delinquência não corresponde a um tipo de estrutura psicológica bem definida, mas antes a diferentes tipos de personalidades; enquanto que Oberle & Fagherazzi (1983) conseguiram chegar à definição de uma tipologia de delinquentes - o anti-social, o neurótico e o psicopata, fazendo a sua caracterização através do uso do número de respostas ao teste, localizações e determinantes escolhidos, tipo de apreensão, Tipo de Ressonância Interna. Mais recentemente, S. Ribeiro (1986) realizou um estudo de caracterização psicopatológica da personalidade de toxicodependentes, incluindo um capítulo relativo a dados epidemiológicos, no qual estava presente a preocupação em definir possíveis relações entre a toxicodependência e a prática de comportamentos delituosos. Este psicólogo concluiu da existência de dois subgrupos de sujeitos: (a) os com personalidade "borderline", destacados na sua análise e; (b)

os ditos casos "atípicos", sendo que a maioria dos toxicodependentes terá uma estrutura de personalidade "borderline", conclusão que, como já referimos, é comum a diversos investigadores que se dedicam ao estudo da toxicodependência (cf. 1.3.).

Quanto ao domínio da delinquência, destacam-se os recentes trabalhos da equipa orientada por R. Ottenhof e A. M. Favard (1990), que têm desenvolvido todo um conjunto de pesquisas centradas no teste de Rorschach, com o objectivo de proceder à validação da "teoria da personalidade criminal" ou "teoria do nó central", de J. Pinatel. Dentro destas, destacam-se os os trabalhos de J. Héraud (1987, 1990), centrados na operacionalização e validação do modelo da "personalidade criminal", seguindo dois níveis de análise - um, que se baseia nos scores e índices clássicos do Rorschach, introduzindo alguns factores novos de cotação, e um outro, centrado num tratamento estatístico, de análise factorial de correspondências, feita a partir de um conjunto de índices que estes autores definiram como correspondentes aos traços da personalidade criminal definidos por J. Pinatel (e.g., índices de avaliação da agressividade traduzida no teste).

Dados os objectivos e o racional que os orientava, todas estas investigações se confrontaram, desde cedo, com algumas questões teóricas e metodológicas importantes, como: a delinquência é uma forma de inadaptação específica, ou é uma resultante de outras formas de inadaptação?; Os traços de personalidade detectados são causas ou efeitos?; Existirá uma estrutura comum no meio da diversidade de personalidades encontradas nos delinquentes?; Será possível identificar, no teste de Rorschach, sinais que sejam, efectivamente, reveladores de delinquência ou toxicomania? Poderá substituir-se ao conceito jurídico um conceito psicológico de delinquência/transgressão? Da mesma forma se confrontaram com os problemas metodológicos comuns a todos os estudos levados a cabo com o Rorschach: a grande diversidade e, mais que isso, a divergência acentuada entre modelos de cotação e interpretação do teste.

Foi precisamente essa dificuldade metodológica que Exner tentou superar, ao desenvolver o "sistema integrativo",⁽⁵⁾ depois de uma extensa pesquisa em torno deste teste lhe ter revelado que a diversidade entre os 5 sistemas principais então existentes era tal - desde a posição física

⁽⁵⁾ Empregamos aqui a designação que tem sido utilizada em Portugal, na sequência das traduções da obra de Exner, realizada pelo Professor Danilo Silva.

do administrador face ao sujeito, e da instrução que era dada no início da administração, até ao método de recolha dos dados, formas de proceder ao inquérito, e, finalmente, a codificação e interpretação que era feita dos diferentes dados obtidos - que a noção de um teste de Rorschach acabava por ser mais um mito que uma realidade. Na verdade, 5 testes de Rorschach profundamente diferentes tinham sido criados (Exner, 1986), para além de todas as combinações personalizadas que cada clínico ou investigador estabelecia para si, face a essa ausência de princípios comuns orientadores.

Exner e os restantes investigadores da R.R.F. dedicaram-se, então, à criação de um sistema que integrasse as características de cada um dos sistemas, para as quais se encontrasse uma comprovação empírica, resultando daí o "Comprehensive System", assim designado, na medida em que não se trata de mais um sistema do Rorschach, mas antes da integração de diferentes aspectos dos sistemas já existentes e "dos conhecimentos mais sólidos alcançados por aqueles que desenvolveram e investigaram o teste" (Silva, 1986).

b) Estudos levados a cabo com o "Sistema Integrativo" (S.I.R.) de Exner

À medida que formos referindo as suas características particulares, estaremos, simultaneamente, a apontar as razões que nos levaram a optar por este sistema de interpretação do Rorschach, em detrimento de um dos sistemas de orientação dinâmica que, como pudemos constatar, dominam ainda os estudos produzidos nos domínios da toxicod dependência e da criminalidade.

De uma forma também muito genérica, poderemos dizer que, ao contrário do que acontece nos sistemas de orientação psicanalítica (que encaram o teste de Rorschach como uma prova projectiva por excelência), no sistema de Exner (1978, 1986, 1991) o Rorschach é conceptualizado como tarefa essencialmente perceptivo-cognitiva, em que se manifestam processos de tomada de decisão e de resolução de problemas.

Ou seja, quando se administra um teste de Rorschach é inicialmente pedido ao sujeito que indique nas manchas algo que, no fundo, não está lá. Este pedido, aparentemente tão simples, irá desencadear uma variedade de complexas operações psicológicas implicadas na actividade mediadora que é realizada pelo indivíduo, na tentativa de estabelecer um equilíbrio entre a

exigência de "violação" da realidade que lhe é feita pelo pedido do administrador e a necessidade vivenciada de manter a sua integridade pessoal.

A resposta final que ele formula implica, dessa forma, um processo de tradução ou transformação dos estímulos inestruturados do teste, sendo esta "actividade mediadora ideográfica" que constitui a "força e o mistério do teste" (Exner, 1980). Considerando (à semelhança de alguns autores de orientação psicodinâmica) que só o estudo aprofundado e a compreensão do processo de resposta ao teste nos poderá fornecer as bases e modelos teóricos para uma utilização e interpretação do Rorschach, mais válidas e consistentes, a equipa orientada por Exner (1978, 1986, 1991) desenvolveu, ao longo dos últimos 20 anos, diversos estudos centrados na análise deste processo de resposta.

Esses estudos revelaram, então, que o conjunto de operações e processos psicológicos implicados na formulação das respostas se assemelha aos *processos de resolução de problemas e de tomada de decisão*, envolvendo também, e inevitavelmente, os processos de *percepção, mediação e processamento da informação* que lhes estão subjacentes.

Estes, por sua vez, e de acordo com a análise potenciada pelo S.I.R., serão reveladores das "*estratégias de coping*" preferenciais utilizadas pelo sujeito, de diferentes aspectos da organização e funcionamento da sua personalidade, e ainda da potencial presença de estados psicopatológicos, conjunto de factores e de processos que estão na base da selecção que o indivíduo faz das estratégias psicológicas a utilizar na relação consigo próprio e com o meio que o rodeia; ou seja, que constituem a base para as suas acções.

Quanto ao fenómeno da projecção, ela pode, de facto, surgir em diferentes momentos do processo de resposta, particularmente ao nível da mediação cognitiva e afectiva dos estímulos perceptivos, por interferência das necessidades, interesses e da organização e dinâmica psicológica do indivíduo, mas a sua interpretação deve ser cuidadosa e devidamente integrada na análise global dos dados do teste (Exner, 1986, 1989). Como afirma este autor (1980, 1986), ao contrário do que muitos autores e clínicos consideraram, o teste de Rorschach não é "um raio-x mágico da mente", mas um teste que desencadeia processos complexos que evocam operações psicológicas fundamentais do indivíduo - não há dúvida que a projecção ocorre, mas considerar este teste, apenas ou sobretudo projectivo é, para este autor, limitar-lhe as suas potencialidades. Dada, porém, a existência desses dois processos, também o sistema integrativo de Exner possi-

bilita dois tipos de análises - uma "interpretação representativa", assente nos dados quantitativos fornecidos pelo "sumário estrutural" (equivalente do "psicograma"), e uma "interpretação simbólica", centrada na análise do conteúdo das produções verbais do sujeito. A primeira revelar-nos-á como o indivíduo age habitualmente, enquanto a segunda nos fornecerá indicações sobre o *porquê* dele agir dessa forma. Atendendo aos diferentes graus de inferência presentes nestes dois tipos de análise, o sistema integrativo atribui primazia à "interpretação representativa", sobretudo quando estamos a lidar com amostras e não com a análise de casos individuais (Weiner, 1977; Erdberg & Exner, 1984).

Por todas as características atrás enunciadas, este pareceu-nos ser, de facto, o modelo interpretativo que mais se adequava aos nossos objectivos de conhecimento da estrutura e organização dos processos de personalidade e da forma como o sujeito constrói a sua "visão" do real e interage com ele.

O Rorschach vai, então, surgir aqui como "amostra do comportamento" representativa de como o sujeito reage em situações de ambiguidade e de como habitualmente age, toma decisões e resolve problemas no seu quotidiano, fornecendo-nos informações sobre a organização e funcionamento da personalidade (Exner, 1986, 1991). Para além disso, ele é encarado como teste com possibilidades de utilização e validação psicométrica, tendo a equipa de Exner desenvolvido diversos trabalhos no sentido de comprovar empiricamente a sua validade e fidelidade. Muito embora o número de estudos desenvolvidos com o sistema de Exner, nos domínios da criminalidade e do uso de drogas seja ainda reduzido, a pesquisa bibliográfica que fizemos revelou que as suas características não diferem, substancialmente, das anteriormente referidas. Ou seja, os seus racionais e objectivos são maioritariamente: (i) o estabelecimento de uma caracterização geral da personalidade de toxicodependentes e delinquentes, por vezes procurando-se o seu enquadramento nos grupos psicopatológicos dominantes; (ii) os estudos de carácter diferencial, de delinquentes e toxicodependentes, entre si e relativamente a amostras normativas; (iii) caracterização geral das variáveis de personalidade que surgem, de forma mais destacada, nestes grupos de sujeitos e; (iv) estudos relativos à utilidade do teste de Rorschach, ao nível dos relatórios de observação e/ou perícias de personalidade, no contexto da avaliação forense.

Como exemplos de estudos com este tipo de preocupação, salientamos os de Weiner (1990), orientados para a avaliação da "personalidade antissocial", e de Sinha et al (1986) que, a partir do estudo de uma amostra de delinquentes, concluem que estes possuem boas capacidades

analíticas e de organização dos estímulos, sendo, contudo, rígidos e estereotipados nas suas formas de pensamento (apesar de bastante inteligentes), e manifestando dificuldades de controlo sobre as suas emoções. Contrariamente ao que esperavam os autores, os delinquentes revelaram-se conformistas, embora menos sociáveis que os não-delinquentes.

No domínio da toxicodependência temos, p.e., o estudo de Cipolli & Galliani (1990), que examinaram a influência do uso de drogas sobre os processos abstractivos e associativos, concluindo que estes eram afectados negativamente, sobretudo ao nível dos processos relacionados com a atenção e a memória e, ainda, no caso dos consumidores de longa data, os processos associados à organização e à eficácia cognitiva.

Também Exner e seus colaboradores estudaram amostras de indivíduos delinquentes (Exner et al, 1970, 1975), toxicodependentes (1976) e alcoólicos (Buhler & LeFever, 1977), procurando a definição de características e processos psicológicos associados a estes comportamentos, evidenciados pelo Rorschach.

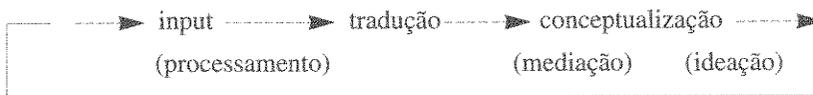
Estes estudos encontraram, genericamente, as mesmas dificuldades que os anteriormente referidos, face a questões como a complexidade e especificidade dos comportamentos em questão, não compatível com linearidades causais simples, reforçando a inutilidade de se definir uma "directão causal" nas relações estabelecidas entre características de personalidade e comportamentos. Apesar disso, continua a ser muito escasso o número de investigadores que procura ir para além do estudo das causas, de tal forma que não encontramos, em nenhuma das nossas pesquisas bibliográficas, qualquer estudo com testes de personalidade que se assemelhasse, em termos dos objectivos e opções metodológicas, àquele que aqui apresentamos.

- DOMÍNIOS E PROCESSOS PSICOLÓGICOS AVALIADOS PELO S.I.R. -

Poderemos considerar globalmente a existência de seis grandes áreas ou domínios da organização da personalidade e do funcionamento psicológico acerca dos quais o teste de Rorschach (segundo o S.I.R.) nos fornece informações: a) Estilos de Coping, Controlo e Tolerância ao Stress; b) Iniciativa e Complexidade Cognitiva/Processamento da Informação; c) Mediação dos estímulos,

Convencionalidade e Adequação Perceptiva; d) factores e características da Ideação; e) aspectos Afectivos e; f) aspectos relativos à Auto-percepção e Percepção e Atitudes Interpessoais.

Os aspectos de processamento, mediação e ideação são frequentemente referidos como a "tríade cognitiva" (Exner, 1991), interagindo entre si de acordo com o seguinte esquema:



A análise destes dados efectua-se a partir do Sumário Estrutural, obtido após codificação das respostas e quantificação das suas características. No nosso estudo limitámo-nos à análise possibilitada pelos dados do sumário estrutural, não tendo realizado qualquer análise de conteúdo ou simbólica das respostas dos sujeitos. Tal opção resulta do facto de estarmos a lidar com uma amostra de sujeitos e não com casos individuais, na medida em que essa análise requereria a construção e testagem de grelhas específicas para o efeito, grelhas essas que, tanto quanto sabemos, não estão desenvolvidas para este domínio de análise.

Exceptuam-se as grelhas desenvolvidas por Favard (in Ottenhof & Favard, 1990) e Héraut (1987, 1990), mas que utilizam conceitos e modelos psicodinâmicos que não correspondem aos nossos objectivos aqui. Por outro lado, as grelhas mais consistentemente desenvolvidas, num sistema mais próximo do de Exner, parecem-nos ser as de S. Blatt (Blatt & Lerner, 1983; Blatt & Berman, 1984), relativas aos aspectos da relação de objecto e desordens de pensamento, mas também elas não correspondiam aos nossos objectivos.

A construção de novas grelhas de análise de conteúdo, específicas para os nossos objectivos e para a nossa orientação teórica e metodológica, seria um trabalho muito moroso e que teria requerido toda uma outra investigação paralela a esta.

Dessa forma, foram seleccionadas para e utilizadas neste estudo, aquelas variáveis do sumário estrutural que, após análise teórica e empírica prévia de todo o conjunto de variáveis que o constituem, se revelaram as mais adequadas para os objectivos propostos. Posteriormente, e do total de variáveis ou conjuntos de variáveis inicialmente seleccionadas, apenas se

mantiveram, por questões de aplicabilidade conceptual e estatística, cerca de 50, a maioria das quais (re)categorizadas em classes, de acordo com valores intervalares e de referência, definidos em anteriores estudos⁽⁶⁾.

Estas foram sujeitas a uma análise de cariz quantitativo, através de diferentes provas estatísticas, complementada, sempre que relevante ou necessário, por uma análise de cariz mais qualitativo. Para além das características já referidas, o teste de Rorschach, não sendo um teste de auto-relato (ao contrário do que acontece com os restantes testes utilizados neste estudo), permitir-nos-á escapar melhor às influências da designada "desejabilidade social", factor que exerce uma grande influência sobre qualquer grupo de indivíduos avaliados, mas mais ainda sobre um grupo com as características do nosso.

Ele permitirá ainda escapar às dificuldades sentidas frequentemente por indivíduos com baixo nível de escolaridade, no que diz respeito à compreensão (e, logo, à forma de lhes responder) das questões colocadas nos inventários de auto-relato, bem como ao factor de aleatoriedade das respostas, que poderá estar presente nesse tipo de testes - neles, o indivíduo pode responder, não só de acordo com o que pensa que seria desejável ou esperado dele (desejabilidade social), como também o pode fazer sem sequer olhar aos conteúdos das questões e colocando as cruzes totalmente ao acaso (não terá sido esse o caso na presente amostra).

Muito embora estes diferentes factores tenham sido tomados em consideração e se tenham feito todos os esforços para os ultrapassar, pareceu-nos ser fundamental neste estudo a utilização do teste de Rorschach como *instrumento central*. Por isso, e como se verificará facilmente, os elementos fornecidos por este teste foram alvo de uma análise mais aprofundada que os dos restantes.

⁽⁶⁾ Um dos problemas com que nos confrontámos na utilização do Teste de Rorschach, como aliás para a maioria dos testes utilizados em Portugal, é a falta de estudos normativos, de aferição ou de adaptação para a população portuguesa que nos permitam, quando estamos a trabalhar com amostras e não com casos individuais, utilizar valores de referência nacionais. Face a esta situação, optámos por abdicar da utilização de variáveis cuja análise fosse fortemente influenciada por "critérios normativos" (e.g. F+% e X+%).

- PESQUISA BIBLIOGRÁFICA EM BASE DE DADOS -

Antes de passar à caracterização dos restantes instrumentos utilizados, apenas uma breve referência ao facto de, também a este nível, termos realizado uma pesquisa bibliográfica em base de dados, similar à referida no ponto 1.2., mas centrada agora nos estudos que utilizaram o teste de Rorschach, enquanto instrumento de avaliação-compreensão dos fenómenos de consumo de drogas, delinquência, ou das relações entre os dois.

Muito sinteticamente, a análise dos *abstracts* encontrados revela que este teste tem sido frequentemente utilizado em estudos que procuram contribuir para a definição das características específicas próprias dos sujeitos com "personalidade toxicómana"; para a definição das características específicas próprias dos sujeitos com "personalidade criminal"; para a análise da relação destas estruturas de personalidade com outros factores psicossociais ou com outros comportamentos; mas que muito raramente tem sido usado em estudos que se centram na análise das interrelações entre o uso de drogas e a prática de crimes.

Por outro lado, verifica-se que a utilização deste teste é feita ainda de forma dominante a partir de modelos de administração, codificação e interpretação do Rorschach, de cariz psicodinâmico ou psicanalítico; se bem que nos últimos 5 anos, aproximadamente, emerge um número progressivamente maior de estudos que optam pela utilização deste teste segundo o "comprehensive system" de J. Exner.

Estes dados vêm, assim, concorrer para a constatação, já anteriormente referida, de que a utilização deste sistema de interpretação, e mesmo do próprio teste de Rorschach, em estudos similares ao presente, é ainda uma situação pouco comum e que requer o desenvolvimento de novos estudos, com vista, quer a um aprofundamento do conhecimento das suas potencialidades, quer à criação de uma plataforma empírica de base, que permita uma mais sólida utilização e interpretação dos seus dados, ao nível da investigação. Sobretudo quando estudos como os de Weiner (1989, 1990), de Sciara (1990) ou RosPlana (1990), nos demonstram a importância do uso do teste de Rorschach, segundo o sistema de J. Exner, na avaliação forense e similares.

2.2. Os instrumentos de auto-relato

- CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS -

Para além das questões relativas à "desejabilidade social" e dificuldades de compreensão dos ítems neste tipo de questionários, atrás referidas, gostaríamos de salientar ainda alguns aspectos que nos parecem fundamentais para uma melhor compreensão da especificidade de cada uma destas provas psicológicas, e das limitações que se colocam às tentativas de integração entre dados provenientes de diferentes tipos de instrumentos de avaliação, como os utilizados neste estudo.

Por medidas de auto-relato entende-se, genericamente, todos os instrumentos (sejam questionários, inventários, entrevistas,...), que recolhem a informação a partir dos relatos, respostas, escolhas,..., do próprio indivíduo, relativamente aos seus comportamentos, atitudes, valores, etc, que estejam a ser avaliados. Estes instrumentos têm vindo a sofrer sucessivas melhorias, em termos da metodologia para a sua construção, administração, codificação, análise estatística e interpretação, mas, apesar disso e apesar do seu uso generalizado ao nível da avaliação em geral, e da avaliação psicológica em particular, alguns autores têm vindo a questionar a pertinência e mesmo a validade destas medidas.

Alguns propõem a sua relativização e contextualização, defendendo um uso mais integrado e cuidadoso, e não tão generalizado e directo como tem sido feito até ao momento, enquanto outros propõem mesmo a sua invalidação (cf. número temático da revista *Behavioral Assessment*, 1990; Babor et al, 1990; Clark, 1988; Nisbett & Wilson, 1977). Este é um debate que se tem desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos, suscitando diversas opiniões e dando origem a diversas investigações que procuram, quer a sua defesa, quer a sua crítica, quer a sua invalidação global. Nisbett & Wilson, no seu já célebre "Telling more than we can know" (1977), concluem, a partir dos diversos estudos que efectuaram, da possibilidade de se pôr em causa a existência de um verdadeiro acesso introspectivo pelos sujeitos, aos seus processos cognitivos superiores, argumentando ainda que, mesmo que o acesso introspectivo à justificação dos seus comportamentos exista, ele não será o suficiente para produzir respostas adequadas acerca do papel de alguns elementos ou estímulos críticos nas respostas às questões formuladas.

Os autores adiantam, por seu turno, possibilidades explicativas alternativas para justificar a

frequente correlação encontrada entre estes auto-relatos e os comportamentos efectivamente revelados pelos indivíduos, sendo um dos principais argumentos o de que, se as descrições destes processos forem adequadas, então, é porque elas coincidiram com teorias *a priori* acerca desses comportamentos e não porque resultaram de um verdadeiro acesso introspectivo do sujeito aos seus processos superiores.

Como seria de esperar, existe, paralelamente a esta corrente que defende genericamente que nós "dizemos mais do que aquilo que podemos saber...", toda uma outra linha de contestação e oposição teórica e empírica às conclusões destes autores e dos seus seguidores, analisando-as criticamente, contrapondo-as com um alternativo "sabemos mais do que aquilo que podemos dizer..." ou contestando-as mesmo na sua totalidade (Kraut & Lewis, 1982; Bowers, 1984, White, 1988).

Recentemente, um número especial da revista *Behavioral Assessment* (1990) foi dedicado à análise da validade destas medidas de auto-relato, sendo a conclusão geral a de que a sua utilização poderá ser melhorada através de determinadas estratégias complementares, por forma a obter resultados mais consistentes e válidos.

Não iremos, de forma alguma, entrar neste debate, uma vez que este não é o local indicado para isso, nem tão pouco se encontra nos objectivos do presente estudo, tendo-lhe sido feita referência, apenas para ressaltar as suas limitações, a razão de termos privilegiado o teste de Rorschach e, finalmente, para relembrar a impossibilidade de uma total articulação ou complementaridade entre as informações fornecidas pelos dois tipos de instrumentos aqui utilizados.

Optámos, mesmo assim, pela utilização conjunta destes instrumentos, na medida em que, para além da especificidade da informação fornecida por cada um deles, verificámos que existe uma grande paridade conceptual entre os processos e estratégias (psicológicas e comportamentais) que estes avaliam, e alguns dos processos e estratégias centrais avaliados pelo Rorschach. Esta relação conceptual, associada ao facto de os inventários terem sido construídos com base na população portuguesa, permite-nos realizar uma análise concorrente dos dados, que contribua para um reforço convergente da sua validade.

- ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS A ESTES TESTES -

Dado que existem dois conceitos - estratégias e estilos de *Coping*; *Controlo e Tolerância ao Stress* - que vão surgir repetidamente referenciados na apresentação e análise dos dados do Rorschach, do I.R.P. e, de certa forma também, do I.C.A.C., sendo conceitos que se revelam fundamentais para a sua compreensão, pareceu-nos importante referir aqui, de forma muito sintética, quais as concepções de *Coping* e de *Stress* que estarão a ser utilizadas.

Assim, o conceito de "Stress" (e apenas consideramos aqui o designado "stress psicológico") é encarado no mesmo sentido que lhe é atribuído por Selye (1980), enquanto *resposta não específica de um organismo a qualquer exigência de adaptação*; centrando-se este estudo naqueles aspectos que, de acordo com a categorização feita por Houston (1987), constituem o *processo* interveniente na fase que medeia entre a situação-estímulo e a resposta do indivíduo. Ou seja, a natureza e características dos fenómenos psicológicos que se operam no indivíduo durante esse espaço de tempo. A este nível procura-se, então, compreender como é que o sujeito procura estabelecer um equilíbrio entre as *exigências por ele percebidas*, face a uma dada situação, e a sua *capacidade (percebida) de resposta* para lidar com essas mesmas exigências.

E, ao procurar responder, o indivíduo está já a implementar o que tem sido designado por estratégias de "Coping", conceito que é aqui utilizado na acepção de Monat e Lazarus (1985) - ou seja, refere-se aos *esforços para lidar com situações que não se enquadram nos comportamentos de rotina ou respostas já automatizadas* pelo sujeito. Estas situações são habitualmente divididas em três tipos fundamentais: de *dano* (o seu efeito é actual e as estratégias de *coping* são dirigidas para o presente, em termos de resistência/tolerância a esses efeitos, ou de tentativa de reinterpretação do real para lhes escapar); de *ameaça* (situação de antecipação de uma dada situação ou resultado, levando a que os esforços de *coping* se centrem no futuro); e de *desafio* (situação em que o indivíduo considera que as exigências poderão ser alcançadas ou superadas, e em que as estratégias de *coping* que usa se centram, geralmente, num esforço de "reconstrução" da realidade, tentando adequá-la o mais possível à sua percepção de auto-eficácia).

De referir ainda que a maioria dos autores concordam em aceitar que os efeitos mais ou menos nocivos do stress variam em função do tipo de estratégias ou estilo dominante de *coping* que o

sujeito implementa, ao lidar com as diferentes situações problemáticas, pelo que estes dois conceitos surgem frequentemente articulados nas análises que se realizam. Eles constituem então dois dos grandes grupos de processos psicológicos e comportamentais que sustentam, quer a nossa percepção do real, quer, e sobretudo, a nossa acção face a este.

Pearlin & Schooler (1978) consideram ainda que as estratégias de *coping* são as grandes mediadoras do impacto das sociedades sobre os indivíduos, exercendo uma função protectora segundo três vias diferentes: eliminação ou modificação das condições que criam os problemas; controlo perceptivo do significado da experiência ou suas consequências; manutenção, dentro de limites razoáveis, das consequências emocionais dos problemas. Embora esta seja, a nosso ver, uma visão um pouco reducionista das relações indivíduo-sociedade, ela revela-se, contudo, útil para uma melhor compreensão das interarticulações que se estabelecem entre os diferentes domínios específicos do funcionamento psicológico que aqui estamos a analisar.

2.2.1. O "Inventário de Resolução de Problemas" (I.R.P.)

O Inventário de Resolução de Problemas foi desenvolvido por A. Vaz Serra (1988), com o objectivo de avaliar as Estratégias de *Coping* dos indivíduos, perante 3 tipos de situações definidas como sendo mobilizadoras destas: o *Dano*, a *Ameaça* e o *Desafio*.

Este inventário tem como racional teórico subjacente o modelo desenvolvido por Monat e Lazarus (1985), atendendo às relações intrínsecas entre os fenómenos de Stress e de *Coping*, conceptualizados de acordo com o que foi já definido no ponto anterior.

Ele é constituído por 40 questões fechadas, organizadas numa escala de Likert e de tal forma que, quanto maior for a nota final, melhores serão as estratégias de *coping*. Quando submetido a um estudo factorial com rotação varimax, evidenciou a existência de 9 factores principais, pelo que a sua estrutura nos permite obter uma nota final total e 9 valores parciais relativos a cada um desses factores.

São eles, segundo designação do próprio autor (Vaz Serra, 1988): 1. *Pedido de ajuda* (ex: "Vou-me aconselhar com pessoas amigas para saber o que devo fazer"); 2. *Confronto e Resolução Activa dos Problemas* (ex: "Preferir, num problema desagradável, procurar obter informação e

tentar resolvê-lo, do que estar a evitá-lo"); 3. *Abandono passivo perante a situação* (ex: "O melhor é não fazer nada, até ver onde isto vai parar"); 4. *Controlo Interno/Externo dos Problemas* (ex: "Estou perdido; este acontecimento deu cabo da minha vida"); 5. *Estratégias de Controlo das Emoções* (ex: "Procuo fazer uma pequena soneca, pois sinto que, nessas ocasiões, tem em mim grandes efeitos reparadores"); 6. *Atitude Activa de não - interferência da vida quotidiana pelas ocorrências* (ex: "Não vou permitir que este acontecimento interfira no que tenho de fazer no meu dia-a-dia"); 7. *Agressividade Internalizada/Externalizada* (ex: "Dá-me para partir tudo o que tenho à minha volta"); 8. *Auto-Responsabilização e Medo das Consequências* (ex: "Sinto que tenho a responsabilidade daquilo que agora me está a acontecer"); e 9. *Confronto com o Problema e Planificação da Estratégia* (ex: "Vou pensar com calma sobre este assunto, de modo a que possa sair-me bem e, ao mesmo tempo, calar aquele indivíduo").

2.2.2. O "Inventário Clínico de Auto-Conceito" (I.C.A.C.)

Tal como a anterior, também esta é uma escala construída por A. Vaz Serra (1986b), sendo constituída por um conjunto de 20 questões, organizadas segundo uma escala de Likert, e de tal forma que, quanto maior for a nota total, melhor será o auto-conceito.

Esta escala avalia, em geral, as dimensões emocionais e sociais do auto-conceito, tendo o estudo factorial a que foi submetida revelado a existência de 6 factores (responsáveis por 53,42% da variância total), dos quais quatro se distinguem, de forma bem definida, enquanto os restantes dois foram considerados factores mistos. Assim, apenas serão explicitados aqui, de forma mais pormenorizada, os primeiros quatro domínios avaliados por esta escala. São eles, segundo o autor: 1. *Aceitação/rejeição social* (ex: "Sei que sou uma pessoa simpática", "Sou uma pessoa usualmente bem aceite pelos outros"); 2. *Auto-eficácia* (ex: "Tenho por hábito ser persistente na resolução das minhas dificuldades", "Tenho por hábito desistir das minhas tarefas quando encontro dificuldades"); 3. *Maturidade psicológica* (ex: "Costumo ser franco a exprimir as minhas opiniões", "Considero-me tolerante para com as outras pessoas") e; 4. *Impulsividade-actividade* (ex: "Sou uma pessoa que gosto muito de fazer o que me apetece", "Gosto sempre de me sair bem das coisas que faço").

Este inventário foi construído a partir de estudos teóricos e empíricos desenvolvidos em

torno do auto-conceito pelo que, para melhor compreensão dos elementos que ele nos fornece, faremos uma breve resenha das principais teorias que foram integradas pelo autor (Serra, 1986a e b; Serra et al, 1988).

Segundo Gecas (1982), o auto-conceito poderá ser definido como o conceito que o indivíduo constrói acerca de si próprio, enquanto ser físico, social e espiritual ou moral. É ele que vai funcionar como elemento integrador capaz de permitir ao indivíduo reconhecer a sua unidade e coerência próprias, dentro da diversidade de comportamentos, situações, emoções,... que este realiza, enfrenta, vivencia ao longo da sua vida. Sem a consideração deste constructo ou de outro que o substituísse, dificilmente se poderia reconhecer as noções de continuidade e identidade pessoal, na sua consistência e coerência necessárias (Serra, 1986).

Englobando aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais, esta estrutura complexa vai constituir uma variável significativa em toda a acção humana - ele influencia, afinal, a forma como o indivíduo se percebe e se avalia, e a forma como percebe e interage com o mundo que o rodeia, interferindo assim nas suas relações interpessoais, nas suas atitudes e motivações, e na construção que faz do real. Constitui-se, dessa forma, o ponto de referência central através do qual o indivíduo interactua com o mundo envolvente (Fitts, 1972, referido in Serra, 1986).

De acordo com Gecas (1982), este conceito comporta duas dimensões fundamentais: a) os seus conteúdos, nos quais se inscrevem as identidades do indivíduo, sendo estas que dão um significado ao Eu e permitem a sua interacção com o sistema social geral⁽⁷⁾ e; b) as dimensões avaliativas e emocionais, destacando-se aqui a auto-estima, com nítido impacto ao nível da auto-avaliação que o sujeito faz de si e do mundo que o rodeia e, logo, ao nível também do seu comportamento. O impacto da auto-estima está ainda na base da estruturação, pelo indivíduo, de um sentimento de competência ou eficácia pessoal, fulcral, também

⁽⁷⁾ Elas diversificam-se e estão em íntima relação com os diferentes papéis que o indivíduo desempenha na sua vida, e com a percepção e avaliação que os outros significativos do meio fazem em relação a si, de acordo com os pressupostos já defendidos pelos teóricos do "interaccionismo simbólico".

ele, para as acções que este pode implementar. Estas duas dimensões estão, como se verifica, intrinsecamente articuladas e relacionadas entre si.

O auto-conceito, sendo construído a partir das percepções que o indivíduo tem de si próprio, tenderá a resultar, segundo Shavelson e Bolus (1982), de três aspectos fundamentais: a experiência e as interpretações do ambiente em que o sujeito se insere; reforços e avaliações de outros significativos; e as próprias atribuições que o indivíduo faz do seu comportamento.

E aqui está patente mais uma vez a nítida relação que existe entre o auto-conceito do indivíduo e a forma como este se situa no e se relaciona com o meio ou, dito de outra forma, as relações mútuas existentes entre o auto-conceito e as estratégias de *coping* do indivíduo (estudadas já por diferentes autores - cf. Serra, 1986, 1988); assim como, necessariamente, com as atitudes (mais ou menos funcionais) que este tem perante as situações com que se confronta.

Dá que a utilização concomitante destes dois questionários nos forneça, no seu conjunto, uma imagem mais integrada de alguns aspectos centrais da personalidade e comportamento dos indivíduos.

De ressaltar ainda que, de acordo com as exigências metodológicas dessa prova, o teste de Rorschach foi administrado por um grupo de psicólogos com formação específica, e prática prolongada de utilização do sistema de Exner, nenhum dos quais directamente envolvidos na conceptualização do presente estudo, e desconhecendo também os seus objectivos gerais. Com estes procedimentos visa-se reforçar a validade dos testes e, simultaneamente, reduzir a potencial influência dos administradores nos resultados finais. Procedeu-se ainda ao método do "acordo entre juízes independentes", para verificação da fiabilidade das codificações, oscilando este acordo entre os 86% e os 98% para a maioria dos factores de codificação⁽⁸⁾.

A apresentação dos dados obtidos através destes três instrumentos de avaliação - Rorschach, I.R.P. e I.C.A.C. - será realizada no ponto seguinte, para cada um separadamente, sendo as conclusões gerais apresentadas no ponto 4.

⁽⁸⁾ Não podemos deixar de agradecer, mais uma vez, o precioso contributo das Dra. Carla Machado e Dra. Cláudia Rodrigues, para a implementação do método do "acordo entre juízes independentes".

2.3. Caracterização da amostra

O teste de Rorschach foi administrado a um total de 112 sujeitos, verificando-se, contudo, que apenas 90 forneceram protocolos susceptíveis de serem considerados válidos e interpretáveis, segundo os critérios do sistema de J. Exner. Por seu turno, responderam aos inventários um total de 72 sujeitos, sendo todos eles válidos.

Dessa forma, a nossa amostra é constituída por um total de 90 sujeitos, 83 homens (92%) e 7 mulheres (8%), com uma média de idades de 26 anos (D.P.= 6.710) e uma escolaridade média de 6 anos (equivalente ao antigo 2º ano do ciclo preparatório). Destes, 69 (77%) são delinquentes e 21 (23%) são toxicodependentes sem história de comportamento criminal. Por outro lado, do total da amostra, 57 indivíduos são consumidores de drogas (63%) e 33 são não consumidores (37%). Para a prossecução dos nossos objectivos, esta amostra foi subdividida em três grupos, designados da seguinte forma: (i) *delinquentes*, grupo constituído por sujeitos com uma história criminal e de contacto com o sistema juridico-penal, mas que não são consumidores de drogas (N=35); (ii) *delinquentes-toxicodependentes*, grupo constituído por indivíduos com uma história de actividade (ou carreira), simultaneamente criminal e de consumos de drogas (N=34) e; (iii) *toxicodependentes*, grupo constituído por indivíduos com história de consumos prolongados de drogas, mas sem que esta se tenha acompanhado de contactos com a justiça, nem da prática de comportamentos delituosos, mesmo que eles não tivessem originado processos crime⁽⁹⁾ (N=21). Do conjunto total de sujeitos delinquentes (consumidores e não consumidores), 40 são delinquentes primários (57%) e 29 são reincidentes (43%), classificados em três categorias, de acordo com o tipo de crime que praticaram: (i) "crimes contra a propriedade" (43 - 62%); (ii) "crimes contra a pessoa" (ou crimes violentos) (15 - 22%) e; (iii) "crimes relacionados com a droga" (11 - 16%). Embora a classificação dos crimes nestas três categorias, não corresponda inteiramente à classificação constante no Código Penal Português, ela foi aqui

⁽⁹⁾ Tanto quanto o contacto directo com os indivíduos e a análise das suas biografias o permite afirmar. Pareceu-nos, contudo, que esta seria uma metodologia mais fiável para aceder a essas informações, do que os tradicionais questionários de delinquência auto-revelada.

empregue (seguindo os critérios utilizados em estudos similares), na medida em que traduz a "intencionalidade" do acto praticado, na perspectiva do seu actor - um objecto de análise crucial no nosso estudo. Ele constitui, aliás, em nosso entender, um elemento de relevância central para qualquer estudo que pretenda compreender os processos psicológicos associados aos comportamentos transgressivos.

Assim, (i) a categoria "crimes contra a propriedade" (CPP) engloba os actos transgressivos cujos fins eram a obtenção de bens, sem atentar directamente contra a integridade dos vitimados, como, p.e., o furto, a burla, a falsificação; (ii) a categoria "crimes contra a pessoa" (ou crimes violentos) (CPE) inclui aqueles actos de criminalidade violenta que implicam o atentar directamente contra a integridade física e psicológica das vítimas, como são o caso do homicídio, da violação e das ofensas corporais e, finalmente; (iii) a categoria "crimes relacionados com a droga" (CRD) engloba os actos delinquentes que se relacionam de forma directa com as problemáticas da circulação e usos das drogas, ou seja, o tráfico, posse e consumo de droga.

Quanto à situação jurídica actual (no momento da recolha dos testes) destes delinquentes, ela era muito variável, incluindo 16 casos de liberdade condicional, 12 de liberdade definitiva, 9 de regime aberto voltado para o exterior, 8 de suspensão da execução da pena, e 24 a aguardar julgamento por uma ou mais acusações actuais, acumuladas quase sempre com anteriores condenações, e sendo que a quase totalidade destes 24 sujeitos se encontravam detidos, definitiva ou preventivamente, em estabelecimentos prisionais do Porto.

Os protocolos de Rorschach destes 24 sujeitos foram-nos proporcionados pela Delegação Regional do Porto do Instituto de Reinserção Social, ao abrigo do protocolo de colaboração existente entre este e o Centro de Ciências do Comportamento Desviante da F.P.C.E.-U.P, tendo sido recolhidos no âmbito das perícias de personalidade realizadas por este Instituto.⁽¹⁰⁾ Dessa forma, foram quase todos administrados em meio prisional, tendo sido utilizados apenas os protocolos obtidos de acordo com as exigências do SIR, o que justifica o número aparentemente reduzido de protocolos obtidos. Logicamente, todos eles foram recodificados

⁽¹⁰⁾ Este processo ocorreu depois de algumas diligências junto de responsáveis de Estabelecimentos Prisionais do Norte (no sentido de alargar a amostra junto de reclusos destes E.P.) se terem revelado infrutíferas.

pela autora e pelo mesmo grupo de "juizes independentes" que intervieram na análise dos restantes protocolos.

À semelhança do que foi feito para a totalidade da amostra, foram, ainda, excluídos todos aqueles casos em que se manifestava alguma forma de psicopatologia grave (ex: esquizofrenia, psicopatia). No que se reporta aos restantes testes de Rorschach, eles foram recolhidos na instituição "União"⁽¹⁾ também ao abrigo de um protocolo de colaboração existente entre esta instituição e o C.C.C.D. da F.P.C.E.-U.P. Estas últimas recolhas foram feitas, assim, em meio não prisional. Salientamos aqui este aspecto, na medida em que diversos estudos no domínio das metodologias têm vindo a chamar a atenção para a influência, nos resultados obtidos, do contexto em que é realizada a avaliação. Efeito que se torna ainda mais premente quando o contexto envolvente é o sistema prisional. Na verdade, a maioria dos estudos sobre criminalidade utiliza apenas amostras de indivíduos em situação de reclusão, por serem as mais acessíveis, o que pode funcionar como factor enviesador dos resultados finais. O facto de a nossa amostra contemplar os dois tipos de situações constitui um aspecto metodológico que importa destacar.

Finalmente, e no que se reporta aos 57 sujeitos consumidores de drogas, eles repartem-se em dois grupos: (i) um, largamente maioritário (93%), constituído por consumidores habituais das ditas "drogas duras", sendo que, desses, 40 consomem heroína, 7 consomem heroína e cocaína, 1 consome cocaína e 5 consomem heroína e haxixe e; (ii) um pequeno grupo (7%) de consumidores "duros" das ditas "drogas leves", neste caso, 3 consumidores de haxixe e 1 consumidor de haxixe e benzodiazepinas. Atendendo a que todos apresentavam longas carreiras de "consumos pesados" das drogas (pelo menos 5 anos) e se encontravam em situações definidas, quer pelos próprios, quer pelos técnicos que os acompanhavam, como de dependência das mesmas, foram considerados genericamente como "toxicodependentes", sem se distinguir, nas análises posteriores, os diferentes tipos de consumos.

Fomos ainda confrontados com a existência de consumidores abusivos de álcool, os quais são

⁽¹⁾A "União - Obra de auxílio e recuperação aos ex-reclusos e suas famílias". Gostaríamos de agradecer, mais uma vez, toda a colaboração e disponibilidade manifestada pelos responsáveis e técnicos desta instituição e do Projecto "União-Realizar na Integração".

frequentemente integrados, por outros investigadores, no conjunto genérico do "consumo de drogas", posição com a qual não concordámos, por questões teóricas e empíricas. Assim, e face à existência, na nossa amostra, de 9 sujeitos referenciados como alcoólicos, procedemos previamente a uma análise comparativa das suas características psicológicas e comportamentais, a qual veio corroborar a nossa concepção de que as características dos indivíduos alcoólicos não são totalmente assimiláveis às dos consumidores de drogas ilícitas e psicofármacos. Dessa forma, estes indivíduos foram retirados da amostra de consumidores de drogas, **restringida neste estudo apenas a consumidores de drogas ilícitas.**

Finalmente, gostaríamos de esclarecer melhor as razões da inclusão de um grupo de sujeitos não delinquentes num estudo sobre as relações droga-crime, o que poderá parecer, à primeira vista, contraditório. De facto, e embora no início desta investigação tivéssemos recorrido apenas a uma amostra de indivíduos com contactos com o sistema penal, dentro da qual existiam delinquentes consumidores e delinquentes não consumidores, acabou por se revelar necessário, para uma melhor compreensão dos dados obtidos, recorrer também a um grupo de consumidores de drogas sem comportamento criminal, e que funcionasse como elemento de comparação. Ou seja, nos casos em que se constatarem diferenças psicológicas significativas entre delinquentes consumidores e delinquentes não-consumidores de drogas, o recurso a este grupo de toxicodependentes permitir-nos-á definir, de forma mais clara, se esses aspectos resultarão de uma associação mais directa aos aspectos do comportamento criminal, aos dos usos de drogas ou de alguma especificidade emergente na interrelação droga-crime.

3. Apresentação e discussão dos resultados

O presente estudo não partiu de nenhuma hipótese específica que orientasse a análise dos dados num determinado sentido pré-estabelecido, mas antes da tentativa de desenvolver o conhecimento geral sobre eventuais características e processos psicológicos e comportamentais, revelados por indivíduos com comportamentos criminais, comportamentos de uso de drogas e associação comportamental dos dois. Nessa medida, todas as variáveis dependentes, relativas aos teste de Rorschach, I.R.P. e I.C.A.C., foram analisadas e posteriormente cruzadas com as

variáveis independentes aqui consideradas: actividade criminal, tipo de crime e recidivas, consumo de drogas, e associação entre os dois comportamentos.

Dessas análises estatísticas resultou, como facilmente se poderá calcular, uma imensa variedade de dados a ponderar. Da sùmula desses resultados daremos conta nesta terceira parte, fazendo a sua apresentação em dois momentos distintos: no ponto 3.1., faremos uma caracterização psicológica-comportamental dos elementos desta amostra, salientando aquilo que poderíamos designar por "invariantes processuais-comportamentais", ou seja, aquelas características que aparecem de forma regular em todos estes indivíduos; enquanto que no ponto 3.2. serão apresentados os resultados das análises comparativas entre os três subgrupos constituídos - *delinquentes*, *delinquentes-toxicodependentes* e *toxicodependentes*.

A partir da análise dos dois conjuntos de dados, poderemos aceder a uma melhor compreensão, quer dos processos psicológicos associados a estes comportamentos, quer das características psicológicas e comportamentais de cada um dos subgrupos de sujeitos, muito particularmente das propriedades resultantes da associação entre uso de drogas e criminalidade.

3.1. As "invariantes" processuais psicológicas e comportamentais

3.1.1. Teste de Rorschach

- Nota Prévia -

Como referimos brevemente na segunda parte deste trabalho (cf. 2.2.), todos os estudos que envolvem o teste de Rorschach se revelam morosos e complexos, dadas as características peculiares deste instrumento de avaliação. Ele tem, contudo, a grande vantagem de proporcionar, simultaneamente, análises qualitativas e quantitativas, apesar destas últimas serem dificultadas pela natureza acentuadamente divergente das variáveis que compõem o Sumário Estrutural (desde frequência, percentagens, intervalos, ratios, ponderações,...) e que exigem tratamentos estatísticos também eles diversos e mais complexos, como veremos no ponto seguinte.

No presente estudo, essas dificuldades vêm-se acrescidas, pelo facto de se utilizarem cerca de 50 variáveis ou conjuntos de variáveis, complexificando ainda mais a sua análise integrativa. Na verdade,

pudemos constatar na pesquisa em base de dados que a maioria dos estudos com o Rorschach não utilizam as suas variáveis em número superior a 5 ou 6, muitos deles estudando apenas 1 ou 2, e só num dos estudos referenciados constatámos a utilização de um valor máximo de 15 variáveis.

Assim, e dado que nem todas as variáveis seleccionadas para este estudo (pela sua relevância conceptual) puderam ser submetidas a um tratamento estatístico mais aprofundado, foi realizada uma análise qualitativa complementar, que nos permitiu estar mais atentos a todos os elementos que iam emergindo como significativos e não só àqueles que, estatisticamente, se revelavam como tal.

Ao apresentarmos os dados deste teste, procurando a articulação e integração de uma tão vasta e diversificada informação, seremos obrigados a frequentes referências, quer a aspectos explicitados anteriormente, quer a aspectos que só serão referidos posteriormente. Este facto poderá dificultar, por vezes, a leitura do texto que se segue, constituindo, no entanto, paralelamente, a sua grande riqueza e contributos para uma melhor compreensão dos comportamentos e processos de interrelação que aqui estão em jogo.

Esta apresentação será feita segundo os seis grandes domínios de organização da personalidade já referidos (cf. 2.1.), uma vez que não faria grande sentido, nem teria grande utilidade, a sua apresentação para cada uma das variáveis, isoladamente.

A - Estilos de coping, controlo e tolerância ao stress

Um dos elementos de análise mais relevante propiciado pelo teste do Rorschach consiste nos "estilos de coping", termo que os americanos têm utilizado para se referirem ao "Erlebnistypus" (EB) definido pelo próprio Herman Rorschach (1921). Estes "Erlebnistypus" revelam estilos de funcionamento psicológico dos indivíduos e estratégias preferenciais na utilização dos seus recursos, mas não constituem correlatos comportamentais dos tipos definidos por Jung, ao contrário do que a sua designação frequentemente leva a crer.

Os estilos de *coping* revelados por este teste são três ou, mais correctamente, quatro - coartado, ambigüal, extratensivo e introversivo. No entanto, o primeiro dos estilos referidos é tão infrequente que Exner, tendo-o considerado e definido na 1ª edição do seu "comprehensive system" (1978) - utilizando aí os mesmos parâmetros já definidos pelo próprio H. Rorschach

- acaba por não lhe fazer referência na 2ª edição (1991), dada a não significatividade da sua presença na população americana avaliada.

Na verdade, o "EB" coartado caracteriza-se por uma relação de 0:0, 1:0 ou 0:1, entre os dois factores que o constituem, verificando-se que a simples presença de um valor de zero, em qualquer dos lados da relação que define o "EB", leva a que a sua interpretação deva ser muito cautelosa, não se podendo fazer inferências válidas quanto às estratégias dominantes de relação com o meio dos indivíduos. Por outro lado, um "EB" de 0:0, como ocorre em alguns dos indivíduos desta amostra, significaria, em termos de uma outra variável fundamental associada a esta - a "EA", que será referida mais à frente - *uma ausência total de recursos* para lidar com o meio, situação que só tem significado matemático, uma vez que, em termos de indivíduos concretos, essa leitura é absolutamente desprovida de sentido.

Estes estilos coartados vão, contudo, aparecer referidos no texto, em termos da sua frequência, uma vez que não podíamos ignorar a sua existência na nossa amostra⁽¹²⁾, não sendo, contudo, interpretados da mesma forma que os restantes. No entanto, e dado que eles reflectem desde logo dificuldades a níveis vários, desde o afectivo ao cognitivo e expressivo, pareceu-nos correcto incluí-lo, conjuntamente com o estilo ambigual, na subcategoria das estratégias de *coping* mais disfuncionais, segundo um reagrupamento que estabelecemos e que será também explicitado um pouco mais à frente.

Clarificando o significado destes diferentes estilos de *coping*, temos que, quer o *introversivo* quer o *extratensivo*, constituem modalidades mais consistentes e funcionais de relação com o meio. Os introversivos tendem a usar mais facilmente a sua vida interior, reforços e estímulos internos, como forma básica de lidar com o meio e alcançar gratificação nessa interação, ou seja, são regulados (ou realizam uma mediação orientada), essencialmente, pelos aspectos ideativos e

⁽¹²⁾ Não podendo ignorar a sua presença, procedemos a duas classificações distintas dos resultados - na 1ª foram considerados coartados os casos em que os valores da variável EB fossem de 0:0, 0:1 ou 1:0, enquanto que na 2ª apenas os valores de 0:0 foram considerados como tal, classificando-se os restantes como ambiguaes. Por esta razão vão surgir dois valores de frequência diferentes para estes dois estilos (assinalados entre parêntesis, de cada vez que lhes fizermos referência), pela mesma ordem de cada uma das classificações atrás referidas.

do pensamento. Enquanto que os indivíduos extratensivos tendem a usar preferencialmente as interações com o mundo exterior e os reforços e estímulos externos, como forma de relação com o meio e de obtenção de gratificação para as suas necessidades básicas, ou seja, são orientados, predominantemente, pelos aspectos afectivo-emocionais (mediação mais afectiva).

Quanto aos *ambíguais*, eles apresentam como que um "equilíbrio de forças" entre os dois tipos de relação com o meio atrás explicitados, o que os leva a vacilar entre um e outro perante a situação de resolução de problemas, tornando-os mais vulneráveis, na medida em que não desenvolveram um estilo de relação consistente e bem definido, variando em função das diferentes situações que tiverem de enfrentar.

Diversos estudos (Exner, 1978, 1986, 1991) revelaram que, ao contrário do que pensava H. Rorschach (1921), estes sujeitos não tendem a ser mais flexíveis e adaptados, mas antes a apresentar (dada a ambivalência e indefinição do seu estilo) uma menor eficácia do que os introversivos ou extratensivos. No entanto, isto não significa que eles sejam, necessariamente, menos ajustados ou adequados, em termos comportamentais, que os restantes indivíduos - apenas que esta falta de consistência se pode revelar perturbadora em situações de maior complexidade, maior exigência, ou stress acrescido.

Quanto ao estilo *coartado*, ele revela, como o próprio nome indica, uma intensa coartação feita pelo sujeito no desenvolvimento ou funcionamento dos seus processos de resposta, quer através de uma estruturação do pensamento defensiva muito rígida, quer através de uma paralisia das suas formas de afecto, reduzidos esses processos a valores nulos ou praticamente nulos, seja ao nível da sua integração no funcionamento psicológico, seja ao nível da sua expressão na relação com o meio e com os outros.

O coartado, tal como o ambíguo, é um estilo de *coping* potenciador de respostas menos consistentes e eficazes que as dos outros dois estilos. Este aspecto justificou a realização de um segundo agrupamento dos estilos presentes neste grupo, colocando, num lado, os que são mais consistentes, funcionais e eficientes (extratensivos e introversivos) e, no outro lado, os menos consistentes e eficientes (ambíguos e coartados).

Definida esta variável, passemos então à apresentação dos dados propriamente ditos. Assim, encontramos na presente amostra global uma elevada percentagem de indivíduos, quer com estilos de funcionamento ambíguos (42% ou 57%), quer com estilos

coartados (22% ou 7%), esta última uma situação que, como referimos, não é frequente. Dadas as características do seu estilo de *coping*, os ambíguos (dominantes nesta amostra) tenderão a sofrer um impacto das emoções sobre o pensamento, oscilante e inconsistente, sempre que tiverem de se confrontar com processos de resolução de problemas ou a necessidade de uma tomada de decisão. Por outro lado, e como o afecto não tem "um lugar bem definido" no seu funcionamento, eles acabam por ser mais afectados e perturbados pelas emoções do que os indivíduos que apresentam estilos de *coping* mais consistentes. Ou seja, os afectos tanto podem estar, num determinado momento, a influir fortemente nos processos de pensamento e de tomada de decisão, como, num segundo momento, eventualmente em tudo semelhante ao primeiro, podem ser mantidos à margem, sem interferências nos processos de julgamento-decisão.

Numa situação de maior consistência estarão os 17 indivíduos extratensivos (19%) e os 15 introversivos (17%) encontrados na presente amostra. Estes últimos tentam manter as emoções num nível mais periférico, sempre que têm de tomar decisões, ponderar situações, dar-lhes resposta ou resolver problemas. Assentando as suas decisões, essencialmente, no seu mundo e avaliações internas, eles evitam, ao contrário dos extratensivos, processos de "tentativa e erro", sendo geridos pelos estímulos internos e não pelo *feedback* exterior, como acontece nestes últimos. Para além disso, os extratensivos sofrem, frequentemente, a interferência dos afectos nos processos de pensamento, tomadas de decisão e *coping*, dada a grande influência das emoções na mediação das situações.

De acordo com o segundo agrupamento dos estilos atrás referido, verifica-se que, neste grupo, 64% dos sujeitos apresentam estratégias de relação com o meio com características menos funcionais e eficazes, revelando-se mais vulneráveis ao erro, sobretudo em situações de maior complexidade, face às quais manifestam como que uma falta de vontade na tomada de decisões, que os levará a mudar, frequentemente, o seu julgamento ou resolução.

Pela análise de algumas variáveis complementares, constata-se que estes indivíduos tenderão a lidar com o meio usando, sobretudo, uma estratégia de fuga às exigências externas, o que evita muita da irritação provocada pelos pequenos problemas do quotidiano, mas que, em situações de maior complexidade ou em que estas não possam mesmo ser evitadas, poderá dar origem a respostas desadaptadas ou disfuncionais.

Ao contrário dos anteriores, 36% dos indivíduos desta amostra manifestarão uma

elevada estabilidade e eficácia nas suas estratégias preferenciais de relação com o meio. Se nos alargamos um pouco sobre esta característica psicológica, tal facto deve-se, não só ao seu elevado contributo para a compreensão das formas de agir dos indivíduos, como também ao facto de, neste estudo, o "EB" se destacar como uma das características que permite estabelecer alguma diferenciação entre as modalidades de acção preferenciais de diferentes tipos de delinquentes, e ainda dos consumidores de drogas, como será apresentado no ponto 3.2.

A informação fornecida pelos "EB" é complementada pela análise de uma outra variável, resultante de uma conversão aritmética da primeira (designada por "*experiência actual*" (EA)), que traduz a medida na qual os recursos do sujeito estão organizados de uma forma que os torna facilmente (ou não) acessíveis quando é necessário agir, superar problemas e situações inesperadas ou mais exigentes. Esta variável associa-se ao uso deliberado e intencional dos recursos psicológicos na implementação dos comportamentos. Se o seu valor total for reduzido, revelará a existência de fracos recursos organizados e disponíveis, constituindo uma séria limitação à acção do indivíduo, e um elemento de vulnerabilização face à desorganização. Ele é, então, importante para a compreensão da acção desenvolvida pelos indivíduos perante as condicionantes de uma vida cada vez mais complexa e exigente, como a que vivemos nas sociedades modernas.

A este nível, verificámos que 81% dos sujeitos apresentam um nível de recursos organizados e disponíveis para a acção intencional e deliberada bastante reduzido, o que aumenta ainda mais as já referidas dificuldades nos processos de tomada de decisão, e diminui a eficácia comportamental. Estes serão indivíduos que lidam melhor com meios bem estruturados ou pouco ambíguos e complexos.

Esta redução nos recursos cognitivos e afectivos disponíveis para a acção, e que se associa, como veremos mais à frente, a uma tendência para fuga à complexidade e simplificação excessiva do meio e da relação com ele, constitui uma das invariantes mais marcadas nestes sujeitos, independentemente de serem delinquentes, toxicodependentes ou ambas as coisas.

Esta dificuldade geral ao nível das estratégias e estilos de *coping* é reforçada pela existência de 55% de indivíduos com valor positivo no cluster de variáveis que compõem o "Coping Deficit Index" (C.D.I.) que o SIR permite identificar. Este índice sinaliza a presença de elevadas dificuldades ao nível do *coping*, muito particularmente ao nível do relacionamento interpessoal. Na ausência do estudo normativo para a população portuguesa, a sua análise deverá ser encarada com algum cuidado, na medida em que alguns estudos que se têm vindo a desenvolver no nosso

país têm apontado para a possibilidade do valor do C.D.I. ser mais elevado na população portuguesa em geral, do que o que Exner encontrou para a população americana.

Por outro lado, se analisarmos a relação entre as formas mais elevadas de conceptualização e ideação disponíveis nos sujeitos, e as metas ou níveis de esforço cognitivo que estes tendem a estabelecer para si próprios, verificamos que 56% destes indivíduos tendem a estabelecer metas acima dos seus recursos, enquanto 32% estabelecem metas abaixo dos recursos disponíveis, e apenas 12% tendem a estabelecer metas adequadas aos seus recursos. Tal dado não será surpreendente, se tivermos em conta os 81% dos sujeitos da amostra com níveis muito baixos de recursos organizados disponíveis, atrás referidos.

Em termos gerais, quer o estabelecimento de metas superiores, quer o de metas inferiores aos recursos constitui, por vias diferentes, uma potencial fonte de frustração pessoal para o sujeito: ou porque este não alcança nunca os objectivos excessivos a que se propõe, ou porque nunca chega a desenvolver todas as potencialidades que detém.

Apesar das características atrás definidas, os sujeitos desta amostra apresentam uma situação geral (80% dos sujeitos) de tolerância ao stress e de controlo, embora alguns deles se aproximem bastante dos limites mínimos aceites como adequados para este domínio psicológico. A tolerância ao stress é considerada aqui um "bi-produto" da capacidade do controlo, sendo talvez melhor definida como a capacidade do indivíduo para activar os recursos disponíveis, de forma a formular e implementar comportamentos intencionais ou deliberados, que têm como objectivo lidar com as situações de exigência.

Nos casos em que se constata redução na tolerância ao stress, verifica-se que esta (89% dos casos nessa situação) não deriva de uma condição estrutural, mas que é situacional, ou seja, resultante de influências actuais do meio ou de vivências do indivíduo, e susceptível de uma alteração positiva, mediante intervenção para tal orientada.

Este não é, certamente, um dado inesperado, se atendermos às situações de liberdade não definitiva ou de reclusão em que a maioria destes indivíduos se encontra - com constante tensão e pressões externas e internas que elas implicam, bem como às condicionantes e exigências que o próprio rótulo delincente e/ou toxicodependente, por si só, implica para a vida destes sujeitos. Aliás, este é um aspecto que, como veremos mais à frente, diferencia de forma significativa, não só os consumidores dos não-consumidores, como também os indivíduos que foram avaliados em contexto

prisonal dos avaliados em contexto não prisional, chamando desde já a atenção para a questão fundamental do impacto do contexto de recolha dos dados sobre os resultados finais obtidos.

É importante, contudo, salientar que, embora um nível adequado de controlo e tolerância ao stress favoreça, em geral, o ajustamento comportamental (mesmo quando o sujeito é confrontado com situações de maior exigência), neste grupo em concreto, a sua associação a fracos recursos organizados e a estilos de *coping* maioritariamente ineficazes (e ainda, como veremos de seguida, a um frequente evitamento da complexidade e a um recurso às vias mais simples para a resolução das situações e elevada impulsividade cognitiva) compromete essa condição. Remete, assim, para uma maior probabilidade de, em situações de stress acrescido, os recursos disponíveis não se revelarem suficientes para o controle da situação, podendo-se verificar situações de descontrolo abrupto, com uma passagem ao acto súbita, descontrolada e não intencionalizada.

Revela-se, por isso, muito importante a análise complementar do que se poderá designar de uma forma genérica por "estimulação experienciada de carácter intrusivo". Ou seja, a vivência de exigências dos estímulos que não se relacionam com os processos de pensamento ou com as acções deliberadamente formuladas e dirigidas pelo sujeito, mas antes com uma actividade mental e experiências afectivas que o afectam, sem resultarem directamente da sua acção sobre o meio ou de uma percepção intencional dessas exigências. E, no que se refere a este aspecto, os valores encontram-se em níveis considerados adequados, para a maioria dos indivíduos. Esta é, contudo, uma das variáveis diferenciadoras dos subgrupos da amostra, como veremos mais à frente (cf. 3.2.).

Um nível reduzido ou médio de estimulação intrusiva, é, em si mesmo, factor positivo em indivíduos com o tipo de características de funcionamento psicológico atrás referidas, na medida em que estes são processos psicológicos que interferem directamente com a maior ou menor capacidade para implementar os comportamentos desejados. No entanto, dado que 74% dos indivíduos apresentam um valor de "estimulação sentida" superior ao seu valor de "experiência actual", i.e., ao nível de recursos organizados disponíveis (o primeiro não é elevado, mas o segundo é, de facto, bastante reduzido), há que chamar a atenção para a existência de condições efectivas para que a "estimulação intrusa" reduza a capacidade geral manifestada por estes sujeitos, para lidar com o stress e para implementar acções mais ajustadas.

Poderemos então dizer, em síntese, que a maioria destes sujeitos apresenta recursos psicológicos

suficientes para a implementação das respostas do dia-a-dia e para superar as situações de stress em geral, embora as suas estratégias de *coping* bastante vulneráveis gerem um risco acrescido de erro nas tomadas de decisão e comportamentos implementados. Complementarmente, ao apresentarem níveis de recursos cognitivos organizados bastante baixos, e dificuldades em gerir a elevada estimulação intrusiva, revelam uma maior probabilidade de desorganização perante a necessidade de lidar com níveis superiores de exigência dos estímulos, situações inesperadas ou mais complexas, ou ainda um acréscimo inesperado da estimulação.

B - Iniciativa e complexidade cognitiva/ processamento da informação

Embora intimamente relacionado com o grupo de variáveis analisadas no ponto anterior, particularmente com o nível de recursos organizados, este conjunto de variáveis difere um pouco daquele, na medida em que se prende mais directamente com os processos cognitivos (particularmente, os factores de processamento da informação) que poderemos considerar de "base".

São, afinal, estes "processos-base" que sustentam (em interação com os aspectos da percepção e mediação) o desenvolvimento das operações cognitivas superiores, ao nível do pensamento e da ideação, nas quais poderemos incluir o tipo de estratégias de resolução de problemas e de tomada de decisões, bem como a leitura ou construção do real que o sujeito elabora.

Assim, e em relação a este domínio da personalidade, verifica-se que estes indivíduos revelam, maioritariamente (58%), um estilo de funcionamento psicológico que se rege pelo evitamento da complexidade, preferindo reagir aos estímulos através de respostas orientadas para uma redução das situações aos seus aspectos mais facilmente manobráveis, ou seja, através de uma simplificação na abordagem perceptivo-cognitiva do meio e no seu processamento. Poderão, dessa forma, não integrar, na sua construção, todos os elementos potencialmente significantes do meio, o que lhes limita as alternativas de acção.

Por outro lado, essa tendência para sobressimplificar promove, frequentemente, formas de mediação que ignoram ou distorcem características importantes do contexto - desta forma poderão emergir, com mais frequência, comportamentos que não os socialmente esperados para aquelas situações. Dado, porém, como referiremos um pouco mais à frente, que estes indivíduos apre-

sentam uma convencionalidade adequada, essa manifestação de comportamentos socialmente desajustados não será tão frequente como se poderia supor ou, a sê-lo, não resultará de incapacidade para fazer de outra forma, mas de uma deliberação intencionalizada do indivíduo (cf. 4).

Estes processos de simplificação mediativo-cognitiva e de evitamento da complexidade constituem uma das invariantes processuais e de funcionamento psicológico, mais nítidas nestes grupos. São características que poderão resultar: (i) quer de uma opção "economicista" e de envolvimento mínimo nas tarefas, constituindo uma estratégia defensiva que recusa a implicação nestas; (ii) quer da existência efectiva de uma fraca complexidade cognitiva ou de imaturidade psicológica; (iii) quer ainda de uma sensação de privação social, associada a dificuldades a este nível e a uma excessiva preocupação com as necessidades de gratificação externa.

Na presente amostra, uma análise integradora dos diferentes dados leva-nos a avançar com a hipótese de se tratar de uma conjugação e interação de estratégias defensivas face à possibilidade acrescida de desorganização e ineficácia que estes sujeitos revelam.

Ou seja, estamos perante uma elevada ambiguidade dos estilos de coping, associada a níveis de recursos organizados disponíveis muito baixos, em muitos destes sujeitos. Mas, simultaneamente, e no que se refere ao investimento cognitivo e ao processamento da informação, constata-se que a maioria deles (71%) opta, voluntariamente, por um fraco nível de investimento ou de esforço cognitivo (revelador de uma relutância em lidar com a complexidade) na organização dos estímulos, embora, quer a *qualidade desenvolvimental*, quer a *eficácia* cognitiva, se situem dentro dos limites considerados adequados, não se verificando qualquer tipo de distorção perceptivo-cognitiva relevante.

Estaremos, desta forma, perante a operação simultânea de processos de defesa face à ambiguidade e à ineficácia das suas formas preferenciais de relação com o meio, uma economia ou relutância no investimento dos recursos para resolução das tarefas ou problemas, associados ainda, em muitos dos indivíduos, a imaturidade psicológica e a uma auto-imagem negativa. E, em muitos dos casos, sem dúvida, perante um nível de complexidade efectivamente reduzido.

De salientar, contudo, que uma maior "sofisticação" da actividade cognitiva não constituiria, por si só, garante de eficácia ou de adequado ajustamento comportamental, dentro dos parâmetros que socialmente são considerados como "normais". De acordo com as indicações de Exner e seus colaboradores, o elemento a considerar aqui, de forma globalmente mais positiva, será a

existência, na quase totalidade dos sujeitos, de uma adequada qualidade desenvolvimental e perceptivo-cognitiva, e não tanto o grau de complexidade presente. Este último tem, no entanto, evidentes implicações na capacidade de integração e de estruturação aos níveis cognitivo, expressivo e político (Agra, 1986, 1990), bem como nos aspectos relativos à promoção do desenvolvimento e mudança.

Por outro lado, a existência de uma elevada tendência para a redução da complexidade pode revelar-se uma estratégia positiva, quando estamos perante indivíduos com fracos recursos para lidar com a complexidade - este processo defensivo, ao tornar a realidade mais simples e mais facilmente "lidável", reduz a probabilidade de violação das regras e expectativas de funcionamento social, reduzindo bastante as respostas de desajustamento comportamental em geral.

Uma outra variável importante neste domínio é a que se reporta à eficácia cognitiva na organização dos estímulos do meio. Sendo o investimento na sua organização muito reduzido nestes sujeitos, o nível de eficácia não se revela tão desadequado como se poderia supor. Ou seja, dentro da amostra global há 51% de indivíduos que manifestam uma adequada eficácia cognitivo-comportamental, enquanto 35% deles revelam o que é designado por "sub-incorporação"-i.e., responderão às situações de forma quase aleatória, antes de terem analisado todos os seus elementos e ponderado diferentes alternativas. Propensão, dessa forma, para uma certa negligência na elaboração das respostas, e para uma maior impulsividade na sua concretização. Consequentemente, potencial acrescido para uma mediação desadequada e eficácia comportamental comprometida.

Apenas um reduzido número destes sujeitos (14%) se revelam "ultra-incorporativos", ou seja, apresentando um grau de investimento/esforço na análise do campo de estímulos e no processamento da informação acima do necessário, abordando-o com excessiva cautela e precisão, e só elaborando as respostas quando todos os elementos e alternativas foram ponderados - os indivíduos com estas características tendem, em geral, a cometer menos erros que os "sub-incorporativos", mas, quando pressionados pela necessidade de uma tomada de decisão rápida, acabam por não conseguir optar por uma solução definitiva.

Na verdade, quer a tendência para a sub-incorporação, quer a tendência para a ultra-incorporação se revelam, numa ou noutra situação, mais disfuncionais, sendo muito positivo que a maioria destes indivíduos não apresente, nem um nem outro desses estilos de resposta menos

eficazes. Reagrupando esta variável em termos dicotômicos, e associando a sua análise à de alguns aspectos já anteriormente referidos, podemos constatar que 35% destes sujeitos reúnem um conjunto de condições que propiciam a manifestação de impulsividade comportamental, enquanto a maioria (65%) não apresenta características de impulsividade.

C - Mediação, convencionalidade e adequação perceptiva

Quanto a esta área da personalidade, verifica-se, na generalidade dos indivíduos (75%), a inexistência de qualquer distorção ao nível perceptivo-mediativo, nem ao nível perceptivo-cognitivo em geral, o que vem contrariar a posição de diferentes autores, que consideram a existência de perturbações a este nível como um dos elementos que estariam na base das ditas perturbações comportamentais dos delinquentes e/ou toxicodependentes (cf. 1.3.). Esta é, chamemos-lhe assim, uma característica "normativa" muito importante, com implicações ao nível da compreensão destes comportamentos.

Quanto ao domínio da convencionalidade - ou seja, a capacidade dos indivíduos identificarem aqueles estímulos do meio mais comuns e óbvios na sua sociedade ou comunidade, de os "traduzirem" de uma forma mais ou menos idiossincrática, mas que não escape aos padrões definidos como aceitáveis e, a partir daí, se orientarem (ou não) para a realização de respostas ditas convencionais ou socialmente esperadas -, verifica-se que 63% destes indivíduos serão tão capazes como a generalidade dos sujeitos ditos "normais" de identificar e implementar respostas convencionais ou socialmente aceitáveis. Em contrapartida, apenas 32% apresentam uma reduzida convencionalidade, e poucos são os que tendem para uma ultraconvencionalidade (5%). Este é outro dos elementos de funcionamento, "normativo" que nos parece fundamental para a leitura e tentativa de compreensão das ações transgressivas.

Face a estes elementos, poderemos adiantar desde já - e numa primeira sùmula dos dados até aqui considerados - que, se verifica com frequência a ocorrência de comportamentos considerados socialmente desadaptados neste grupo de indivíduos, isso não se prende com uma incapacidade estrutural ou de base para o fazer de outra forma, mas com circunstâncias contextuais

e com deliberações ou opções, relacionadas com processos cognitivos e experienciais num nível superior do sistema da personalidade e da significação.

Na verdade, verifica-se, nestes sujeitos, a existência de uma elevada idiosincrasia na leitura e interpretação do meio, facto que, no entanto, não atenta contra a sua adaptação efectiva a este, pois podemos ser, quer ultraconvencionais, quer idiosincráticos sem deixarmos de estar adaptados (embora no último caso seja, de facto, mais difícil e exigente, em termos de recursos psicológicos a disponibilizar, consegui-lo). Só a tendência para a distorção dos estímulos perceptivos se poderá, a este nível, revelar um impedimento aos esforços de ajustamento ao meio e, nesta amostra, como já foi dito, não se verifica distorção da qualidade formal, nem distorção perceptivo-cognitiva.

D - Pensamento/ ideação

O conceito de ideação prende-se com a forma como a tradução dos elementos perceptivo-cognitivos apercebidos é realizada e conceptualizada pelos sujeitos, nos níveis superiores do pensamento e da cognição. Pensar envolve a organização significativa de uma série de símbolos ou conceitos, alcançada através da actividade ideativa do sujeito - a ideação torna-se assim o centro da actividade psicológica a partir da qual derivam as decisões, atitudes e comportamentos em geral. A este nível verifica-se, em termos globais, a inexistência de qualquer perturbação ou distorção séria da actividade de pensamento (79%), podendo verificar-se nalguns casos (21%) alguma descontinuidade ou falsa conceptualização, com implicações ao nível do julgamento e, logo, da tomada de decisões e dos comportamentos, mas sem que surjam sinais de desorganização ou desestruturação, ou de qualquer outro tipo de perturbação ideativa significativa. Esta é também uma característica processual muito importante e significativa na análise do comportamento destes indivíduos, delinquentes e/ou toxicodependentes, como se verificará mais à frente. Detecta-se, porém, a existência de um nível bastante elevado de actividade ideativa que se encontra fora do foco directo da atenção dos sujeitos, o que pode promover interferências com o fluxo do seu pensamento deliberado. Esta actividade mental "periférica" estará muito provavelmente a resultar de elevados níveis de experiências de necessidade não satisfeitas.

A um outro nível da actividade de pensamento, verifica-se que 86% destes indivíduos não revelam o desenvolvimento de mecanismos de defesa que assentem na intelectualização ou racionalização excessiva dos acontecimentos (tentativa de neutralizar o impacto dos aspectos afectivos), o que os deixa abertos à experiência e à relação com o mundo.

Na maioria dos sujeitos (73%), não se destacam sinais nem de passividade, nem de rigidez cognitiva, nem ainda tendência para a dependência dos outros relativamente às tomadas de decisão. Ou seja, eles serão capazes de flexibilizar as suas atitudes e valores, possuindo adequada autonomia e capacidade para a tomada de responsabilidade pelos seus actos/decisões.

Esta variável revelar-se-á, ainda assim, uma das mais importantes para a compreensão do funcionamento psicológico-comportamental dos três subgrupos da amostra, na medida em que a rigidez cognitiva e a dificuldade em contrastar e flexibilizar a leitura/relação com o meio, evidenciadas apenas por 27% dos indivíduos, vai contribuir precisamente para a distinção significativa de aspectos processuais relacionados de forma mais específica com a associação droga-crime (cf. 3.2.).

Também não se evidencia, na maioria dos indivíduos (68%), a característica que Exner tem designado por "traço/síndrome da Branca de Neve", traduzida por uma acentuada tendência para a fuga aos problemas através do uso abusivo da fantasia (passiva), como substituto defensivo da realidade. Nos indivíduos em que está presente, a fuga pela fantasia torna-se uma tática de rotina para lidar com as situações desagradáveis, de tal forma que eles acabam por desenvolver uma fraca capacidade de investir autonomamente, e de iniciar comportamentos ou tomar decisões por si mesmos, só o fazendo quando não há ninguém que o possa fazer por eles.

Ou seja, manifestam comportamentos de dependência dos outros, os quais constituem frequentemente uma manobra defensiva que permite a não assunção das responsabilidades e a não tomada de decisões. Esta forma de funcionamento acarreta consigo, simultaneamente, aspectos disfuncionais, ou seja, uma insatisfação pessoal crescente, na medida em que a dependência dos outros se vai tornando constante e vai favorecendo a manipulação e a redução da eficácia pessoal. Esta característica emerge, ainda assim, em 32% destes indivíduos, e constituirá, da mesma forma que a anterior, um elemento importante para a clarificação de alguns processos psicológicos associados mais fortemente ao consumo de drogas (cf. 3.2.).

Em síntese, e conjugando estas duas variáveis com as variáveis complementares analisadas, verifica-se que a maioria destes sujeitos não apresenta características de rigidez cognitiva, sendo

capazes de flexibilizar a sua leitura do e a sua acção sobre o real, assim como experienciar e pensar os acontecimentos ou relações entre acontecimentos, de formas variadas e contrastadas, sem excessiva constrição cognitiva.

E - Aspectos afectivos

Quanto aos aspectos afectivos e emocionais, verifica-se que 62% dos sujeitos possuem capacidade para modular ou controlar as suas expressões afectivas, elemento que é muito positivo em qualquer grupo de indivíduos, mas mais ainda no quadro geral do presente grupo, se atendermos à elevada percentagem de sujeitos com estilos de *coping* inconsistentes. Da mesma forma é um dado que se articula muito positivamente com a existência de um grau de controlo e de tolerância ao stress adequados.

Existe, contudo, um número significativo de indivíduos (38%) que revelam dificuldades no controlo das suas expressões afectivas, dificuldade essa que poderá manifestar-se através de descargas intensas e não controladas, isto é, momentos de "explosão afectiva" inesperada. Não sendo esta uma característica "invariante" no funcionamento psicológico deste grupo, ela não surge também associada ou diferenciada em função de nenhum dos subgrupos aqui considerados. Dessa forma, a reactividade aos estímulos emocionais-afectivos e a dificuldade em modular ou gerir a sua expressão, não aparece como uma característica típica de delinquentes nem toxicodependentes, ao contrário do que é frequentemente referido (cf. 1.3.), nomeadamente para a presuposta labilidade e falta de controlo das emoções, que seria característica destes sujeitos. Serão modalidades de funcionamento psicológico que variarão em função de outros aspectos comportamentais, que não os aqui em causa.

Verifica-se, simultaneamente, que 61% dos sujeitos (embora se situem muito próximos dos valores ditos "normais" e apresentem uma capacidade de processar os estímulos afectivos tida como adequada) apresentam níveis de resposta ou de reactividade aos estímulos afectivos, inferiores ao que seria esperado. Nestes casos, a menor reactividade parece estar associada a uma tentativa deliberada de controlo ou bloqueio da resposta aos aspectos mais afectivos, desenvolvida como estratégia para facilitar o controle emocional. Aliás, o facto de surgirem, neste

grupo, diversos casos de estilo de *coping* coartado (cf. A), não é de forma alguma alheio a esta tentativa de conter o processamento e a resposta emocional.

Estamos, de facto, perante indivíduos que não sabem como lidar com as situações afectivamente mais complexas, pelo que muitos deles poderão revelar-se socialmente mais constrangidos ou isolados, dadas as dificuldades que manifestam em lidar com as emoções (cf. 3.2.).

A um outro nível, verifica-se que a maioria deles (72%) não constrói respostas assentes na hostilidade ou negativismo face ao meio exterior, nem na agressividade, revelando ainda um esforço de autonomia e a tentativa de manter a sua independência face à tarefa que lhes foi proposta. De igual forma não revelam tendências depressivas acentuadas, muito menos suicidas, segundo os índices psicopatológicos do S.I.R.

Os dados apontam ainda para que a elevada estimulação "intrusiva" não intencional, atrás referida, esteja a resultar, não tanto de experiências emocionais negativas intensas (só em 26% dos casos isso acontece), mas mais de aspectos ideativos (nos restantes 74%). O oposto seria um elemento dificultador ou mesmo paralisante da acção.

F - Auto-percepção e percepção e atitudes interpessoais

O domínio das relações interpessoais é, de todos os que são avaliados pelo S.I.R., aquele que, segundo Exner (1986, 1991), se revela mais inferencial, na medida em que a maioria das variáveis aqui contempladas se relacionam, simultaneamente, com a auto-percepção e a percepção interpessoal. No essencial, elas traduzem atitudes, necessidades e estilos de relação com o exterior, todos eles com influência determinante na forma como o indivíduo percebe e constrói o meio que o rodeia e na forma como interage com ele, mas não nos fornecem informações directas acerca desse meio e das interacções concretas do sujeito.

Feita esta ressalva, será de constatar que, no domínio geral da egocentricidade (e, de novo, contrariamente ao que é frequente defender-se para indivíduos delinquentes e/ou toxicodependentes - cf. 1.3.), não aparecem, neste grupo, tendências narcísicas excessivas, verificando-se, pelo contrário, uma redução no nível de investimento ou de auto-centração no self em 58% dos indivíduos. Na generalidade, vêem-se a si próprios de uma forma menos positiva quando se

comparam com os outros. Em contrapartida, apenas 7 destes sujeitos (8%) revelam um narcisismo acentuado, enquanto que 34% revelam níveis de egocentricidade considerados adequados. Este facto pode remeter para a existência uma fraca auto-estima, associada, muito provavelmente, à sensação de falha na concretização de desejos ou expectativas formuladas pelos próprios em relação a si e ao seu eventual comportamento.

Retomando as referências feitas no ponto A, relativamente ao facto de estes serem indivíduos que tendem para o estabelecimento de metas acima ou abaixo dos seus recursos, poderemos considerar aqui uma intercircularidade entre estes dois processos do funcionamento psicológico: (i) no primeiro caso (i.e., metas acima dos recursos disponíveis), a frustração que frequente e/ou intensamente deriva do facto de não alcançarem as metas excessivamente elevadas que estabelecem para si próprios, contribuirá fortemente para uma redução ao nível da auto-estima e; (ii) no segundo caso (i.e., metas abaixo dos recursos), poderemos estar perante uma consequência de uma auto-estima reduzida, que não permite ao sujeito ter a "confiança" em si suficiente para realizar investimentos superiores, ficando sempre aquém das suas capacidades. A auto-percepção e a identidade pessoal são, aliás, dois processos psicológicos em constante interrelação e interdependência com a acção.

Os dados fornecidos pelo I.C.A.C. (cf. 3.1.2.B) poderão clarificar um pouco mais estes aspectos relativos à auto-imagem do sujeitos e suas componentes de auto-avaliação.

A outro nível, verifica-se que os comportamentos de auto-observação ou de auto-inspecção se revelam adequados em 88% dos sujeitos, manifestando, dessa forma, capacidades de auto-análise e preocupação consigo mesmos. Também aqui os dados obtidos no I.C.A.C. poderão ser importantes para a clarificação destes aspectos, muito embora fosse interessante proceder a uma exploração mais aprofundada dos elementos que se prendem com o desenvolvimento moral, auto-conhecimento e auto-avaliação.

No que se reporta ao interesse manifestado pelos outros e pelo relacionamento interpessoal e à construção da auto-imagem e da imagem dos outros, encontrámos uma situação que, não constituindo uma invariante processual ou funcional, nos pareceu importante destacar aqui, na medida em que vai revelar-se um elemento significativo para a compreensão de alguns aspectos associados ao comportamento criminal (cf. 3.2.).

Assim, e no que diz respeito aos processos de construção da imagem dos outros, verifica-se, por

um lado, que 53% dos indivíduos desta amostra não revelam sinais de distorção dessa imagem, enquanto que 47% os revelam, e que, por outro lado, 58% destes sujeitos têm uma percepção do relacionamento interpessoal considerada "não usual" (se comparada com "padrões base" de uma população dita normativa), enquanto 42% têm uma percepção ou construção considerada "usual". Relativamente ao interesse manifestado pelos outros e pelo relacionamento interpessoal, verifica-se que um pouco menos de metade destes sujeitos (43%) apresentam um nível que é considerado adequado, enquanto que 57% revelam uma intensa redução no interesse manifestado pelos outros e pelo relacionamento interpessoal. Os primeiros serão indivíduos capazes de uma interação positiva e com condições para funcionar em contexto de grupo, verificando-se, simultaneamente, que a sua imagem dos outros assenta, essencialmente, nas experiências de interação reais e não em construções fantasistas sobre estas. Os últimos, pelo contrário, serão indivíduos com maiores dificuldades na esfera interpessoal, sentindo-se pouco à vontade nos contextos de grupo e no estabelecimento de relações significativas.

Finalmente, se a maioria destes indivíduos (67%) não alcança valores positivos no índice de isolamento social, essa tendência surge em 33% dos sujeitos, um valor que, não sendo elevado, não será também de descurar, e que vai também surgir como elemento de diferenciação relativamente a aspectos associados ao comportamento criminal (cf. 3.2.). De salientar, contudo, que uma elevação no índice de isolamento social não reflecte, necessariamente, desajustamento social ou conflito, apenas traduzindo uma redução no nível de interesse pela relação interpessoal, ou uma maior timidez ou inoperância nessa relação.

Todos os dados deste domínio de avaliação apontam para a provável existência, nestes indivíduos, de histórias pessoais marcadas por um certo caos social e insatisfação ao nível interpessoal, tornando-os mais vulneráveis à rejeição e às experiências de relacionamento que sistematicamente se terão revelado negativas. Será, por isso, mais difícil disponibilizarem-se para as interações pessoais, apesar de muitos deles se revelarem interessados nelas e capazes de as estabelecerem e manterem de uma forma positiva e adequada.

Ao nível dos índices de psicopatologia, não se verifica a existência de hipervigilância, o que constitui também um elemento favorável para a implementação de relações interpessoais que ultrapassem o nível da mera superficialidade - estes indivíduos estão capazes de as estabelecer, num contexto adequado às suas necessidades.

3.1.2. Instrumentos de auto-relato

A - Inventário de Resolução de Problemas (I.R.P.)

Relativamente aos valores da nota global obtida por estes indivíduos, verifica-se que estes se encontram ao nível dos valores "normativos" encontrados pelo autor (Vaz Serra, 1988) para a população portuguesa, apesar de se aproximarem do valor limite inferior deste intervalo. Ou seja, estes sujeitos apresentam, tanto quanto o teste o revela, estratégias de resolução de problemas adequadas para lidar com os diferentes tipos de situações com que se confrontam no seu dia-a-dia (cf. Quadro 1).

Quadro 1 Média e Desvio-padrão nos resultados do Inventário de Resolução de Problemas

	Amostra deste estudo		População "normativa" *	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão
F1	14.222	4.463	17.152	4.112
F2	24.472	3.002	24.699	4.712
F3	12.042	2.185	13.090	2.008
F4	27.917	4.308	31.350	4.991
F5	15.500	2.941	16.659	3.003
F6	11.556	2.556	13.303	2.868
F7	9.667	0.872	9.341	1.316
F8	14.181	3.387	16.575	2.884
F9	12.083	2.256	11.659	2.008
TOT	141.639	12.159	153.828	16.397

* Segundo os valores referenciados pelo autor (Vaz Serra, 1988)

Analisando estes dados em termos de factores específicos, verifica-se que as estratégias de resolução de problemas destes indivíduos se revelam mais adequadas, no que diz respeito à capacidade de confronto e resolução activa dos problemas, capacidade de confronto com os

problemas e planificação de estratégias, e ainda controlo da agressividade internalizada/externalizada (factores 2, 7 e 9), e que apenas dois dos factores, nomeadamente, a auto-responsabilização e medo das consequências (F8), e a tendência para pedir ajuda na resolução das dificuldades (F1), se encontram no limite mínimo do intervalo considerado normativo, podendo sinalizar algumas dificuldades a este nível.

Ou seja, estes indivíduos apresentam, na generalidade, recursos e estratégias cognitivas adequadas para a resolução dos problemas, salientando-se, ao contrário do que a revisão bibliográfica deixaria supor (cf. 1.3.), a sua capacidade de confronto, planificação de estratégias e resolução activa, bem como de controle da agressividade.

Se associarmos estas características a uma ligeira redução nas estratégias de auto-responsabilização e medo das consequências, e à menor tendência para pedir ajuda nas dificuldades, não será difícil entender que muitos destes sujeitos sejam delinquentes "de carreira", com diversas recidivas. Particularmente, se tivermos em conta que estas características se destacam de forma mais acentuada no subgrupo dos delinquentes sem consumos, com "crimes contra a propriedade". (cf. 3.2.2.).

B - Inventário Clínico de Auto-Conceito (I.C.A.C.)

Também no que se reporta ao auto-conceito, os dados deste inventário revelam que os valores globais obtidos por estes indivíduos se encontram dentro dos valores médios considerados normativos para a população portuguesa (Vaz Serra, 1986b), embora se aproximem bastante do limite mínimo desse intervalo "normativo".

Esta ligeira redução nos valores globais do auto-conceito não se prende, contudo, com nenhum dos quatro factores específicos definidos pelo autor, mas antes com os dois factores mistos indiferenciados.

Ou seja, em termos gerais, estes indivíduos apresentam um adequado auto-conceito nas diferentes vertentes avaliadas pelo inventário - rejeição/aceitação social, percepção de auto-eficácia, maturidade psicológica e impulsividade/actividade - reunindo os elementos base para a construção de uma identidade pessoal positiva e coerente, facilitadora da relação consigo

próprios, com o meio e com os outros.

Como se verá mais à frente, apenas no subgrupo dos *toxicodependentes* se verifica uma redução ao nível do factor 4 - impulsividade/actividade - com implicações negativas ao nível da capacidade de implementação autónoma das acções (cf. 3.2.2.)

Os dados relativos aos resultados deste teste são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 Média e Desvio-padrão nos resultados do Inventário Clínico de Auto-Conceito

	Amostra deste estudo		População "normativa" *	
	Média	D. Padrão	Média	D. Padrão
F1	16.901	3.057	15.874	2.935
F2	22.736	3.241	22.180	3.295
F3	15.278	2.660	14.484	2.336
F4	11.889	1.932	11.821	1.930
TOT	65.070	7.374	72.291	7.988

* Segundo os dados do autor para o grupo etário dos 20-29 anos (Vaz Serra, 1986)

3.2. Processos psicológicos e comportamentais na interrelação droga-crime: análises comparativas

Tendo como objectivo fundamental a pesquisa de eventuais processos psicológicos associados de forma mais directa às relações droga-crime, procedemos, neste estudo, a uma análise estatística comparativa, que englobou, como já referimos, todas as variáveis dependentes seleccionadas (do Rorschach, do Inventário de Resolução de Problemas e do Inventário Clínico de Auto-Conceito) e cada uma das variáveis independentes aqui consideradas (comportamentos criminais, reincidências, consumo de drogas e relação droga-crime).

A utilização, em simultâneo, dos dados resultantes dos dois inventários, e de um elevado número de variáveis do sumário estrutural do SIR, diversas na sua natureza e características psicométricas, implicou o recurso a diferentes provas estatísticas no tratamento dos dados.

As diferentes variáveis do Rorschach, após transformação em agrupamentos ou categorias, foram submetidas a uma Análise Factorial de Correspondências (no programa Ancorr 201, de Iagolnitzer & Tabet, adaptado do LISH MSH de Ph. Cibois), tendo-se utilizado, ainda, para tratamento dos questionários, os *teste-t e one-way anova*, complementado pelo *Tukey HSD multiple comparisons* (programa Systat 5.1. para Macintosh).

3.2.1. Teste de Rorschach

Dos resultados da análise factorial de correspondências a que este conjunto de variáveis e modalidades foram submetidas, considerámos os primeiros cinco factores informativos, que, no conjunto, explicam 68,5% da inércia total da matriz (Quadro 3).

Quadro 3 Descrição dos factores extraídos pela análise factorial de correspondências (λ = valor próprio; T% = taxa de inércia)

Factor	I	II	III	IV	V
λ	0.2227	0.01662	0.00682	0.00654	0.00548
T%	25.420	18.966	10.108	7.787	6.252
T% acumulado	25.420	44.387	54.495	62.282	68.534

A posição relativa dos três grupos aqui considerados (i.e., delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes) no espaço definido por estes factores, bem como a contribuição de cada um deles para a inércia dos factores e a qualidade da sua representação, pode ser analisada através do Quadro 4.

Quadro 4 Descrição da organização factorial dos 3 grupos: delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes (F = coordenada factorial; CTR = contribuição em % para a inércia do factor; CO2 = qualidade da representação do ponto sobre o factor)

Factor Grupo	I			II			III			IV			V		
	F1	CTR	CO2	F2	CTR	CO2	F3	CTR	CO2	F4	CTR	CO2	F5	CTR	CO2
Delinquentes	-1.89	1.8	.237	-2.65	4.8	.470	-.72	.70	.034	1.12	2.1	.084	-.88	1.6	.051
Delinq.-toxicodep.	-1.54	1.2	.186	1.10	.80	.095	1.93	4.7	.292	-1.53	3.8	.184	.47	.00	.018
Toxicodep.	5.63	9.8	.563	2.64	2.9	.159	-1.93	2.9	.085	.61	.40	.009	.70	.60	.011

De acordo com os dados aqui representados, verifica-se que o factor 1 opõe, fundamentalmente, os dois grupos de delinquentes ao grupo de não delinquentes (i.e., o grupo dos toxicodependentes não delinquentes), sendo esta oposição mais forte entre o grupo *toxicodependentes* e o grupo *delinquentes* (cf. Quadro 7).

O segundo factor vem revelar uma oposição genérica entre as características associadas ao consumo de drogas e as associadas ao não consumo (cf. Quadro 4), mas sem esquecer, também, que neste estudo o não consumo está representado no grupo de delinquentes, pelo que poderemos ler esta oposição como ocorrendo entre, por um lado, os grupos de *toxicodependentes* e de *delinquentes-toxicodependentes* (sobretudo os primeiros) e, por outro lado, o grupo de *delinquentes* (cf. Quadro 8).

Por seu turno, os terceiro e quarto factores (de forma mais destacada o terceiro), vêm definir uma oposição entre o grupo *delinquentes-toxicodependentes* (revelando, assim, as características que se associam de forma mais específica à interrelação dos dois comportamentos) e os restantes dois grupos (cf. Quadro 4). De forma mais concreta, o factor 3 revela a oposição entre *delinquentes-toxicodependentes* e *toxicodependentes*, enquanto o factor 4 destacará mais a oposição entre *delinquentes-toxicodependentes* e um subgrupo de delinquentes com crimes contra a pessoa (ou crimes violentos) (cf. Quadros 9 e 10).

Seria talvez mais correcto dizer que o factor 4, tal como, aliás, o factor 5, opõem essencialmente, diferentes modalidades e processos psicológicos e da acção que se associam de forma distinta aos três subgrupos desta amostra. Enquanto que os processos revelados pelo quarto

factor se poderiam designar, genericamente, de "afectivo-relacionais", os do quinto factor poderão ser designados de "relação com o meio e cognitivo-relacionais" (cf. Quadros 10 e 11). Se quisermos ter uma noção mais concreta da organização factorial dos dois grupos de comportamentos transgressivos que aqui são analisados, os quadros 5 e 6 ajudam-nos a constatar a oposição, nas coordenadas dos cinco factores extraídos, entre indivíduos que cometeram actos criminais e os que não os cometeram, bem como entre os que consomem drogas e os que não consomem.

Quadro 5 Descrição da organização factorial dos 2 subgrupos: delinquentes e não delinquentes (F = coordenada factorial; CTR = contribuição em % para a inércia do factor; CO2 = qualidade da representação do ponto sobre o factor)

Factor	I			II			III			IV			V		
	F1	CTR	CO2	F2	CTR	CO2	F3	CTR	CO2	F4	CTR	CO2	F5	CTR	CO2
Delinquentes	-1.71	3.0	.724	-.80	.90	.159	.59	.90	.085	-.19	.10	.009	.21	.20	.011
Não delinq.	5.63	9.8	.724	2.64	2.9	.159	-1.93	2.9	.085	.61	.40	.009	-.70	.60	.011

Quadro 6 Descrição da organização factorial dos 2 subgrupos: consumidores e não consumidores (F = coordenada factorial; CTR = contribuição em % para a inércia do factor; CO2 = qualidade da representação do ponto sobre o factor)

Factor	I			II			III			IV			V		
	F1	CTR	CO2	F2	CTR	CO2	F3	CTR	CO2	F4	CTR	CO2	F5	CTR	CO2
Não consum.	1.18	1.2	.257	1.53	2.6	.437	.50	.50	.046	-.70	1.4	.092	.51	.90	.098
Consumidores	-2.03	2.0	.257	-2.65	4.6	.437	-.86	.90	.046	1.22	2.3	.092	-.88	1.5	.098

A apresentação das características do funcionamento psicológico com mais fortes contribuições para cada um destes factores, permite-nos ter uma ideia mais clara dos processos psicológicos subjacentes aos comportamentos transgressivos dos três grupos de sujeitos constituídos (cf. Quadros 7 a 11).

É importante, contudo, reter, desde já, a constatação de que, em termos globais, os dados apontam para uma nítida distinção entre os grupos *delinquentes* e *toxicodependentes*, e que, quando se dá o cruzamento dos dois tipos de acção (grupo *delinquentes-toxicodependentes*), as características psicológicas que lhe estão associadas não aparecem como um somatório directo das que se associavam a cada um dos comportamentos isoladamente, mas antes se organizam numa espécie de novas propriedades emergenciais, apesar de alguns pontos comuns com cada um dos dois.

Quadro 7 Associações com mais fortes contribuições para a inércia do 1º factor

	F1	CTR	CO2
Não criminalidade	5.63	9.8	.724
Toxicodependentes	5.63	9.8	.724
Estrat. coping disfuncionais	1.65	2.3	.538
Estrat. coping ambíguais	1.70	2.2	.506
CDI positivo	1.19	1.2	.306
Consumo de drogas	1.18	1.2	.257
Sem isolamento social	1.04	1.0	.398
Reduzido esforço cognitivo	1.05	1.0	.344
Rigidez cognitiva	1.65	1.0	.149
Simplificação cognitiva	1.07	.90	.233
Fracos recursos cognitivos	.94	.90	.440
Metas adequadas aos recursos	2.33	.90	.160

	F1	CTR	CO2
Estrat. coping funcionais	-2.99	4.2	.538
Adequados recursos cognitivos	-4.04	4.1	.440
Criminalidade	-1.71	3.0	.724
Extratensividade	-3.30	2.7	.363
Esforço/investimento cognitivo	-2.58	2.5	.344
CDI negativo	-2.15	2.2	.306
Crimes contra a propriedade	-1.79	2.0	.407
Sem consumo drogas	-2.03	2.0	.257
Com isolamento social	-2.09	1.9	.398
Tonalidade depressiva	-2.45	1.9	.267
Delinquentes primários	-1.77	1.8	.400
Delinquentes	-1.89	1.8	.237
Introversividade	-2.64	1.5	.196

A soma das CTR das características consideradas neste primeiro factor equivale a 85.3% do total, ou seja, tomámos em conta, na análise deste factor, um conjunto de características que contribuem para 85% da variância total que é explicada por ele.

Como já referimos, este primeiro factor vem revelar, fundamentalmente, uma oposição entre as características associadas à existência de criminalidade e as associadas à não existência de criminalidade, pelo que as características com coordenadas mais extremas, quer positivas quer negativas, revelam-se, neste caso, como as mais típicas, respectivamente, do grupo de sujeitos sem actos criminais (neste caso, o subgrupo *toxicodependentes*) e dos grupos com comportamento criminal (*delinquentes e delinquentes-toxicodependentes*), muito particularmente os delinquentes sem consumos. Dessa forma, as características situadas no topo de cada uma das colunas serão as mais relevantes para a caracterização do "quadro psicologico-comportamental" associado a cada um dos grupos aí considerados (esta metodologia de leitura dos dados é válida para os Quadros 7 a 11).

Ou seja, aos indivíduos com comportamentos delinquentes, mais ainda aos delinquentes que são primários e não apresentam consumos de drogas, surgem associadas, de forma dominante,

estratégias de relação com o meio e de implementação das acções mais adequadas e eficazes que as dos toxicodependentes (cf. Quadro 7). As dificuldades destes últimos centrar-se-ão nos processos cognitivos e de relação com o meio (e.g., estratégias de *coping* disfuncionais, CDI positivo, rigidez e simplificação cognitiva), enquanto os delinquentes revelarão maiores dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal, sinalizando ainda afectos depressivos mais intensos (e.g., isolamento social, tonalidade depressiva). Apresentam, no entanto, adequados recursos e investimento cognitivo, bem como estratégias de *coping* consistentes e funcionais, orientadas pelos reforços externos e pelos aspectos mais afectivos (extratensividade). Este quadro geral de adequação cognitivo-comportamental e dificuldades interpessoais será mais característico do subgrupo de delinquentes não consumidores, primários e com crimes contra a propriedade, do que dos delinquentes-toxicodependentes, como aliás será reforçado na leitura dos dados relativos ao segundo e terceiro factores (cf. Quadros 8 e 9).

Quadro 8 Associações com mais fortes contribuições para a inércia do 2º factor

	F1	CTR	CO2
Metas abaixo dos recursos	2.90	4.8	.564
Introversividade	3.95	4.6	.438
Adequados recursos cognitivos	3.67	4.5	.362
Interesse no relac. interpessoal	2.30	4.4	.589
Esforço/investimento cognitivo	2.71	3.7	.378
CDI negativo	2.40	3.6	.380
Toxicodependentes	2.64	2.9	.159
Não criminalidade	2.64	2.9	.159
Consumidores de drogas	1.53	2.6	.437
Sobreconvencionalidade	5.43	2.3	.259
Sem fuga à complexidade	1.67	2.1	.304
Tend. para intelectualização	2.76	2.1	.286
Negativismo	2.00	2.0	.234

	F1	CTR	CO2
Delinquentes	-2.65	4.8	.470
Não consumo de drogas	-2.65	4.6	.437
Sem interesse no relac. interpes.	-2.01	3.8	.589
Distorção perceptivo-cognitiva	-2.46	3.2	.416
Coartação	-4.94	2.9	.348
Subconvencionalidade	-2.23	2.8	.412
Metas acima dos recursos	-1.62	2.6	.474
CDI positivo	-1.32	2.0	.380
Sem esforço cognitivo	-1.10	1.5	.378
Fuga à complexidade	-1.22	1.5	.304
Crimes contra a propriedade	-1.17	1.1	.172
Fracos recursos cognitivos	-.85	1.0	.362
Criminalidade	-.80	.90	.159
Sem negativismo	-.77	.80	.234
Crimes violentos/contra a pessoa	-1.53	.70	.85

A soma das CTR das características consideradas no segundo factor equivale a 84%, i.e., as características que foram consideradas para a análise deste factor, contribuem para 84% da variância total que é explicada por ele.

Neste segundo factor, e à semelhança do que explicitámos para o primeiro, as associações com coordenadas mais extremas, positivas e negativas, serão as mais características, respectivamente, dos consumidores de drogas (particularmente os não delinquentes) e dos não consumidores, neste caso representados no grupo dos delinquentes sem consumos (cf. Quadro 8).

No interior da variância não explicada pelo factor 1, este segundo factor vem distinguir as características associadas a um subgrupo dos *delinquentes, não consumidores*, predominantemente os com crimes contra a propriedade, embora também, com menor representatividade, os que cometeram crimes violentos. Ao contrário do que é revelado nas associações ao factor criminalidade na sua globalidade, este subgrupo de delinquentes apresenta algumas dificuldades ao nível do *coping*, redução no esforço cognitivo, fracos recursos cognitivos e tendência para o estabelecimento

de metas acima dos recursos, sendo reforçada a informação relativa à existência de problemas interpessoais, aliados a estratégias de relação com o meio assentes na coartação, e ainda alguns elementos de subconvencionalidade, bem como distorção perceptivo-cognitiva na leitura do real.

Ou seja, um conjunto de indivíduos que apresentam toda uma configuração de processos perceptivo-cognitivos e relacionais, que remetem para uma maior probabilidade de "erro" ou inadequação na tradução comportamental das suas modalidades de funcionamento psicológico, i.e., na implementação concreta das acções. Esta será suportada por uma visão do real idiossincraticamente "distorcida", na medida necessária para se adequar aos seus fracos recursos cognitivos e às estratégias preferenciais de fuga à complexidade, realidade que se torna, dessa forma, mais acessível e fácil de gerir para estes sujeitos.

Teremos mais fortemente associados a este subgrupo, e ao contrário do que acontecia no grupo identificado no primeiro factor, delinquentes reincidentes de carreira, faltando-nos discriminação em torno do tipo concreto de delitos contra a propriedade que foi praticado por este subgrupo, bem como se mantiveram o mesmo tipo de crime ou este variou ao longo do tempo, para melhor podermos concluir se as diferenças de organização e funcionamento psicológico, encontradas entre este subgrupo e o grupo mais geral revelado no primeiro factor, estarão associadas a essa variável ou ao facto dele englobar delinquentes com crimes violentos, ou ainda a uma outra variável independente, aqui não considerada. Se atentarmos na Figura 1, apresentada mais à frente, verifica-se, de facto, uma grande proximidade entre os delinquentes com crimes contra a propriedade e os com crimes violentos, para algumas das variáveis psicológicas emergentes nas coordenadas negativas dos primeiro e segundo factores.

Quanto às coordenadas negativas deste segundo factor, elas recortam-nos um grupo de consumidores de drogas que revelam, tal como acontecia no grupo de toxicodependentes representado no espaço do primeiro factor, interesse pelo relacionamento pessoal, muito embora as modalidades preferenciais de relacionamento com o meio se centrem no mundo interno, i.e., se orientem, predominantemente, pelos aspectos ideativos (introversividade), sendo aliás esta uma modalidade de funcionamento fortemente associada ao consumo de drogas.

Já no que se reporta aos processos cognitivos e de implementação da acção, emergem associações fortes com níveis adequados de recursos e de investimento cognitivo, uma abordagem não simplificadora do real e convencionalidade média. Tal não impede, contudo, que estes

indivíduos estabeleçam metas inferiores aos recursos cognitivos de que dispõem, o que surge associado a uma auto-imagem bastante negativa (cf. Quadro 8).

Quadro 9 Associações com mais fortes contribuições para a inércia do 3º factor

	F1	CTR	CO2
Rigidez cognitiva	3.18	9.0	.554
Subincorporação	2.16	5.3	.324
Tendência para impulsividade	2.16	5.3	.324
Delinquentes-toxicodependentes	1.93	4.7	.292
Passividade - "Sínd. Branca Neve"	2.02	4.4	.380
Crimes relacionados com a droga	2.89	3.4	.237
Sobreconvenção	4.04	2.4	.143
Stress não situacional	2.48	2.3	.148
Dificuldades controlo	1.65	1.7	.126
CDI positivo	.81	1.4	.144
Estrat. coping ambíguos	.75	1.1	.098
Simplificação cognitiva	.70	.90	.099
	F1	CTR	CO2
Flexibilidade cognitiva	-1.16	3.3	.554
Introversividade	-2.27	3.2	.172
Toxicodependentes	-1.93	2.9	.085
Não criminalidade	-1.93	2.9	.085
Sem impulsividade cognitiva	-1.14	2.8	.324
CDI negativo	-1.48	2.6	.144
Perturbação ideativa	-1.90	2.5	.185
Sem passividade cognitiva	-.96	2.1	.380
Sobreincorporativos	-1.94	1.8	.125
Elevada estimul. afectiva dolorosa	-1.39	1.7	.162
EA ≥ es	-1.66	1.6	.144
Recursos cognt. disponíveis adeq.	-1.61	1.6	.070
Distorção perceptivo-cognitiva	-1.20	1.4	.099
Adequada incorporação	-.91	1.4	.146
Sem simplificação cognitiva	-.96	1.3	.099

A soma das CTR das características consideradas neste terceiro factor corresponde a 77.9% do total, ou seja, as características que foram tomadas em consideração na análise deste factor contribuem para 78% da variância total que é explicada por ele.

O terceiro factor (cf. Quadro 9) aponta-nos as características que se associam de forma mais específica ao grupo *delinquentes-toxicodependentes*, por contraponto com as que se associam mais fortemente aos *toxicodependentes*, enquanto o quarto factor (cf. Quadro 10) irá aprofundar ainda mais a definição das associações mais fortes ao grupo *delinquentes-toxicodependentes*, mas salientando, aí, as características de oposição a um subgrupo de *delinquentes, não consumidores e que cometeram crimes violentos*.

Assim, aos *delinquentes-toxicodependentes*, no espaço do terceiro factor, aparecem associadas, de forma mais intensa, características que se prendem com os aspectos cognitivo-ideativos e com a tolerância ao stress e controlo comportamental. Nomeadamente, uma elevada rigidez cognitiva (implicando dificuldades na flexibilização e contrastação das leituras do mundo e das opções de relação com ele), que surge mais uma vez associada a sobreconventionalidade; para além de impulsividade cognitiva com implicações na eficácia comportamental; passividade cognitiva, com desenvolvimento de processos de dependência dos outros nas tomadas de decisão e estratégias de fuga pela fantasia passiva; e dificuldades ao nível do *coping*. Por outro lado, uma reduzida tolerância ao stress não situacional, que aumenta as dificuldades de controlo das acções, associada a estratégias de relação com o meio predominantemente ambíguas.

Ao grupo dos *toxicodependentes*, surgem associadas, por seu turno, a capacidade de integrar de forma diferenciada as informações ou "versões" do real (ausência de rigidez cognitiva); ausência de estratégias simplificadoras do real ou de fuga à complexidade; não impulsividade cognitiva e estratégias de *coping* mais consistentes e funcionais (particularmente a introversividade). Aspectos da mediação e integração cognitiva que surgem, contudo, associados a alguma distorção perceptivo-cognitiva e a perturbações do pensamento ou ideativo-cognitivas. Para além disso, assinala-se uma elevada estimulação intrusa de carácter afectivo doloroso, que só não estará a perturbar a actual eficácia cognitiva-comportamental, porque os recursos organizados disponíveis se apresentam em nível suficientemente elevado para se contraporem à intensa estimulação não intencional experienciada.

Ou seja, é como se este grupo de toxicodependentes vivesse num permanente caos ideativo-afectivo,

que não impede uma leitura complexa e diferenciada do real, mas bloqueia ou dificulta seriamente a tradução ou implementação de acções concretas.

Quadro 10 Associações com mais fortes contribuições para a inércia do 4º factor

	F1	CTR	CO2
Subincorporação	1.90	5.4	.251
Tendência p/ impulsividade	1.90	5.4	.251
Imagem do outro "usual"	1.62	4.8	.401
Elevada egocentricidade	3.53	4.8	.225
Crimes contra a pessoa	2.35	4.0	.201
Dificuldades controlo emocional	1.24	2.5	.213
Não consumo de drogas	1.22	2.3	.092
Estratégias coping funcionais	1.20	2.2	.086
Delinquentes	1.12	2.1	.084
Construção imagem outro adeq.	.91	1.9	.183
Sem depressividade	.75	1.8	.239
Sem distorção perceptivo-cognit.	.73	1.6	.198
Sem hostilidade	.69	1.5	.189
Extratensividade	1.30	1.4	.056
Metas adequadas aos recursos	1.65	1.4	.080
	F1	CTR	CO2
Tonalidade depressiva	-2.32	5.7	.239
Negativismo/hostilidade	-1.79	3.9	.189
Delinquentes-toxicodependentes	-1.53	3.8	.184
Distorção perceptivo-cognitiva	-1.70	3.7	.198
Imagem do outro "não usual"	-1.19	3.5	.401
Egocentricidade reduzida	-1.07	2.8	.280
Sem impulsividade cognitiva	-1.00	2.8	.251
Sobreincorporação	-2.07	2.7	.141
Crimes relacionados com a droga	-2.21	2.6	.138
Distorção na constr. imagem outro	-1.03	2.2	.183
Coartação	-2.38	1.6	.081
Capacidade modulação afectiva	-.75	1.5	.213
Consumo de drogas	-.70	1.4	.092
Rigidez Cognitiva	-1.05	1.3	.061
Estratégias de coping disfuncion.	-.66	1.2	.086

A soma das CTR das características consideradas no quarto factor equivale a 83.3%, i.e., as características que foram consideradas para a análise deste factor contribuem para 83% da variância total que é explicada pelo factor.

No espaço do quarto factor (cf. Quadro 10) aparecem fortemente associadas ao grupo dos *delinquentes* não consumidores, muito especialmente os que cometeram *crimes violentos (ou contra a pessoa)*, estratégias de *coping* consistentes, particularmente as regidas pelos reforços exteriores, e afectivamente orientadas (extratensividade). Estas estão, contudo, associadas a impulsividade cognitiva, com implicações ao nível da eficácia comportamental, não obstante o facto de estes indivíduos procurarem estabelecer metas adequadas aos seus recursos. O que não será também alheio à estratégia de resolução de problemas por "tentativa e erro" que caracteriza os extratensivos.

Associados ainda a este subgrupo, aparecem: o interesse pelo relacionamento interpessoal e a construção de uma imagem do outro usual e sem distorções, embora se evidenciem, simultaneamente, dificuldades no controlo ou modulação das expressões afectivas, e alguns sinais de elevada egocentricidade ou mesmo narcisismo. Não aparecem contudo, nem hostilidade-negativismo, nem depressividade, nem distúrbios perceptivo-cognitivos.

Ou seja, são indivíduos com uma acção consistente e adaptada, mas que poderá ser desequilibrada, de forma disfuncional, por um forte impacto emocional ou situações afectivamente mais complexas ou exigentes, nas quais a dominante afectiva, associada a dificuldades no controlo emocional e impulsividade na leitura dos dados, poderão dar origem a explosões não controladas. No que se reporta ao grupo dos *delinquentes-toxicodependentes*, vão aparecer-lhe associados, mais uma vez, processos psicológicos e modalidades de funcionamento de carácter acentuadamente disfuncional. Neste caso, elevada hostilidade e negativismo no relacionamento com o meio, concomitantes a uma tonalidade depressiva e a estratégias de *coping* disfuncionais, muito particularmente as assentes na coartação (estratégia de anulação afectivo-emocional que contribui, certamente, para a capacidade de controlo emocional por eles revelada), além de reduzida egocentricidade e uma auto-imagem negativa. Ainda um grupo de processos psicológicos de rigidez cognitiva, distorção da construção da imagem do outro (imagem "não usual"), um reduzido interesse no relacionamento interpessoal e distorções perceptivo-cognitivas acentuadas. De notar ainda que os crimes relacionados com a droga aparecem associados a este grupo de forma distintivamente mais forte que aos restantes (cf. Quadros 9 e 10).

Tal como havíamos referido atrás, este quarto factor revela, fundamentalmente, uma oposição entre processos e modalidades de funcionamento "afectivo-relacionais", associadas, de forma distinta aos *delinquentes-toxicodependentes* e aos *delinquentes* (não consumidores) com crimes contra a pessoa. Já o factor cinco irá opor estratégias e processos de "relação com o meio e cognitivo-relacionais" que se verifica marcarem uma oposição entre um subgrupo de delinquentes com crimes contra a propriedade (consumidores e não consumidores), e um subgrupo de delinquentes com crimes relacionados com a droga e com crimes contra a pessoa ou crimes violentos, (os primeiros maioritariamente consumidores e estes últimos não consumidores).

Assim, associados ao subgrupo de delinquentes com crimes contra a propriedade, aparecem sinais de um elevado investimento cognitivo, mas que é concomitante ao estabelecimento de metas que estão acima dos recursos disponíveis e a processos de subincorporação e impulsividade cognitiva. Elas só não aparecerão aliadas a ineficácia comportamental, na medida em que estes indivíduos apresentam, simultaneamente, estratégias de *coping* consistentes e funcionais, e não apresentam qualquer distorção perceptivo-cognitiva nem distúrbios ideativos ou do pensamento.

São, no entanto, indivíduos aos quais se associam dificuldades no relacionamento interpessoal, com negativismo e tendência para isolamento social, reduzida egocentricidade e fraca reactividade aos estímulos afectivos.

Por seu turno, ao subgrupo de delinquentes com crimes relacionados com a droga, e crimes contra a pessoa (ou crimes violentos), aparecem associadas, neste factor, distorções ideativo-cognitivas e perceptivas, para além de processos de distorção na construção da imagem do outro, elevada reactividade aos estímulos afectivos e elevação no narcisismo. Não há esforço ou investimento cognitivo, senão num nível mínimo inevitável, e a adequação é boa, sendo as metas adequadas ao fraco nível de recursos organizados e aos fracos investimentos que realizam.

Quadro 11 Associações com mais fortes contribuições para a inércia do 5º factor

	F1	CTR	CO2
Metas acima dos recursos	1.34	5.4	.323
Esforço/investimento cognitivo	1.64	4.2	.138
Hostilidade/negativismo	1.59	3.8	.149
Subincorporação	1.15	2.5	.092
Isolamento social	1.15	2.4	.120
Extratensividade	1.51	2.3	.076
Sem perturbação pensamento	.66	1.8	.309
Reduzida reactivid. est. afectivos	.89	1.8	.182
Crimes contra a propriedade	.83	1.8	.087
Reduzida egocentricidade	.68	1.4	.113
Sem distorção imagem outro	.66	1.4	.111
	F1	CTR	CO2
Distúrbios do pensamento	-2.46	6.8	.309
Sobreincorporação	-2.86	6.4	.270
Egocentricidade elevada	-3.13	4.7	.177
Crimes relacionado com a droga	-2.45	3.9	.170
Metas abaixo dos recursos	-1.49	3.9	.150
Metas adequadas	-2.16	3.0	.137
Elevada reactiv. estim. afectivos	-3.26	2.4	.110
Crimes contra a pessoa	-1.55	2.2	.088
Reduzido esforço cognitivo	-.67	1.7	.138
Distorção construc. imagem outro	-.81	1.6	.111

OBS: A soma das CTR das características consideradas neste factor equivale a 65.4% do total, ou seja, neste caso tomámos em consideração um conjunto de características que contribuem para 65% da variância total que é explicada pelo factor.

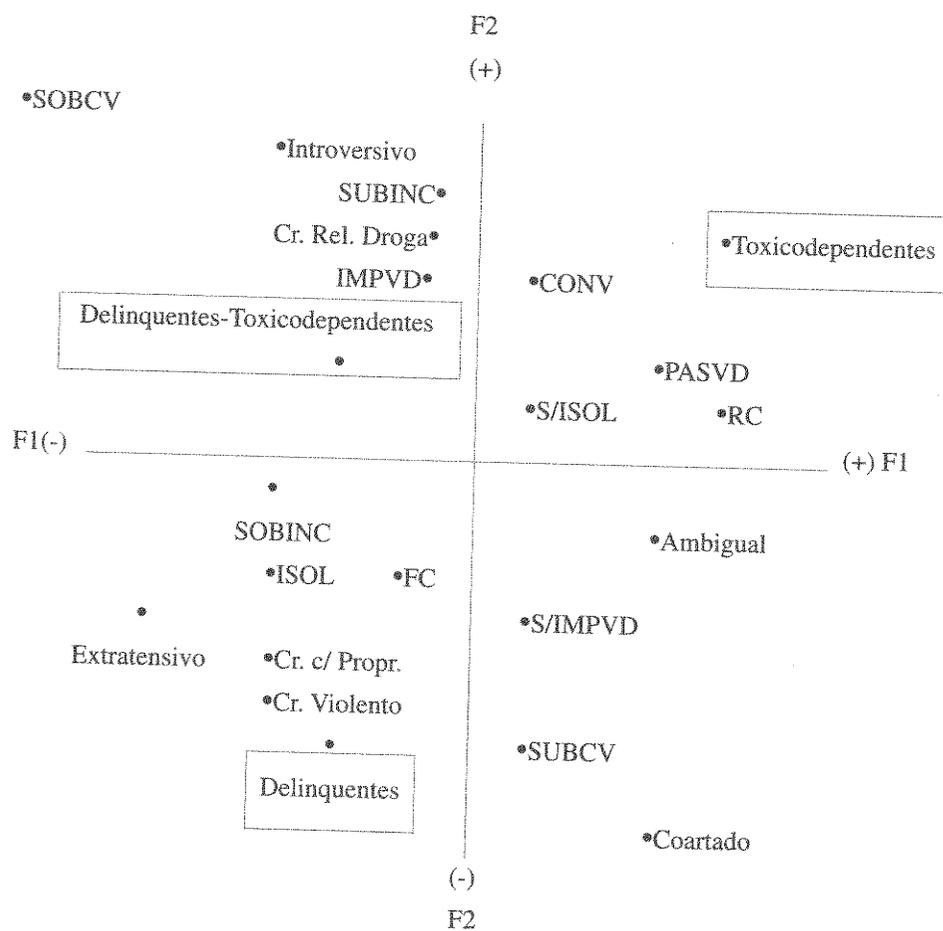
As oposições e aproximações das associações de algumas das mais relevantes variáveis psicológicas-comportamentais a cada um dos três grupos aqui analisados, poderão ser mais facilmente visualizadas através da apresentação do seu posicionamento no campo representacional, definido pelos primeiro e segundo factores (Fig.1).

Como se pode constatar pela Figura 1, há uma nítida diferenciação entre a posição ocupada pelos três grupos no espaço categorial dos processos psicologico-comportamentais associados, definido pelos primeiro e segundo factores, distinção essa que é mais acentuada entre os delinquentes (Grupo 1) e os toxicodependentes (Grupo 3), entre os quais, praticamente, não se observam quaisquer relações. Já o grupo dos delinquentes-toxicodependentes (Grupo 2) - aquele, afinal, que nos permite ter uma melhor compreensão dos processos psicológicos associados à interrelação droga-crime - apesar de ocupar um quadrante distinto de qualquer um dos outros dois, e surgir associado a características específicas, diferenciadas das desses, apresenta alguns pontos de proximidade com cada um deles.

Embora, por questão de viabilidade de leitura, apenas algumas das variáveis tenham sido integradas na Fig. 1, facilmente se verifica que os delinquentes-toxicodependentes se aproximam mais dos delinquentes nos processos associados às coordenadas negativas do Factor 1, e se aproximam mais dos toxicodependentes nos processos associados às coordenadas positivas do Factor 2. Ou seja, estarão mais próximos dos delinquentes nos aspectos afectivo-relacionais, mais próximos dos toxicodependentes nos aspectos perceptivo-cognitivos, e vêem a sua especificidade sublevada nos aspectos ideativo-cognitivos.

Da integração mais completa de todos estes resultados aqui referidos e discutidos, daremos conta no ponto seguinte, logo após a apresentação breve dos resultados obtidos através dos instrumentos de auto-relato.

Figura 1 Posição dos três grupos no espaço do primeiro e segundo factores



SOBCV=Sobreconvenção; SUBCV=Subconvenção; CONV=Convencionalidade; SUBINC=Subincorporação;
 SOBINC=Sobreincorporação; IMPVD=Tendência para Impulsividade; ISOL= isolamento social; PASVD= Passividade;
 RC= Rigidez Cognitiva; FC= Flexibilidade Cognitiva.

3.2.2. Instrumentos de auto-relato

a) Droga

Não se encontram, ao nível dos dois inventários utilizados, quaisquer diferenças, estatisticamente significativas, entre os resultados obtidos por consumidores e não consumidores de drogas.

b) Crime

-Inventário Clínico de Auto-Conceito-

Não se encontra qualquer diferença, estatisticamente significativa, entre os diferentes tipos de delito cometidos e qualquer dos valores globais ou factores específicos do Inventário Clínico de Auto-Conceito.

-Inventário de Resolução de Problemas-

No que se reporta ao Inventário de Resolução de Problemas, embora na nota final não se encontrem diferenças significativas em função do tipo de crime cometido, verifica-se que estas emergem para um dos factores específicos que o compõem: o F2, relacionado com a capacidade de confronto e resolução activa dos problemas (Quadro 12).

Quadro 12 Análise de variância dos resultados no I.R.P. - Factor 2, em função dos diferentes tipos de crime cometidos

Fonte	G.L.	Quadr. médios	F.	Prob.
Entre-grupos	2	29.701	4.232	0.020
Intra-grupos	55	7.018		

A análise complementar, possibilitada pela matriz de comparações múltiplas de Tukey HSD, revela que os indivíduos que cometeram "crimes contra a propriedade" apresentam capacidades e estratégias para se confrontarem activamente com, e resolverem activamente os problemas, significativamente superiores às dos que cometeram "crimes contra a pessoa" ($p=0.014$).

De igual forma, não se encontram diferenças, estatisticamente significativas, entre delinquentes reincidentes e delinquentes primários, para os valores finais do inventário de resolução de problemas, encontrando-se, contudo, para um dos factores específicos que o constituem - o F4, relativo às estratégias de controlo interno/externo dos problemas.

Assim, e como se pode verificar pelos dados do Quadro 13, os delinquentes primários apresentam estratégias para proceder a um controlo pessoal efectivo dos problemas, mais adequadas do que as dos delinquentes reincidentes.

Quadro 13 Comparação entre delinquentes primários e reincidentes, relativamente aos factores do I.R.P.

	N	Média	Desvio Padrão	t	g.l.	p
F4 primários	29	29.345	4.245			
F4 reincidentes	30	27.033	4.247	-2.091	56.9	<.05

c) Interrelação droga-crime: comparações entre delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes

-Inventário de Resolução de Problemas-

Relativamente a este inventário, apenas um dos seus factores constituintes revela diferenças, estatisticamente significativas, entre os três subgrupos de indivíduos aqui avaliados, neste caso o F8 - relativo à auto-responsabilização e medo das consequências (Quadro 14).

Quadro 14 Análise de variância dos resultados no I.R.P. - Factor 8, em função dos subgrupos delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes

Fonte	G.L.	Quadr. médios	F.	Prob.
Entre-grupos	2	33.560		
Intra-grupos	69	10.834	3.098	0.050

A análise complementar, possibilitada pela matriz de comparações múltiplas de Tukey HSD, permite concluir que o subgrupo dos delinquentes se distingue por uma aptidão para se auto-responsabilizarem pelos seus actos e ponderarem as suas consequências, significativamente inferior à dos restantes dois subgrupos (sendo que toxicodependentes > delinquentes-toxicodependentes > delinquentes, $p=0.050$).

-Inventário Clínico de Auto-Conceito-

De igual forma, apenas um dos factores componentes do Inventário Clínico de Auto-Conceito, o F4 - relativo aos aspectos de impulsividade/actividade, distingue de forma estatisticamente significativa os diferentes subgrupos, como se pode verificar pelos dados do Quadro 15.

Quadro 15 Análise de variância dos resultados no I.C.A.C. - Factor 4, em função dos subgrupos delinquentes, delinquentes-toxicodependentes e toxicodependentes

Fonte	G.L.	Quadr. médios	F.	Prob.
Entre-grupos	2	16.161		
Intra-grupos	69	3.374	4.790	0.011

Já a este nível, a análise complementar através da matriz de comparações múltiplas de Tukey HSD, revela-nos que é o subgrupo dos toxicodependentes que manifesta níveis de auto-conceito relativos ao desejo e capacidade de concretização das actividades preferenciais, significativamente inferiores ao dos restantes dois subgrupos (sendo que delinquentes-toxicodependentes > toxicodependentes, $p=0.013$; e delinquentes > toxicodependentes, $p=0.020$).

4. Conclusões

A primeira conclusão geral que poderemos retirar deste estudo acaba por ser uma corroboração empírica do que tem sido crescentemente constatado em diferentes estudos, e na prática dos técnicos que intervêm neste domínio: a existência de uma associação entre (certos tipos de) consumos de drogas e (certas formas de) criminalidade.

No entanto, esta associação ao nível dos comportamentos não encontra tradução numa associação directa entre processos psicológicos relacionados com cada um deles, ou seja, em termos das variáveis aqui estudadas, consumo de droga e criminalidade não aparecem directamente associados, relacionando-se antes com diferentes características e modalidades de funcionamento psicológico dos seus actores. E, mais ainda, nos sujeitos desta amostra em que se verifica conjugação da criminalidade com o consumo de droga, dela não resulta uma combinatória ou somatório das características associadas a cada um, isoladamente, mas antes um produto diferente, associado especificamente à interrelação droga-crime (embora existam obviamente alguns elementos funcionais comuns às três situações - cf. "invariantes" processuais referidos em 3.1.). Por outro lado, se é já ponto corrente, entre diferentes autores, que não existirá a droga ou a toxicodependência, mas diferentes tipos de consumidores e de consumos de drogas, os resultados encontrados neste estudo não nos permitem, também, falar de crime ou criminalidade em termos genéricos ou homogéneos, uma vez que se detectam diferenças, em termos da organização da personalidade e do funcionamento psicológico dos sujeitos, em função do tipo de crime que cometeram. Estas diferenças emergem, quer no núcleo de processos avaliados pelo Rorschach, quer nos elementos relativos às estratégias de resolução de problemas avaliados pelos instrumentos de auto-relato.

Sintetizando, verifica-se que os indivíduos que cometeram "crimes violentos" ou "contra a pessoa", apresentam, no nível ideativo-cognitivo e da relação com o meio, características que os distinguem dos restantes subgrupos, nomeadamente perturbações no fluxo e organização do pensamento, associadas a fracas estratégias de confrontação e de resolução dos problemas, facto que terá, certamente, um impacto disfuncional na adequação e eficácia dos comportamentos que implementam. Isto é, são indivíduos com dificuldade de gestão afectiva e cognitiva, facilmente perdendo o controle das suas acções, face a um problema ou situação inesperada.

Simultaneamente, estes são delinquentes que não apresentam associação com o consumo de drogas, facto que importa destacar.

Por seu turno, os indivíduos que cometeram "crimes relacionados com a droga" (na sua grande maioria, delinquentes consumidores de drogas, mais particularmente, os designados "consumidores-traficantes") distinguem-se, essencialmente, pelos elevados níveis de rigidez e de passividade cognitiva que apresentam, revelando grandes dificuldades em contrastar e articular informação relativa às diferentes situações com que se confrontam no seu dia-a-dia, facto que afectará, de forma determinante, a selecção ou ponderação de soluções alternativas. Algumas dificuldades reveladas ao nível da mediação e do processamento da informação, bem como as estratégias de *coping* que utilizam preferencialmente (ambiguais), acentuam ainda mais essa dificuldade na ponderação ou perspectivação diferencial das situações e das acções. Assim, serão indivíduos com dificuldade em estabelecer projectos ou definir comportamentos alternativos, quer ao nível das resoluções quotidianas, quer em termos de projectos futuros. Como facilmente se verifica, este subgrupo, diferenciado em função da sua actividade criminal, vai sobrepor-se, em grande medida, às características do grupo "delinquentes-toxicodependentes", de que falaremos mais à frente.

Finalmente, os indivíduos que cometeram "crimes contra a propriedade" são aqueles que manifestam menores níveis de perturbação ideativa ou do pensamento, revelando um auto-conceito e auto-estima mais adequados que os restantes subgrupos, para além de mais adequadas modalidades de relação com o meio, maior capacidade de autonomia cognitiva, e as melhores estratégias para o confronto, planificação de estratégias e resolução activa dos problemas. Apresentam, contudo, as maiores dificuldades ao nível do relacionamento interpessoal e da integração social, sendo também o grupo com menor tendência para a auto-responsabilização e pedido de ajuda. Sendo indivíduos com estratégias de *coping* mais adequadas, para além das capacidades de confronto e de resolução activa dos problemas que apresentam, será de esperar que este grupo de delinquentes apresente um envolvimento mais activo e eficaz na acção (que, neste caso, poderá ser a "carreira criminal").

Contudo, e dada a grande variedade de características dentro do subgrupo de indivíduos que cometeram crimes contra a propriedade, nomeadamente o facto de haver consumidores e não consumidores de drogas, este panorama geral sofre algumas variações, encontrando-se,

p. e., menor adequação cognitivo-perceptiva nos delinquentes que consomem drogas do que nos que não consomem (cf. 3.2.).

Retomando o modelo de personalidade que nos orienta neste estudo (cf. 1.4.), poderá dizer-se que, quer os delinquentes que cometeram "crimes relacionados com a droga", quer os que cometeram "crimes contra a pessoa" (ou violentos), apresentam maiores dificuldades na comunicação e integração ao nível dos estratos afectivo <---> cognitivo <---> experiencial, os últimos com maiores dificuldades na integração afectivo-cognitiva e os primeiros na articulação cognitivo-experiencial; enquanto os que cometeram "crimes contra a propriedade" as apresentam nos níveis de comunicação interestrática cognitivo <---> experiencial <---> político, i.e., em níveis superiores do sistema da personalidade.

Ou seja, os delinquentes que cometeram "crimes violentos" revelam, ao nível do sistema da personalidade, algumas perturbações na comunicação entre os estratos afectivo e cognitivo, o que impedirá uma mais completa e intencionalizada integração dos seus afectos e emoções pela "razão", afectando, subsequentemente, a experienciação emocional e a relação com os outros. Toda a sua vida e acções tenderão a ser dominadas pelas dimensões afectivo-emocionais, quer ao nível dos pensamentos, quer ao nível da regulação da acção, sem que estas sejam suficientemente "dobradas de saber" de si (e das suas vivências) pelo sujeito, que se vê, assim, destituído também de "poder" sobre si e sobre a regulação das suas acções.

Por seu turno, os delinquentes com "crimes relacionados com as drogas", verão bloqueada a integração significativa, bem como a tradução para o exterior, dos seus pensamentos, dada a dificuldade na comunicação entre os estratos cognitivo e experiencial. Regidos pelo nível cognitivo-ideativo, mas sem que este encontre tradução na acção e na relação com o mundo e consigo próprios, verão limitadas as possibilidades, quer de experienciação de si e das suas vivências, quer de evolução para níveis mais complexos de integração e de gestão política do seu sistema psíquico. Logo, estamos perante um "saber" que não encontra tradução em "poder sobre si e sobre os seus actos" e, dessa forma, "se perde", encerrado no interior do sistema.

Finalmente, os delinquentes com crimes contra a propriedade apresentam um bloqueio na comunicação entre os estratos experiencial e político, o que leva a que, capazes de integração significativa das suas experiências e acções, capazes de tradução de si no mundo, vejam, no entanto, limitadas as possibilidades de uma gestão finalizada, mais complexa, teleológica, integradora de

todos os níveis do funcionamento do sujeito num projecto global de si, das suas acções e da sua posição no mundo. Existe um "saber e um poder de si sobre si", mas estes não são totalmente integridades num projecto e projecção total, finalizada, de si no mundo. Nestes sujeitos, a facilidade da acção não encontra correspondência numa verdadeira finalidade dessa acção.

Curiosamente, as principais diferenças entre os delinquentes desta amostra não estão associadas ao estatuto de reincidência, como frequentemente é encontrado noutros estudos.

Há que ter, por tudo isto, algum cuidado, sempre que falarmos de crime em termos gerais ou homogéneos, uma vez que este fenómeno apresenta diferentes configurações ao nível psicológico. Tivemo-lo sempre presente ao longo da discussão dos resultados, muito embora, por facilidade de apresentação dos dados, tivéssemos, frequentemente, empregue os termos genéricos delinquência ou criminalidade.

Relativamente aos consumos de drogas, o facto de os indivíduos da nossa amostra apresentarem, na sua quase totalidade, consumos *duros* de drogas *duras*, não justificava uma análise comparativa em função dos diferentes tipos de consumos possíveis. Uma vez que esta amostra foi recolhida aleatoriamente, dentro das instituições que disponibilizaram condições para a administração dos testes, este dado vem apenas consolidar uma outra constatação empírica frequente: a de que a relação droga-crime se estabelecerá para os "consumos duros" de drogas, e não para todo o tipo de consumo de qualquer tipo de droga. Nem tão pouco para todos os tipos de crimes, como pudemos verificar atrás (p.e., o crime violento, contra a pessoa, não surge associado ao consumo de drogas).

Feitas estas ressalvas, passemos a considerar agora aqueles aspectos que se revelam constantes ou "invariantes" nos indivíduos desta amostra (cf. 3.1.), começando por ressaltar que estes grupos de delinquentes e de toxicodependentes não apresentam, na generalidade, défices ou patologia relevante, constatação que vem contrariar a maioria dos dados bibliográficos disponíveis (cf. 1.3.).

Evidenciaram-se, contudo, alguns factores psicologico-comportamentais que, não assumindo um carácter patológico, apontam para regularidades processuais associadas aos seus comportamentos problemáticos, e que poderão constituir um elemento crucial na tentativa de uma melhor compreensão destes fenómenos.

Assim, e de acordo com os dados apresentados no ponto anterior, é ao nível do que poderemos

designar, genericamente, por "integração e complexidade cognitiva" e "modalidades de relação com o meio" que estes sujeitos evidenciam maiores dificuldades e potenciais fontes de disfuncionalidade. Na verdade, eles evidenciam, em elevada percentagem, um estilo de funcionamento psicológico que se rege pelo evitamento ou dificuldade em lidar com a complexidade, ao nível da leitura e organização da informação, o que gera processos de simplificação da abordagem perceptivo-cognitiva do meio, e uma reduzida flexibilidade no seu processamento.

Daí resultará uma visão da realidade parcial, que não contempla todos os elementos potencialmente significantes, mas com a qual se torna mais fácil lidar, ao exigir apenas as vias mais simples e directas para a resolução dos problemas. Mas, simultaneamente, uma realidade face à qual - nos casos em que essa tendência para sobressimplificar se torne excessiva - se podem implementar formas de mediação que ignoram ou distorcem características importantes do meio, originando comportamentos que não os socialmente esperados para aquelas situações.

Neste grupo, a simplificação da leitura do meio parece associar-se a uma opção "economicista", de não investimento cognitivo ou de envolvimento mínimo nas tarefas, que surgirá como estratégia defensiva face à dificuldade que os indivíduos sentem em tornar operantes os seus recursos. De facto, quando constatamos que 81% destes indivíduos apresentam recursos cognitivos disponíveis muito reduzidos, não é de estranhar a tendência para anular as exigências maiores do meio. Deste ponto de vista, poderá considerar-se uma estratégia positiva, pois ao tornar a realidade mais simples e mais facilmente "manipulável", consegue reduzir a probabilidade de violação das regras e expectativas sociais, ou seja, reduzir as respostas de desajustamento comportamental em geral.

Perante as manifestas dificuldades, ao nível da integração ou organização complexa dos diferentes elementos do contexto, não será de estranhar também que a maioria destes sujeitos apresente estilos de coping menos eficazes, na sua maioria ambíguos, tornando-os mais vulneráveis ao erro, muito particularmente quando as situações escapam aos padrões habituais. No entanto, no grupo dos delinquentes não consumidores, e no grupo dos toxicodépendentes não delinquentes, constatámos, paralelamente, uma associação diferenciada a estratégias de coping dominadas, respectivamente, pela extratensividade ou pela introversividade. Isto é, os delinquentes mais orientados pelos aspectos afectivo-emocionais e exteriores, e os toxicodépendentes mais orientados pelos aspectos ideativo-cognitivos do seu mundo interior.

Detecta-se ainda uma conjugação de processos de funcionamento que contribuem para o surgimento de impulsividade ao nível comportamental em muitos destes sujeitos. Mesmo assim, há mais indivíduos nesta amostra a manifestar uma adequada eficácia cognitivo-comportamental do que o oposto, apesar deste potencial acrescido para a impulsividade. Esta última poderá ser vista como resultante de uma orientação muito centrada no momento presente e na resolução "do aqui e agora", sem integração de elementos projectados no futuro.

Da mesma forma, estes indivíduos têm capacidade para controlar e dirigir os seus comportamentos, apresentando ainda, de acordo com os resultados dos inventários utilizados, estratégias de resolução dos problemas adequadas à maioria das situações quotidianas, e recursos psicológicos suficientes para a implementação das respostas no seu dia-a-dia. Revelam, contudo, como já referimos, uma maior probabilidade de desorganização perante a necessidade de lidar com níveis superiores de exigência dos estímulos, situações inesperadas ou mais complexas, um acréscimo da estimulação intrusiva, ou situações de stress agravado.

E estes são apenas dois dos domínios do funcionamento psicológico aqui avaliados. Considerando o modelo de personalidade que nos orienta (Agra, 1986, 1991), eles situar-se-ão ao nível dos estratos da personalidade cognitivo e experiencial. Quanto aos restantes níveis da personalidade, os resultados obtidos permitem-nos concluir pela inexistência de défices ou perturbações relevantes, e isto, quer no domínio perceptivo-mediativo, quer no domínio perceptivo-cognitivo, quer ainda ao nível afectivo-relacional. Como já salientámos antes, estes dados vêm contrariar a posição de diferentes autores, que consideram a existência de perturbações a estes níveis como uma das causas dos seus comportamentos delinquentes e/ou toxicodependentes (cf. 1.3.).

Também no domínio da designada convencionalidade, se verifica que estes indivíduos serão tão capazes como a generalidade dos sujeitos ditos "normais" de identificar e implementar padrões de resposta convencionais, ou socialmente aceitáveis. Podem orientar-se ou não para a sua concretização, mas isso será já uma deliberação de nível superior e não uma determinação psicológica estrutural de base. Quanto a este aspecto, os toxicodependentes não delinquentes revelam-se mais convencionais e "normativos" que os grupos de delinquentes.

No plano afectivo, estes indivíduos possuem, na generalidade, capacidade para modular ou controlar as suas expressões emocionais, e mesmo aqueles que revelam algumas dificuldades a esse nível, podendo responder a determinadas situações através de descargas afectivas

intensas e não controladas (e.g., delinquentes não consumidores de drogas, com crimes violentos), não apresentam sinais de distúrbio emocional acentuado, de carácter estrutural.

Verifica-se, também, que estes indivíduos implementam estratégias defensivas assentes na redução da reactividade aos estímulos afectivo-emocionais, com simplificação da sua integração, mas não emergem aqui os indicadores tão frequentemente referidos na bibliografia (cf. 1.3.), de labilidade ou de anestesia afectiva .

Muitos destes indivíduos poderão revelar-se mais constrangidos ou isolados socialmente, dadas as dificuldades que apresentam em lidar com as emoções, mas sem que se verifique uma tendência estrutural, nem para hostilidade ou negativismo face ao exterior, nem para a produção de respostas apoiadas na agressividade. Os comportamentos violentos que alguns apresentam, resultam, então, de características interaccionais entre processos psicológicos de construção do meio e as circunstâncias concomitantes, não sendo consequência directa de uma personalidade estruturalmente indutora de comportamentos violentos.

Os delinquentes, são, nesta amostra, o subgrupo que maiores dificuldades de integração e relação social apresenta, aspecto curioso e que nos remete para a questão dos distintos "contextos de socialização" em que se integram. Existem, aliás, diversos estudos e "investigações de terreno", com recurso, na sua maioria, a metodologias de observação participante, que nos revelam a importância e significatividade da organização em subculturas específicas, fortemente estruturadas em torno dos comportamentos de consumo, seus padrões existenciais e opções de vida dos consumidores (Becker, 1963; Cohen, 1972; Fernandes, 1990; Faupel, 1991; Pais, 1993).

O mesmo não se tem verificado em termos de grupos de delinquentes, à excepção do que se passa ao nível do crime organizado, ainda pouco relevante em Portugal, ou então dos estudos relativos à inserção dos consumidores em redes de comercialização de drogas ilícitas, com toda a violência inerente a esses "mercados ilícitos" (Goldstein, 1985; Bean & Wilkinson, 1988; Collins, 1990).

Seria, aliás, interessante analisar, num futuro estudo, se, por um lado, o crescente intercruzamento dos dois comportamentos e dos tipos de subculturas a eles associados, e, por outro lado, o desenvolvimento do crime organizado com redes sociais bem estruturadas, não irão, a breve trecho, alterar esta realidade.

Já a um outro nível, e mais uma vez contrariando o que frequentemente se defende para indivíduos delinquentes e/ou toxicodependentes, estes sujeitos não denotam (salvo raras excepções), um egocentrismo exacerbado ou tendências narcísicas excessivas, verificando-se, pelo contrário, uma redução no nível de investimento ou de auto-centração no self na maioria deles, bem como indicadores de um auto-conceito e auto-estima percebidos como menos positivos.

E assim percorremos já os níveis psicosensorial, expressivo e afectivo, sem que neles emergjam sinais de disfuncionalidade grave, défice ou patologia relevante. Somente nos níveis superiores da personalidade se detectam algumas dificuldades, particularmente na relação entre os estratos cognitivo-experiencial e a sua gestão e integração significantes, pelo estrato político.

Ou seja, e sintetizando estas primeiras conclusões gerais, não se encontram nestes indivíduos as características habitualmente referidas como caracterizadoras e estruturantes de uma "personalidade criminal" nem "toxicomaníaca" (cf. 1.3.). No que se reporta aos elementos de base da estrutura e organização da personalidade, este grupo de delinquentes e/ou toxicodependentes não se distingue, particularmente, dos indivíduos ditos normais.

E desta emerge, sequencialmente, uma outra conclusão fundamental: os comportamentos transgressivos que estes indivíduos praticam não resultarão de uma incapacidade para agir de outra forma, ou de uma determinação estrutural para (só) agir desta forma, mas antes estarão relacionados com os processos superiores de construção significativa da realidade e das opções de relação com ela. Processos e operações complexas que sustentam padrões de acção coerentes com a estrutura organizativa e narrativa da personalidade, na sua interrelação com determinadas condições ecológicas e experienciais (resultantes da intervenção e interacção de toda uma constelação de factores e processos vários: individuais, socio-culturais, contextuais, ecológicos, etc), que o indivíduo descodifica e interpreta de uma forma particular.

Na verdade, verifica-se nestes sujeitos a existência de uma elevada idiosincrasia na leitura e construção que fazem do meio, facto que, por si só, não atenta contra a adaptação efectiva a este⁽¹³⁾.

⁽¹³⁾ Como já salientámos antes, uma tendência para a distorção dos estímulos perceptivos poderia, a este nível, revelar-se um impedimento aos esforços de ajustamento ao meio, mas nestes sujeitos não se verifica distorção da qualidade formal, nem distorção perceptivo-cognitiva.

Não esqueçamos, aliás, que cada indivíduo ou sujeito autopoietico, é chamado a construir os seus percursos de vida no contexto peculiar que é o seu, e num espaço e tempo que dão suporte particular às construções do real que realiza. Mais ainda, é nesse contexto e nesse tempo, tempo de vida individual e tempo histórico global, no jogo das interrelações com os outros, que ele é chamado a ser actor social, construtor activo de si e dos seus percursos existenciais.

O sistema psíquico, espaço por excelência da criação de si e do mundo, e espaço de fuga criativa às condicionantes e determinismos, quer biológicos quer sociais, vai actuar na mediação destes elementos, sustentando a construção de diferentes "versões do real", em função das quais cada um de nós age e se posiciona face ao mundo, procurando conferir-lhe sentido e preservar, no meio da variabilidade, uma identidade coerente e viável no decurso narrativo da existência.

É, de facto, ao nível das formas mais concretas de relação com o meio - *coping*, se lhe quisermos chamar assim, ou estratégias de resolução de problemas, estratégias de acção,... - e na sua integração cognitiva e experiencial (ambas determinantes para a implementação das acções), que emergem, nesta amostra, elementos psicológicos susceptíveis de induzir comportamentos que não os mais desejáveis socialmente.

Em síntese, e tanto quanto estes instrumentos nos permitiram avaliar, constatámos que:

1. Não se encontra uma relação directa entre os processos e características psicológicas associadas aos subgrupo *toxicodependentes* e subgrupo *delinquentes* (que, aliás, surgem em dois quadrantes opostos na análise de correspondências), para estes níveis superiores do sistema da personalidade. Mais concretamente:

(i) enquanto que ao grupo dos *delinquentes* se associam fundamentalmente: estratégias de relação com o meio consistentes, nomeadamente extratensividade; elevado esforço cognitivo na organização dos estímulos do meio, embora com alguma impulsividade na leitura que dele fazem, o que pode dificultar a integração dos elementos potencialmente significantes e, logo, elevar o risco de implementação de respostas pouco eficazes; tendência para estabelecer metas acima dos recursos organizados disponíveis, estando estes presentes em níveis bastante reduzidos; capacidade de controlo e de tolerância ao stress; dificuldades de *coping* na esfera social, com reduzido investimento na relação interpessoal e tendência para o isolamento;

(ii) ao grupo dos *toxicodependentes*, associam-se: estratégias de relação com o meio menos consistentes, maioritariamente ambiguaes, embora também a introversividade; elevada estimulação

ideativa e afectiva dolorosa, mas sem tradução comportamental; adequado nível de recursos organizados para lidar com as exigências do meio; dificuldades acentuadas de controlo e de tolerância ao stress, sendo esta uma característica não situacional; adequado investimento cognitivo, com adequada eficácia na organização dos estímulos e sem impulsividade na leitura do meio, o que reduz a probabilidade de implementação de respostas desadequadas; elevados padrões de convencionalidade; adequado investimento na relação interpessoal e ausência de indicadores de isolamento social, muito embora se constate uma distorção ao nível dos processos de construção da auto-imagem e da imagem do outro.

2. Quando se verifica a associação comportamental entre uso de drogas e criminalidade, esta relação não se traduz (ao nível dos processos da personalidade) numa combinação das características dos dois subgrupos atrás referidos, mas na emergência de um conjunto de características ou propriedades,⁽¹⁴⁾ que se distingue, quer das dos toxicodependentes, quer das dos delinquentes: estratégias de relação com o meio fundamentalmente ambigüas; rigidez cognitiva/ideativa e dificuldade em flexibilizar a leitura do meio e em contrastar diferentes possibilidades de relação com este; tendência marcada para a passividade ideativa e fuga pela fantasia passiva, com perda de autonomia e redução da capacidade de auto-responsabilização; na sequência, desenvolvimento de comportamentos de dependência face aos outros, acentuados por uma redução, ao nível do auto-conceito, nas componentes mais directamente associadas à realização de acções desejadas; ainda, elevada hostilidade face ao meio e sinais de egocentricidade acentuada; impulsividade resultante de processos de subincorporação; e, finalmente, forte convencionalidade relativamente aos padrões perceptivo-cognitivos dominantes.

Os delinquentes-toxicodependentes afastam-se dos delinquentes, sobretudo nos aspectos mais cognitivos/ideativos, aproximando-se destes nos factores sociais e afectivos-interpessoais, e

⁽¹⁴⁾ Poderemos, com Morin (1977), "chamar emergências às qualidades ou propriedades de um sistema que apresenta um carácter de novidade em relação às qualidades ou propriedades dos componentes, considerados isoladamente ou dispostos de forma diferente num outro tipo de sistema" (p.104). É o que acontecerá, p.e., se da associação droga-crime resultarem diferentes características ou propriedades organizativas, funcionais ou desenvolvimentais dos sujeitos, relativamente às que se encontram para a criminalidade e para o consumo de drogas, tomados isoladamente.

afastam-se dos toxicodependentes, sobretudo nos aspectos afectivos e da interacção social, aproximando-se deles nos aspectos cognitivo-perceptivos, constatando-se, desta forma, que se aproximam de cada um dos dois subgrupos no conjunto de processos mais disfuncionais.

Dito de outra forma, os toxicodependentes manifestarão maior adequação comportamental em geral, podendo ser mais facilmente "assimiláveis" à população dita normativa, embora essa aparente maior adequação resulte de uma construção do real "distorcida", e de uma inibição comportamental que coarta a manifestação exterior ou a tradução em comportamentos de um mundo ideativo muito próprio e sobreestimulado. Apresentam, aliás, um forte abandono passivo face às exigências do meio, como que aturdidos por esse constante "ruído de fundo" ideativo que lhes dificulta a emergência da acção.

Os delinquentes manifestarão menor convencionalidade e menor eficácia social, bem como uma elevada idiosincrasia na leitura e relação com o meio, resultantes, em grande medida, da dificuldade que têm em proceder a uma leitura mais integrada e complexa do real e do reduzido nível de recursos organizados. Estes, poderão comprometer, em situações mais complexas, a eficácia das acções pretendidas. Manifestarão, ainda, reduzido investimento no relacionamento interpessoal, sendo, no entanto, os seus processos de construção do real e as suas estratégias de relação com o meio mais adequadas, "realistas" e eficazes que as dos toxicodependentes.

Finalmente, os delinquentes-toxicodependentes serão como que "arrastados" pelos acontecimentos e necessidades, apresentando perturbações ao nível do fluxo e organização do pensamento, fraca intencionalização dos seus actos, e elevada rigidez cognitiva/dificuldade em contrastar e flexibilizar a sua posição no mundo. Apresentando sérias dificuldades ao nível da autonomia e auto-responsabilização pelos seus comportamentos, tenderão a construir uma realidade fantasiada e a deixar-se guiar pela passividade ideativa que os caracteriza de forma marcada, alcançando o que se poderia designar como uma "razoável integração social não intencional". Mas a combinação de alguma perturbação e "ruído de fundo" ideativo com menores recursos para a implementação das acções acaba por resultar, nestes indivíduos delinquentes-toxicodependentes, em dificuldades de coping e dificuldades afectivo-emocionais mais acentuadas que as de qualquer um dos restantes dois grupos.

No entanto, não estamos perante uma "personalidade criminal" ou uma "personalidade toxicomaniaca" (nem tão pouco "criminal-toxicomaniaca"), i.e., uma constelação de traços de base da

personalidade, específicos e determinadores dos comportamentos destes sujeitos (cf. 1.4.). Estas diferentes modalidades de acção resultarão, antes, de diferentes formas dos indivíduos construir e interpretar os contextos em que se inserem e, em função disso, lhes responderem, relacionarem ou interagirem com eles. Quando há associação droga-crime, esta relação com o meio sofre maior constrição, resultando daí uma maior disfuncionalidade ideativo-comportamental do que a que ocorre nos delinquentes não consumidores ou nos toxicod dependentes não delinquentes.

É de salientar, finalmente, que o facto de todos os elementos explicativos diferenciais emergirem sempre para os níveis superiores da personalidade, chama, mais uma vez, a atenção para a necessidade permanente de estudar a relação acto-contexto-situação historico-social, integrando-os na história de vida dos indivíduos, e procurando aceder ao sentido que o actor atribui ao seu acto transgressivo. Esta articulação exige, contudo, um estudo das narrativas dos próprios actores que não poderia ser levado a cabo no âmbito duma investigação como esta⁽¹⁵⁾.

Neste ponto, os contributos das teorias do interaccionismo simbólico e teorias processuais do labelling, os contributos daquela que ficou conhecida, genericamente, por Escola de Chicago, ou ainda os das recentes teorias do actor social e das designadas teorias construtivistas e do construcionismo social, poderão revelar-se fundamentais.

Seguindo o mesmo esquema conceptual e interpretativo desses modelos teóricos, poderemos considerar que as características e processos de personalidade, por si só, não determinam nem condicionam, total ou directamente, os comportamentos do sujeito. Elas fornecem significações que dão suporte estrutural, funcional e simbólico aos actos, potenciando a capacidade dos indivíduos gerarem comportamentos concordantes com os diferentes contextos físicos, afectivos, sociais, interpessoais, em que se inserem, mas não os determinam por si mesmos; ao contrário do que defendem as designadas "teorias dos traços", neste caso, as ditas "teorias dos traços da personalidade criminal".

⁽¹⁵⁾ No âmbito dos trabalhos para as provas de doutoramento, realizadas sob orientação do Professor Cândido Agra, temos vindo a desenvolver um estudo de integração: estrutura e organização da personalidade <---> compreensão do sentido que a acção transgressiva comporta para os indivíduos (Manita Santos, 1993, 1994).

Importa assim, após a sua identificação - e poderemos considerar este estudo como um primeiro passo nesse percurso - prosseguir com uma análise mais aprofundada dos mecanismos, estratégias e processos psicologico-comportamentais, envolvidos na transgressão, na medida em que eles interferem na leitura, processamento e organização da informação, na construção que fazemos do real, e, logo, constituem uma base crucial para a compreensão destes comportamentos. O estudo das determinações e significações na relação droga-crime (cf. Manita, Carvalho & Agra, 1997), se analisado nas interrelações possíveis com o presente estudo, poderá ser encarado como mais um contributo nesse sentido, completando a circularidade das interrelações personalidade-acção-significação.

Um apontamento final: a similitude de alguns dos processos aqui descritos para os indivíduos dos três grupos em análise poderá conduzir à tentativa da estipulação de relações directas, ou até de causalidade (unívoca ou recíproca), entre estes comportamentos. Não iremos, contudo, referir aqui se, na interrelação droga-crime, os processos característicos que encontramos e que a distinguem, quer da delinquência, quer da toxicoddependência, enquanto comportamentos isolados, resultarão, de forma mais determinante, do factor consumo ou do factor delinquência. Estamos perante uma ou outra forma de similitude funcional na construção das formas de relação com o meio, mediadas pelos processos psíquicos, e não, dissemo-lo já, de estruturas base da personalidade, determinadoras dessas formas de acção. Aliás, as próprias noções de sistema auto-organizador (que enquadra este estudo) e de estruturação narrativa da personalidade ao longo dos trajectos transgressivos, são incompatíveis com a estipulação de relações directas e lineares causa-efeito.

Bibliografia

- Adler, P.A. (1990). Ethnographic research on hidden populations: penetrating the drug world. *Natural Institute on Drug Abuse Research Monograph Series*, 98, 96-112.
- Addad, M. & Lenslan, A. (1990). Immoral judgement, extraversion, neuroticism, and criminal behaviour. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 34, 1-13.
- Agra, C.M. (1986). Adolescência, comportamento desviante e auto-organizado: modelo de psicologia epistemanalítica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 81-87.
- Agra, C.M. (1990). Sujet autopoïétique et transgression. In *Acteur social et délinquance - homage à Christian Debuyst*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Ed.
- Agra, C.M. (1991). *Sujet auto-poiétique et toxicodépendance*. Centre International de Criminologie Comparée. Université Montréal, Abril 1991.
- Babor, T.F.; Brown, J. & Boca, F.K. (1990). Validity of self-reports in applied research on addictive behaviors: fact or fiction? *Behavioral Assessment*, 12, 1, 5-31.
- Ball, J.C.; Rosen, L.; Flueck, J.A. & Nurco, D.N. (1982). Lifetime criminality of heroin addicts in the United States. *Journal of Drug Issues*, 12, 225-238.
- Ball, J.C.; Shaffer, J.W. & Nurco, D.N. (1983). The day to day criminality of heroin addicts in Baltimore: a study of the continuity of offence rates. *Drug and Alcohol Dependence*, 12, 2, 119-142.
- Baratta, A. (1990). Une politique rationnelle des drogues? Dimensions sociologiques du prohibitionisme actuel. *Déviance et Société*, 14, 179-196.
- Bean, P. & Wilkinson, C. (1988). Drug taking, crime and the illicit supply system. *British Journal of Addiction*, 83, 533-539.
- Becker, H.S. (1963). *Outsiders*. New York: The Free Press.
- Bennet, T. (1991). Drug use and criminal behaviour. In I. Glass (Ed.), *The International Handbook of Addiction Behaviour*. London: Tavistock/ Routledge.
- Blatt, S. & Lerner, H. (1983). Psychological assess of object representation. *Journal of Personality Assessment*, 47, 7-28.
- Blatt, S.J. & Berman, W.H. (1984). A methodology for the use of the Rorschach in clinical research. *Journal of Personality Assessment*, 48, 3, 226-239.

- Bowers, K. (1984). On being unconsciously influenced and informed. In Bowers & Meichenbaum (Eds.), *The Unconscious Reconsidered*. New York: John Wiley & Sons.
- Bruno, F.; DeIorio, L. & Marotta, G. (1981). Analisis clinica della personalita di giovani tossi-codipendenti. *Sociologia*, 15, 2/3, 123-154.
- Buhler, C. & LeFever, D. (1977). A Rorschach study on the psychological characteristics of alcoholics. *Quarterly Journal of Studies on Alcoholism*, 8, 197-260.
- Cipolli, C. & Galliani, I. (1990). Addiction time and value of Z indicators in Rorschach of heroin users. *Perceptual and Motor Skills*, 70, 3, 1105-1106.
- Clark, D.A. (1988). The validity of measures of cognition: a review of literature. *Cognitive Therapy and Research*, 12, 1, 1-20.
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils & Moral Panics: the Creation of the Moods and Rockers*. New York: Blakwell.
- Collins, J.J. (1990). Summary thoughts about drugs and violence. *NIDA Research Monograph Series - Drugs and Violence: causes, correlates and consequences - vol. 103*, pp. 265-275. Rockville, M.D.: National Institute on Drug Abuse.
- Crawford, G.A. (1978). Precursors to heroin: a pilot study of young heroin addicts and their nonaddicted friends. *Drug and Alcohol Dependence*, 3(3), 165-174.
- Crawford, G.A.; Washington, M.C. & Seray, E.C. (1983). Careers with heroin. *International Journal of Addictions*, 18, 701-715.
- Debuyst, Ch. (1977). Le concept de dangerosité et un de ses éléments constitutifs: la personnalité (criminelle). *Déviance et Société*, 1/4, 363-388.
- Debuyst, Ch. (1983). Passage à l'acte, comportements et situations problematiques. *Bulletin de Psychologie*, XXXVI, 359, 274-278.
- Debuyst, Ch. (1989). Criminologie clinique et inventaire de personnalité. Utilisation quantitative ou qualitative. *Déviance et Société*, 13, 1, 1-21.
- Dias, C. A. (1982). As teorias e as forças. *Psicologia*, III, 3/4, 11-70.
- DiLalla, L. F. & Gottesman, I.I. (1989). Heterogeneity of causes for delinquency and criminality: lifespan perspectives. *Development and Psychopathology*, 1, 4, 339-349.
- Epstein, E.J. (1977). *Agency of fear: opiates and political power in America*. New York: G.P.Putnam's Sons.

- Erdeberg, P. & Exner, J. (1984). Rorschach assessment. In Goldstein & Hensen (Eds), *Handbook of Psychological Assessment*. New York: Pergamon Press.
- Exner, J.E. (1978). *The Rorschach: A Comprehensive System (II): Current Research and Advanced Interpretation*. New York: John Wiley & Sons.
- Exner, J.E. (1980). But it's only an inkblot. *Journal of Personality assessment*, 44(6), 563-571.
- Exner, J.E. (1986). *The Rorschach: A Comprehensive System. (I)* New York: John Wiley & Sons (2ª ed.).
- Exner, J.E. (1989). Searching for projection in the Rorschach. *Journal of Personality Assessment*, 44(6), 520-536.
- Exner, J.E. (1991). *The Rorschach: A Comprehensive System (II): Current Research and Advanced Interpretation*. New York: John Wiley & Sons (2ª Ed.).
- Exner, J.E. & Leura, A.V. (1970). *Rorschach responses of recent foster placed children*. Workshops study nº 196. Rorschach Workshops.
- Exner, J.E., Bryant, E.L. & Miller, A.J. (1975). *Rorschach responses of some juvenil offenders*. Workshops study nº 214. Rorschach Workshops.
- Exner, J.E., Zallis, T. & Schumacher, J. (1976). *Rorschach protocols of chronic amphetamine users*. Workshops study nº 233. Rorschach Workshops.
- Eysenck, H.J. (1953). *The structure of personality*. London: Methuen.
- Eysenck, H.J. (1977). *Crime and personality*. London: Granada.
- Farrow, J. & French, J. (1986). The drug abuse-delinquency connection revisited. *Adolescence*, 21, 951-960.
- Faupel, C.E. (1987). Heroin use and criminal careers. *Qualitative Sociology*, 1, 2, 115-131.
- Faupel, C.E. (1991) *Shooting dope. Career patterns of hard-core heroin users*. University of Florida Press.
- Faupel, C.E. & Klockars, C.B. (1987). Drugs-crime connection: elaborations from the life-histories of hard-core heroin addicts. *Social problems*, 34, 1, 54-68.
- Fernandes, J.L. (1990). *Os Pós Modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas*. Porto: F.P.C.E./U.P.
- Ford, D.H. (1987). *Humans as self-constructing living systems. A developmental perspective on Behavior and Personality*. New Jersey: L. Erlbaum Associates Publishers.
- Gecas, V. (1982). The self concept. *Annual Review of Sociology*, 8, 1-333.

- Glueck, S. & Glueck, E. (1950). *Unravelling juvenil delinquency*. Harvard University Press.
- Goldman, F. (1981). Drug abuse, crime and economics: the dismal limits of social choice. In J. Inciardi (Ed.), *The drugs-crime connection*. Beverly Hills, C.A.: Sage Publications.
- Goldsmith, H.R. (1987). Self-esteem of juvenil delinquents: findings and implications. *Journal of Offender Counseling, Services and Rehabilitation*, 11, 2, 79-85.
- Goldstein, P.J. (1985). The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework. *Journal of Drug Issues*, 4, 493-506.
- Gossop, M. R. & Eysenck, S.B. (1983). A comparison of the personality of drug addicts in treatment with that of a prison population. *Personality and Individual Differences*, 4, 2, 207-209.
- Hérait, J.C. (1987). Operationnalisation du concept d'agressivité et emergence du concept de violence dans une recherche sur la notion de personnalité criminelle à travers le Rorschach. *Psychologie Medicale*, 19, 4, 491-494.
- Hérait, J.C. (1990). Test de Rorschach et personnalité criminelle. In R. Ottenhof & AM Favard (Eds.), *Nouvelles approches de criminologie clinique*. Toulouse: Érès.
- Houston, B.K. (1987). Stress and coping. In Snyder & Ford (Eds), *Coping with negative life events*. New York: Plenum Press.
- Inciardi, J.A. (Ed, 1981). *The drugs-crime connetion*. Beverly Hills, C.A.: Sage Publications.
- Jaffe, P.G. et al (1985). The utility of the Basic Personality Inventory in the assessment of young offenders. *Ontario Psychologist*, 17, 1, 4-11.
- Karmen, A. (1973). The drug-crime syndrome. *Human Factor*, 12, 1, 25-43.
- Kraut, R.E. & Lewis, S.H. (1982). Person perception and self-awareness: knowledge of influences on one's own judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 3, 448-460.
- LeBlanc, M. (1991). La personnalité délinquante: la contribution de Jean Pinatel et une perspective développementale. In R. Cario & A.M. Favard (Eds), *La personnalité criminelle*. Toulouse: Érès.
- LeBlanc, M. & Fréchette, M. (1987). Le syndrome de personnalité délinquante. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 40, 2, 133-146.
- Loosli-Usteri, M. (1957). Le test de Rorschach dans le cadre de l'énquete medico-judiciaire. Ses limites et ses possibilités. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 193-199.
- Manita Santos, C. P. (1993). Criminalidade e construção de sentidos: trajetcos, processos e projectos transgressivos - algumas reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas a propósito

- de um estudo sobre a transgressão. In L. Almeida & I. Ribeiro (Org.), *Avaliação Psicológica: formas e contextos*. Braga: APPORT.
- Manita Santos, C.P. (1994). A utilização do teste de Rorschach no estudo da transgressão. In M. Gonçalves (Ed.), *Rorschach na Avaliação Psicológica: aspectos teóricos e casos clínicos*. Braga: S.H.O.
- Manita Santos, C.P. (1996). Y-a-t-il une "personnalité criminelle"? - Une étude d'évaluation dans le domaine de la criminalité. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 1, 105-113.
- McBride, D. & McCoy, C. (1981). Crime and drug-using behavior. *Criminology*, 19, 281-301.
- Monat, A & Lazarus, R.S. (1985). Stress and coping: some current issues and controversies. In Monat & Lazarus (Eds), *Stress and coping. An anthology*. New York: MacGraw-Hill Book Company.
- Morin, E. (1977). *O Método I - A natureza da Natureza*. Lisboa: Europa-América.
- Nisbett, R.E & Wilson, T.D. (1977). Telling more than we can know: verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, 84, 3, 231-259.
- Nurco, D.; Hanlon, T.E.; Kinlock, T.W. & Duszynski, R.R. (1989). The consistency of types of criminal behavior over preaddiction, addiction, and nonaddiction status periods. *Comprehensive Psychiatry*, 30(5), 391-402.
- Oberle, R. & Fagherazzi, D. (1983). Apport du teste de Rorschach à l'étude de la délinquance. *Bulletin de Psychologie*, XXXVI, 168-184.
- Odrizola, E.E. (1991). Personnalité et délinquance: une révision critique. In R. Cario & A.M. Favard (Eds), *La personnalité criminelle*. Toulouse: Érès.
- Olievenstein, C. (1979). *No hay drogados felices*. Barcelona: Ed. Grijalbo.
- Olievenstein, C. (1983). *La drogue ou la vie*. Paris: Ed. Robert Laffort.
- Ottenhof, R. & Favard, A.M. (Ed, 1990). *Nouvelles approches de criminologie clinique*. Toulouse:Érès.
- Pais, J. P. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pearlin, L. & Schooler, C. (1978). The structures of coping. *Journal of Health and Social Behavior*, 19, 2-21.
- Pinatel, J. (1963). *Traité de Droit Pénal et de Criminologie - vol III*. Paris: Dalloz.

- Pinatel, J. (1991). Criminologie clinique et personnalité criminelle. In Cario & Favard (Eds), *La personnalité criminelle*, pp. 187-197.
- Rado, S. (1933). The psychoanalysis of pharmacothymia. *Psychoanalysis Quarterly*, vol II.
- Rapaport, D.; Gill, M & Schafer, R. (1946). *Diagnostic Psychological Testing* - vol. I e II. Chicago: Yearbook Publishers.
- Reasons, C.E. (1976). Images of crime and the criminal: the dope fiend mythology. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 13, 2, 133-144.
- Reming, G.C. (1988). Personality characteristics of supercops and habitual criminals. *Journal of Police Science and Administration*, 16, 3, 163-167.
- Ribeiro, J.S. (1986). *Contributo para o estudo psicopatológico da personalidade do toxicómano*. Porto: C.C.C.D.-F.P.C.E./U.P.
- Rorschach, H. (1921). *Psychodiagnostik*. Bern: Bircher.
- RosPlana, M. (1990). La fiabilidad del test de Rorschach en los peritajes jurídicos. *Rorschachiana*, 17, 215-217.
- Salmon, R. (1979). Heroin myths and knowledge: impact on public policy. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 6, 5, 715-731.
- Sciara, A.D. (1990). Rorschach Inkblot Test interpretation and adolescent forensic evaluation. *Forensic Reports*, 3, 1, 49-75.
- Searle, J.R. (1985). *L'intentionnalité*. Paris: Les Éditions Minuit.
- Selye, H. (1980). The stress concept today. In Kutash & Schlesinger (Eds), *Handbook on stress and anxiety*. New York: Jossey-Bass Publishers.
- Shavelson, R.J. & Bolus, R. (1982). Self-concept: the inter-play of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74, 1, 3-17.
- Silva, D. (1986). Exner e a reposição do teste de Rorschach. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 20, 135-168.
- Sinha, B.; Singh, A.K. & Singh, J.K. (1986). Delinquents: an observation of their Rorschach protocols. *Indian Psychological Review*, 30, 2, 4-8.
- Speckart, G. & Anglin, M.D. (1985). Narcotics and crime: an analysis of existing evidence for a causal relationship. *Behavior Sciences and the Law*, 3, 3, 259-282.
- Speckart, G. & Anglin, M.D. (1986). Narcotics use and crime: a causal modeling approach.

- Journal of Quantitative Criminology*, 2, 3-28.
- Stephens, R. & Ellis, R.D. (1975). Narcotics addicts and crime analysis of recent trends. *Criminology*, 12, 4, 474-488.
- Vaz Serra, A. (1986a). A importância do auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7, 2, 57-66.
- Vaz Serra, A. (1986b). O "inventário clínico de auto-conceito". *Psiquiatria Clínica*, 7, 2, 67-84.
- Vaz Serra, A. (1988). Um estudo sobre coping: o Inventário de Resolução de Problemas. *Psiquiatria Clínica*, 9, 4, 301-316.
- Vaz Serra, A.; Firmino, H. & Ramalheira, C. (1988). Estratégias de coping e auto-conceito. *Psiquiatria Clínica*, 9, 4, 317-322.
- Weiner, I.B. (1977). Approaches to Rorschach validation. In M. Rickers-Ovsiankina (Ed.), *Rorschach Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- Weiner, I.B. (1990). Conceptual Issues in the Rorschach Assessment of Criminality and Antisocial Personality. *Rorschachiana*, 18, 31-38.
- Weiner, I.B. (1989). On competence and ethicality in psychodiagnostic assessment. *Journal of Personality Assessment*, 53, 4, 827-831.
- Weppner, R.S. (1973). An anthropological view of the street addicts world. *Human Organization*, 32, 2, 111-121.
- White, P.A. (1988). Knowing more about what we can tell: "introspective access" and causal report accuracy 10 years later. *British Journal of Psychology*, 79, 13-45.

Droga-Crime:

Estudos interdisciplinares

Nos últimos anos tornou-se evidência inquestionável para muitos que a droga é a causa do crime.

Esta evidência é alimentada pelos mais diversos tipos de discussão.

Que tem a dizer o conhecimento científico sobre este debate?

O projecto Droga-Crime, através de um conjunto de estudos interdisciplinares que vão da observação de laboratório à observação de bairros das grandes cidades, revela factos e elabora explicações que não coincidem com o senso comum.

Os trabalhos que compuseram este primeiro projecto de investigação no nosso país sobre a matéria, agora publicados em vários volumes na colecção “Estudos” do GPCCD, são os seguintes:

- 1. A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados.**
- 2. O estado da investigação científica na América do Norte.**
- 3. A criminalização da droga: da emergência à aplicação da lei.**
- 4. Consumo de drogas nas prisões portuguesas.**
- 5. Padrões de consumo e desviância em menores sob tutela.**
- 6. Processos psicofisiológicos em consumidores de droga e delinquentes.**
- 7. Emoções e cognições em consumidores de droga e delinquentes.**
- 8. Personalidade e acção em consumidores de droga e delinquentes.**
- 9. Formas de vida, droga e delinquência.**
- 10. Etnografia urbana das drogas e do crime.**
- 11. Droga e delito nas trajectórias desviantes.**

Os factos estabelecidos convergem na certeza de que a relação entre a droga e o crime não é causal, nisso contrariando a evidência comum, mas um processo no qual intervêm variáveis individuais,